

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

RISLAYNE VIDAL FREIRE DE MORAES

**A CONSTRUÇÃO DE PAZ NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: UMA INICIATIVA DO
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)**

JOÃO PESSOA

2025

RISLAYNE VIDAL FREIRE DE MORAES

**A CONSTRUÇÃO DE PAZ NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: Uma
Iniciativa Do Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de concentração: Política Externa e Segurança Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Rodrigo Ferreira Nobre.

JOÃO PESSOA

2025

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M828c Moraes, Rislayne Vidal Freire de.

A construção de paz no território brasileiro [manuscrito] : uma iniciativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) / Rislayne Vidal Freire de Moraes. - 2026.

103 f.

Digitado.

Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2026.

"Orientação : Prof. Dr. Fábio Rodrigo Ferreira Nobre, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA".

1. MST. 2. Movimentos sociais. 3. Estudos de paz. 4. Sem-Terra. I. Título

21. ed. CDD 322.4

RISLAYNE VIDAL FREIRE DE MORAES

“A CONSTRUÇÃO DE PAZ NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: UMA INICIATIVA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)”

Dissertação apresentada à
Coordenação do Curso de
Programa de Pós-Graduação em
Relações Internacionais da
Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção
do título de Mestra em Relações
Internacionais

Linha de Pesquisa: Política Externa
e Segurança.

Aprovada em: 18/12/2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado eletronicamente por:

- **Fábio Rodrigo Ferreira Nobre** (***.547.894-**), em **26/02/2026 22:59:59** com chave **055140a6138011f1a401bef80df2d37b**.
- **Xaman Korai Pinheiro Minillo** (***.232.198-**), em **27/02/2026 09:19:09** com chave **84dc074213d611f1bf8c2684aadce22**.
- **Silvia Garcia Nogueira** (***.253.587-**), em **27/02/2026 11:32:08** com chave **189318d813e911f1a4b52684aadce22**.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QrCode ao lado ou acesse https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/ e informe os dados a seguir.

Tipo de Documento: Folha de Aprovação do Projeto Final

Data da Emissão: 11/03/2026

Código de Autenticação: 228711



À minha vó Francisca que cuida de mim por onde eu for

AGRADECIMENTOS

Agradeço, acima de tudo, aos meus pais, Maria Risoneide e Mário, que estiveram comigo por todo o caminho cuidando de mim com amor e atenção, me apoiaram e incentivaram antes, durante e depois desse objetivo se tornar realidade. Agradeço à minha família, às minhas madrinhas, às minhas tias, que também me deram suporte crucial para toda essa jornada. Aqui, agradeço em especial à minha vó Francisca, que me deu bastante suporte para continuar estudando, ainda sinto seu olhar de cuidado e carinho aonde quer que eu vá.

Aos meus amigos que me deram carinho, palavras de afeto e me apoiaram por todo o caminho. Vocês fazem morada no meu coração e possuem o meu carinho infindável. Agradeço em especial às minhas amigas da época de escola, Ionara e Gabriela, presentes comigo em tantas versões de mim, também carreguei elas no peito nessa trajetória. E também ao presente que a graduação me trouxe materializado no grupo do Alto do Moura, em especial a Emiliane, Ana Laise, Victória Camila, Renan, Cris, Catarina, Raiane, Artur, Gabi, Victória Almeida e Sofia entre tantos outros que deixaram esse período mais leve.

Ao meu bem, Bianca Mendes, pelo apoio, pelo cuidado, pelo amor, por todos os conselhos e todo o afeto. Me fez muito bem encontrar morada nas nossas risadas e no nosso jeito gostoso de enxergar a vida.

Aos professores, amigos e colegas que criei afeto durante o período do trabalho e quando ele era apenas uma ideia distante, sem os mesmos essa jornada não teria feito sentido.

Ao meu orientador Prof. Dr. Fábio Nobre, pelo apoio, pelos incentivos e pela orientação nessa jornada, sua presença foi fundamental para que esse trabalho fosse concretizado.

Às membras da banca examinadora, composta de duas professoras extremamente inspiradoras nesse caminho, Xaman Minillo e Silvia Nogueira, obrigada por serem pontos de luz nos locais que vocês ocupam nas universidades e por transformarem, na medida do possível, a academia em um local mais ousado.

Aos grupos de pesquisa e extensão que participei durante esse período. A universidade respira nas pessoas, nas discussões e nos debates que precisamos fazer para nos sentirmos vivos. Sou grata pelos momentos no PoliSexI (Grupo de Pesquisa sobre Políticas Internacionais Sexuais da UEPB-UFPB); no Sul Global (Grupo de Pesquisa sobre Perspectivas pós/descoloniais afro-latino-asiáticas da UFPB) com o querido Prof. Dr. Vico Melo; e igualmente pelos momentos no CEPRIR (Centro de Estudos em Política, Relações Internacionais e Religião).

Agradeço também às pessoas que democratizaram o acesso às suas pesquisas e às de outrem nessa imensidão de oceano que é a internet, sem vocês esse trabalho também não teria sido realizado.

Agradeço a todos os trabalhadores e trabalhadoras integrantes do MST, que deram força ao que o Movimento é hoje e que inspiraram o tema desse trabalho. Por mais que desafios apareçam no caminho, continuar em direção a um mundo mais justo e próspero é o que leva sentido à vida.

E por fim, agradeço pelo apoio indireto de todos os pesquisadores que também realizaram suas pesquisas em meio à insegurança financeira e incerteza do futuro pela ausência de financiamento nas suas pesquisas. Sabemos, mais do que ninguém, que realizar pós graduação no Brasil não é uma tarefa fácil. Lembrar todos os dias que não estamos sozinhos deixa a caminhada mais possível de ser trilhada.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba pela experiência e pelos aprendizados.

Fica aqui meu carinho a todas as pessoas que de alguma forma estiveram presentes nessa jornada.

RESUMO

O presente estudo investiga a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) como um agente da construção de paz no Brasil a partir do referencial analítico dos Estudos Para a Paz (EPP), especialmente as formulações de Johan Galtung sobre as formas de violência e sobre a noção de transformação de conflitos. Para entender a totalidade da transformação social à luz dos EPP, o trabalho recebe a contribuição de outros campos de estudo no âmbito do olhar crítico para os processos de desumanização, da teoria política gramsciana e das abordagens contemporâneas sobre movimentos sociais e ação coletiva. É tido como ponto de partida a seguinte pergunta orientadora: De que forma o MST contribui para a construção de paz no território brasileiro à luz dos EPP? É adotada uma abordagem qualitativa e crítico interpretativa estruturada por um estudo de caso aprofundado que integra revisão bibliográfica interdisciplinar, análise histórico-estrutural do campo brasileiro e reflexão sobre a inserção dos movimentos sociais nas Relações Internacionais. Os resultados alcançados incluem a identificação do MST como um ator essencial para a transformação social e promoção de paz no Brasil no âmbito das questões agrárias. Essa atuação incorpora um projeto político que integra dimensões de emancipação social dialogando com a pedagogia crítica e humanista de Paulo Freire e também com noções gramscianas de hegemonia, contra-hegemonia e sociedade civil ativa. Demonstro que o movimento contribui para a superação das formas de violência através da promoção do acesso à terra, educação popular e justiça social. Com o presente estudo ocorre a ampliação do debate sobre a intersecção entre movimentos sociais e os EPP, evidenciando que a paz no Brasil exige reconhecer e fortalecer experiências coletivas que enfrentam desigualdades históricas, disputam hegemonias e produzem práticas concretas de emancipação social.

Palavras-chave: MST; Movimentos sociais; Estudos para a paz.

ABSTRACT

This study investigates the role of the Landless Rural Workers Movement (MST) as an agent of peacebuilding in Brazil based on the analytical framework of Peace Studies, especially Johan Galtung's formulations on forms of violence and the notion of conflict transformation. To understand the totality of social transformation in light of Peace Studies, the study draws on contributions from other fields of study in the context of a critical view of processes of dehumanization, Gramscian political theory, and contemporary approaches to social movements and collective action. The following guiding question is taken as a starting point: How does the MST contribute to peacebuilding in Brazil in light of Peace Studies? A qualitative and critical interpretive approach is adopted, structured by an in-depth case study that integrates an interdisciplinary literature review, a historical-structural analysis of the Brazilian field, and a reflection on the insertion of social movements in International Relations. The results achieved include the identification of the MST as an essential actor for social transformation and the promotion of peace in Brazil in the context of agrarian issues. This action incorporates a political project that integrates dimensions of social emancipation in dialogue with Paulo Freire's critical and humanistic pedagogy and also with Gramscian notions of hegemony, counter-hegemony, and active civil society. I demonstrate that MST contributes to overcoming forms of violence by promoting access to land, popular education, and social justice. This study broadens the debate on the intersection between social movements and peace studies, highlighting that peace in Brazil requires recognizing and strengthening collective experiences that confront historical inequalities, dispute hegemonies, and produce concrete practices of social emancipation.

Keywords: MST; Social Movements; Peace Studies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O “Triângulo da Violência” de Galtung	19
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação entre TdL, CEBs e CPT.....	39
Quadro 2 – Periodização do MST.....	41
Quadro 3 – Sistema interligado de violências.....	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CLOC – Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo

CPA – Cooperativa de Produção Agropecuária

CPT – Comissão Pastoral da Terra

EP – Educação para a Paz

EPP – Estudos Para a Paz

FSM – Fórum Social Mundial

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

PIN – Programa de Integração Nacional

PROCERA – Programa Especial de Crédito para a Reforma

PRONAF – Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras

PT – Partido dos Trabalhadores

SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados

SI – Sistema Internacional

SPVEA – Plano de Valorização Econômica da Amazônia

TdL – Teologia da Libertação

UDR – União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	11
1. DIÁLOGOS TEÓRICOS: As concepções sobre paz, violência e movimentos sociais.16	
1.1 Paz e violência do campo dos EPP.....	17
1.2 Adjacências sobre paz e violência.....	21
1.3 Processos de não-violência.....	23
1.4 Movimentos sociais hoje.....	25
1.5 Movimentos pela paz.....	27
1.6 Movimentos Sociais e RI.....	30
2. RAÍZES E PERSPECTIVAS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST).....	33
2.1 Violência generalizada pós-golpe.....	34
2.2 Lutas agrárias brasileiras.....	37
2.3 Periodização do MST e linhas gerais de atuação.....	42
2.3.1 O que a educação significou no MST.....	44
2.3.2 A cadeia produtiva do MST.....	47
2.3.3 Articulações internacionais do MST.....	51
3. MST: UM MOVIMENTO PARA A PAZ?.....	55
3.1 As violências agrárias brasileiras a partir dos EPP.....	55
3.2 O lugar do MST nos Estudos Para a Paz.....	64
3.3 É o MST um movimento pela paz?.....	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	86

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A emergência do campo dos Estudos Para a Paz (EPP) na década de 1960, através de nomes como Johan Galtung, se apresentou como um dos indicadores de um fenômeno que se preparava para acontecer nas Ciências Sociais: a ruptura pós-positivista das décadas seguintes. Na disciplina de Relações Internacionais (RI), um campo em si heterogêneo, essa ruptura começou a ganhar força entre 1980 e 1990, a partir da influência de novas dimensões de poder, o que ocorre com a incorporação das transformações sociais protagonizadas por novos atores no Sistema Internacional (SI). Nos anos 80, por exemplo, a área é enriquecida com as contribuições das feministas que possuíam (e ainda possuem) um braço forte nos movimentos sociais (Roque e Santos, 2019).

Cada vez mais, a dita “ciência tradicional” era contestada e questionada pelos novos arcabouços teóricos em formação. Os EPP, ao estarem submetidos a constantes atualizações teóricas, acabaram alimentando políticas públicas integradas com a política global através dos atores dominantes do SI (Pureza e Cravo, 2005). Isso acontece principalmente pelas aspirações desse campo de estudo com transformações profundas da realidade em vista da primazia da paz (física, estrutural e cultural). A virada que Galtung proporciona nos EPP consolida esse campo como uma disciplina “socialmente produtiva”: com reflexos na vida social, política, econômica e cultural das sociedades.

Utilizando aqui uma analogia do próprio Galtung: os EPP, eticamente orientados para a paz (em todas as versões que esse conceito pode oferecer), não serão menos rigorosos do que a investigação médica, eticamente orientada para a cura (por oposição à doença) (Galtung, 1996). A procura de processos não violentos de alteração política por essa escola de pensamento implica na transformação profunda das estruturas de poder vigentes, necessariamente com bases na distinção da conceituação da paz, aqui entendida além da ausência de guerra, chegando a uma comunidade humana integrada e a uma justiça social (Pureza e Cravo, 2005).

Com esses conceitos em mente, a América Latina é colocada em foco pela sua longa trajetória de complexas histórias de lutas, o que transforma a região em um grande desafio de estudo para pesquisadores de áreas como as Relações Internacionais e o campo de EPP, apresentado anteriormente. A falácia perpetuada por alguns estudiosos em olhar para a região como um local de “paz duradora” é desmembrada pela própria história de violência e resistência da região, algo que David Mares (2001) apresenta muito bem. O panorama histórico presente na região de intensos conflitos interestatais é somado à forte presença de conflitos dentro dos Estados, uma vez que a própria formação destes não se deu por vias

pacíficas. O caráter histórico colonial latino americano não permitiu as sociedades da região se desenvolverem de forma natural e humana, muito pelo contrário, o que predominou nos últimos séculos foi a violência deliberada de maneira explícita (Mares, 2001).

Nos diversos braços de violência em cada um dos Estados, a questão agrária se caracterizou como um dos conjuntos dos problemas criados no desenvolvimento da agricultura e da pecuária nas sociedades capitalistas latino americanas, especialmente no tocante à intensa concentração da estrutura fundiária, nos processos de expropriação, no desemprego e exclusão dos camponeses. A série de necessidades e demandas relacionadas a questão agrária na região é intrinsecamente conectado ao desenvolvimento do capitalismo, materializado, aqui, pelas colonizações e pelas formações dos Estados de violência (Elias, 2022).

Inserido no contexto mencionado, o Brasil apresenta problemas agrários que remontam ao período colonial, marcados pela concentração fundiária, escravidão e expropriação de terras indígenas e camponesas. Esses problemas foram transformados e agravados no século XX com o avanço do agronegócio globalizado no país (Elias, 2022). Especialmente durante a ditadura militar brasileira, as políticas deliberadamente violentas e repressivas se intensificaram no dia a dia dos brasileiros, principalmente no âmbito do campo (Almeida et al., 2011). A violência histórica colonial sobre o trabalhador rural se intensifica e amplia seu grau de complexidade desde as ações mais diretas e ostensivas - pelos assassinatos e prisões - até formas mais sutis e cotidianas - pelo enfraquecimento da capacidade de resistência e mobilização desses grupos.

Com o início dos anos 1980 no Brasil, veio um novo ciclo de luta em busca de reação às políticas violentas no campo e nas cidades. Novos temas e debates foram consolidando seus espaços cada vez mais com as novas auroras da redemocratização, onde cada luta se somou a várias outras de âmbito popular. Com a emergência de novas identidades, como é o caso dos sem-terra, dos atingidos por barragens, dos seringueiros, das quebradeiras de coco de babaçu; foram criadas novas formas de luta passando a expressar novos temas e valores relacionados à crítica aos efeitos da modernização (Medeiros, 2010).

No conjunto de novos horizontes que se formavam na sociedade civil durante o período de redemocratização brasileira, esteve o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que se estabelece com a principal pauta do acesso à terra ao realizar as primeiras ocupações ainda no ano de 1979 (Fernandes, 2010). O movimento é formado em um contexto de decomposição do regime militar e de forte mobilização social por uma abertura política. Enquanto movimento, o MST tem seus períodos no processo de formação

em quatro condições: gestação, consolidação, institucionalização e mundialização. Como descreve Fernandes (2010), essas fases foram delimitadas tanto pelos processos internos ao movimento como também pelas mudanças na conjuntura externa no Brasil e no mundo.

A partir da história do MST e da própria estrutura violenta latifundiária brasileira, é tido como ponto de partida no presente trabalho o entendimento desse movimento como uma reação da sociedade civil aos processos estruturais de violência no acesso à terra no Brasil. Assim como também se entende o campo dos EPP como um arcabouço teórico fundamental para a compreensão dos processos de paz e violência no Brasil. Com isso em mente, proponho como pergunta orientadora de pesquisa: De que forma o MST contribui para a construção de paz no território brasileiro à luz dos EPP?

A partir dessa pergunta principal, a pesquisa tem como objetivos específicos: 1. Examinar as bases teóricas que fundamentam a pesquisa na articulação entre as contribuições dos EPP, o olhar crítico de Paulo Freire, a teoria política gramsciana e as abordagens da não violência estratégica; 2. Demonstrar de que forma os movimentos sociais estão inseridos no campo das RI; 3. Apresentar a história e as linhas de atuação do movimento MST voltadas à transformação social no Brasil; 4. Indicar de que maneira se dá a relação existente entre a atuação do MST no território brasileiro e os pressupostos teóricos desenvolvidos na primeira parte do trabalho. Para responder a esses objetivos, opero com a premissa de que o MST desempenha um papel fundamental na luta pelos direitos no campo desde o início de sua história.

Essa dissertação tem como base fundamental a análise sob uma perspectiva predominantemente estrutural, pensando nas teorias que alicerçam esse estudo e também refletindo no olhar que construí sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Essa escolha metodológica está alinhada tanto ao objetivo central do trabalho quanto aos objetivos específicos, em uma observação ampliada das dinâmicas sociais, políticas e econômicas que moldam a violência em larga escala.

Tenho a consciência da importância do cotidiano micro das bases do Movimento e das realidades em cada um dos assentamentos e dos espaços em que o MST está materializado, apenas tomo privilégio nesse estudo a investigação das estruturas que condicionam o processo histórico mais amplo, marcado pelos desafios no alcance da justiça social nas questões agrárias. Essa opção analítica permite compreender o MST como um agente que opera em um terreno de forças atravessado por continuidades históricas e novas perspectivas de futuros.

Para delinear os objetivos, fiz a divisão do estudo em três capítulos para amparar a resposta da pergunta principal. Construí a primeira seção a partir de uma revisão de literatura no campo dos EPP e na transformação das violências, abordando os conceitos de violência e paz por uma perspectiva crítica além de desenvolver sobre adjacências teóricas que também contribuem nas noções de transformação social, partindo de teorizações de Paulo Freire, Antonio Gramsci e Gene Sharp. Nessa parte também desenvolvo sobre os movimentos pela paz e seus parâmetros e nas formas que os movimentos sociais se inserem no campo das RI, reafirmando a importância desses agentes para a disciplina.

Em um segundo momento discorro integralmente sobre a história do MST além de apresentar suas linhas de atuação e influência na transformação social no Brasil. Nessa parte tenho como base o contexto de violência agrária em que o Movimento foi formado, materializado nas conjunturas da ditadura militar brasileira. Desenvolvo também sobre os setores da sociedade civil que estiveram presentes como contraponto a esses processos no período. Na estruturação da base do MST, desdubro com maior foco nos âmbitos da educação, da cadeia produtiva e das articulações internacionais, áreas fundamentais para uma análise estrutural do Movimento inserido no quadro teórico desenvolvido no primeiro capítulo.

Por fim, discuto a relação existente entre as bases do movimento e as transformações sociais ocorridas em prol da paz, com base na construção desenvolvida na primeira seção. Nessa parte faço uma divisão em três subseções, inserindo inicialmente o contexto agrário brasileiro na literatura de violência para estabelecer, na segunda subseção, o lugar do MST na base teórica inicial de transformação das estruturas de violência. Na última parte dessa finalização do trabalho, elucido sobre reflexões e aspectos teóricos-chave também necessários para inserção do cenário brasileiro no quadro de paz e violência global.

No tocante à metodologia do trabalho, faço o uso de uma abordagem qualitativa por meio da técnica de estudo de caso ao fazer a observação, análise e interpretação dos fatos apresentados especificamente sobre o MST inserido no quadro estrutural de paz e violência. Para alcance dos objetivos apresentados, faço uma revisão bibliográfica na literatura do campo dos EPP e das áreas de olhar crítico para os processos de desumanização, abrangendo também a teoria política gramsciana e as abordagens sobre movimentos sociais e ação coletiva, além da pesquisa bibliográfica na literatura a respeito da história e das atuações do MST. Assim, foi buscado um estudo sobre o conflito no território brasileiro para esta pesquisa e, principalmente, sobre alternativas a ele. Pensar em alternativas frente à violência é fundamental, especialmente no ponto de partida de um contexto latino americano imerso

em ausência de garantias básicas atravessando gerações inteiras da grande parcela da população.

Para fins teóricos e de viabilidade do trabalho, optei pelo estudo das bases gerais do MST, mesmo reconhecendo a pluralidade de atividades do movimento. Além das bases apresentadas, cada vez mais o MST tem incorporado novas agendas em uma ampliação do movimento. A luta pela reforma agrária passa a ser vista como um complemento de outras lutas cidadãs como forma de incentivo para construção de uma nova identidade coletiva. Essa postura mostra a solidariedade do movimento em apoiar lutas específicas como acesso à moradia, emprego, educação, entre outras, além de introduzir em sua organização especificidades de novos movimentos sociais, construindo uma noção mais ampliada de povo (Scherer-warren, 2000).

Ademais, a inclinação da pesquisadora a que se fala em relação à pesquisa no campo dos EPP e sobre o MST ocorre devido à postura crítica que levo como ponto de partida, considerando principalmente as presentes violências diretas que os movimentos do campo tem sofrido nos últimos anos (Moncau, 2024), além da violência institucional (estrutural) e cultural (Hercog, 2023; León, 2024). Portanto, levando em conta que o MST atualmente é um dos maiores movimentos sociais da América Latina (Fernandes, 2010), analisar o papel-chave desempenhado pelo movimento e principalmente seu diálogo com teorias globais, se torna um compromisso acadêmico para reconhecimento da importância da sociedade civil.

1. DIÁLOGOS TEÓRICOS: As concepções sobre paz, violência e movimentos sociais

Os pensamentos e as filosofias acerca das questões da paz têm estado presentes por longo tempo na história da humanidade, inicialmente conectados às tradições religiosas e espirituais nas diferentes sociedades humanas que já se teve notícia. Apenas no século XX que o conceito de paz adquire um caráter mais politizado dadas as configurações do sistema internacional durante o período, uma vez que ocorreram duas guerras mundiais além de múltiplos processos de descolonização (Mello e Guerreiro, 2013).

Esse teor mais político da paz se materializou através da não violência nas diversas configurações internacionais com figuras como Mohandas Gandhi na Índia, com o protagonismo em parte do processo de independência do país por meio dos atos de desobediência civil (Mello e Guerreiro, 2013). Martin Luther King Jr., liderança política estadunidense, também fez uso dessa prática, não como um princípio como geralmente se supõe, e sim como tática devido às circunstâncias em que o movimento dos direitos civis operava na segunda metade do século XX nos Estados Unidos (Nimtz, 2021). Nelson Mandela, liderança política sul-africana, também fez uso da não violência para transformação do contexto em que fazia parte (Marcos, 2024). Após ter sido preso por liderar uma campanha não violenta contra o regime de *apartheid* em 1952, anos depois ingressou em um movimento armado para derrubar o regime.

Mesmo com estudos voltados à questão da paz já entre 1930 e 1940 (Sorokin, 1937; Wright, 1942), apenas após a Segunda Guerra Mundial as contribuições nesse campo adquirem maior número em razão do contexto do Sistema Internacional no momento, permeado pelo temor de uma nova guerra mundial e de ataques nucleares. Cientistas sociais, então, refletiam com mais profundidade sobre como promover a paz de maneira consistente e contínua a partir da sistematização das compreensões sobre paz que viam desde a antiguidade até o século XX (Ferreira, 2019).

No auge dessas teorizações, em especial nos Estados Unidos e na Europa, uma onda de departamentos e núcleos de pesquisa se voltam à compreensão da paz e dos conflitos, com figuras como Johan Galtung (um dos nomes fundadores do *Peace Research Institute of Oslo*), Anatol Rapoport da Universidade de Michigan (EUA) e Kenneth Boulding da Universidade de Stanford (EUA). É através das discussões levantadas por teóricos desses locais que surge o campo dos Estudos Para a Paz (EPP), que de início além de levantar questões sobre os

perigosos jogos de influência entre potências, também considerava os fatores econômicos e sociais na promoção da paz (que possuíam um papel secundário até então) (Ferreira, 2019).

Esse número crescente de pesquisas sobre a paz reformulou uma parte dos estudos de Segurança Internacional ao desafiar as investigações que eram feitas até então por um viés predominantemente estatocêntrico (como acontecia na Ciência Política e nas Relações Internacionais). Nos EPP, elementos transnacionais ganham mais força a partir das investigações sociais e históricas incorporadas pelo campo, que se consolidou como uma área interdisciplinar de pesquisa ao partir da ideia de que a prevenção da guerra e dos conflitos necessita do esforço de diversas áreas de conhecimento como sociólogos, psicólogos e educadores, por exemplo. Característica essa, autoafirmada pelos editores do número inaugural do *Journal of Conflict Resolution*, um dos periódicos pioneiros do campo (JCR, 1957 *apud* Oliveira, 2017).

A partir das primeiras atividades no campo dos EPP, as ideias de paz e violência passaram a ter mais concretude, teorizadas inicialmente a partir de Galtung e reverberadas posteriormente por outros teóricos e teóricas.

1.1 Paz e violência do campo dos EPP

O elemento que provavelmente caracteriza os EPP de uma maneira singular seja a ideia de uma epistemologia negativa e uma positiva na abordagem do conceito de paz, contribuição vinda de Galtung que desde o início dos seus trabalhos traz a noção de que a paz se desdobra em uma perspectiva negativa e outra positiva. No primeiro conceito, a paz é definida a partir do que ela não é ou do que ela nega, nesse caso: a violência física e a guerra. Galtung batiza essa noção de “paz negativa”, caracterizada por uma concepção minimalista de paz, restrita à ausência de manifestações diretas e aparentes da violência. Essa perspectiva, predominante no realismo nas RI e nos estudos estratégicos, também reverbera no senso comum e nos movimentos pacifistas, que têm o olhar para a paz através das lentes do ativismo antiguerra (Oliveira, 2017).

A pesquisa da paz voltada para epistemologia negativa tem a preocupação com manifestações explícitas da violência através da compreensão das razões, causas, dinâmicas e formas de lidar com os efeitos diretos do conflito e da guerra. Na paz negativa predomina temas como diplomacia, negociação, mediação de conflitos e outros instrumentos de gestão e resolução de conflitos. O papel das organizações internacionais e do Direito Internacional é uma peça chave na contenção da guerra, em conjunto com a necessidade do desarmamento e do controle de armas (principalmente as nucleares, químicas e bacteriológicas). De maneira

geral, a vertente negativa da paz se preocupa com a contenção ou supressão da violência física e aparente nas sociedades (Oliveira, 2017).

A partir da perspectiva da paz positiva, principal contribuição de Galtung nesse momento inicial, a paz possui uma definição maximalista a partir da agregação das diversas áreas sociais: mudança de mentalidades, contato e intercâmbio entre grupos, educação, pesquisa, comunicação, diálogo, transformações sociais e econômicas, entre outros aspectos. A paz aqui não se define apenas na ausência de violência física e direta, também se expande para abranger qualquer iniciativa afirmativa que promova a integração e o bem-estar humano. Essa dimensão é caracterizada por uma feição mais complexa e radical, que se compromete com a construção de um sistema global integrado por meio de mudanças sociais alcançadas por meios não violentos (Oliveira, 2017) e, em decorrência disso, recebe grande importância no trabalho por ampliar a visão crítica sobre as possibilidades de construções pacíficas.

Em paralelo às ideias construídas em torno da paz, se encontram as teorizações a respeito da violência, a qual, para Galtung, também precisa de atenção especial. O conceito de violência estrutural se articula com a própria ideia de paz positiva já na década de 1960 e 1970, em um contexto de intenso debate fomentado pelas críticas aos EPP. Em sua definição, a violência estrutural se caracteriza como uma forma indireta de violência, com raízes na distribuição desigual de poder e recursos nas sociedades (ou entre elas). Portanto, esse conceito chama a atenção para um tipo de violência quase sempre latente, invisível ou disfarçada, que resulta das desigualdades sociais, das injustiças e das diferentes opressões e explorações em sociedade (JPR, 1964).

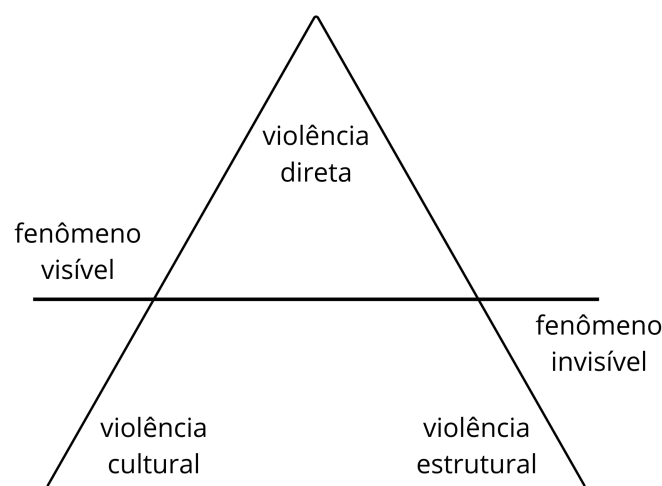
Conforme supracitado, enquanto a paz negativa se define através da ausência de violência direta, a paz positiva se caracteriza na ausência de violência estrutural, com uma articulação através da noção de justiça social. A superação de todas as formas de desigualdades e injustiças sociais faz a paz positiva estar mais próxima da realidade. Essas reflexões, resultantes de debates no início do desenvolvimento dos EPP, dão à agenda de EPP uma orientação mais reflexiva e emancipatória (Oliveira, 2017).

A partir das críticas e das reflexões resultantes da construção teórica sobre a paz feita por Galtung, nos anos 90 sua teoria adquire novos contornos, principalmente por meio da observação de que alguns aspectos próprios da esfera simbólica da existência humana (como religião, ideologia, arte, etc) podem reforçar as formas diretas e estruturais de violência, pela sua legitimação ou fazendo com que elas não sejam percebidas como erradas aos olhos da sociedade (Galtung, 1990).

Essas atualizações teóricas trazem uma nova categoria conceitual, a chamada violência cultural. Esse conceito permite compreender que as manifestações simbólicas de violência atuam através de mecanismos sutis e indiretos que, ao exercerem uma função importante na construção de identidades coletivas, irão contribuir na estabilização de determinadas ordens sociais. Assim, as formas diretas e estruturais de violência são vistas como “normais” (Oliveira, 2017).

Com esse novo conceito, é desenvolvido por Galtung o que foi chamado de “triângulo da violência”. Em um dos vértices está a violência direta e nos outros dois estão as formas indiretas e sutis de violência: a estrutural e a cultural. Com a projeção desse triângulo sobre o conceito de paz, é possível chegar a uma equação complexa, a partir da paz negativa se definindo pela eliminação da violência direta e a paz positiva sendo construída pela eliminação das duas formas de violência indireta: a estrutural e a cultural. Essa trajetória do conceito de violência e de paz traz em seu ponto de chegada uma concepção abrangente de paz que corresponde ao somatório da vertente negativa e da positiva (a qual se entende a partir da paz cultural e estrutural) (Galtung, 1996).

Figura 1 – O “Triângulo da Violência” de Galtung



Fonte: Galtung (1996)

No tocante ao Sistema Internacional, a proposta de Galtung faz um esforço em identificar as variáveis que criaram o surgimento da violência dos Estados junto dos aspectos relacionados, para assim, pensar em alternativas para solucionar esses obstáculos (Silva Júnior, 2017). No quadro da tipologia da violência, Galtung deixa explícito que a mesma pode adquirir diversos contornos, ser intencional ou não, manifesta ou latente, física ou

psicológica, com ou sem objetos. Cada forma de violência se complementa e dá maior complexidade ao conceito e às suas manifestações práticas (Galtung, 1969).

Na relação entre a ideia de paz e violência, o autor traz um enfoque em duas situações distintas para materializar o entendimento. No primeiro cenário, nomeado como Guerra Geral e Completa (GGC), as leis da natureza teorizadas por Thomas Hobbes predominam através de um incessante conflito de todos contra todos, que ocorre em uma estrutura individualista e conflituosa que não permite a formação de associações cooperativas. Galtung explicita a distância entre o mundo real e esse cenário a partir da característica inerente aos seres humanos em simpatizar e harmonizar com seus semelhantes, principalmente na identificação com grupos e, portanto, criação de laços de cooperação. Além disso, dificilmente seres humanos utilizam todas suas armas ao mesmo tempo, o que raramente cria nas sociedades humanas um cenário de guerra total (Galtung, 1964).

Na segunda situação, Galtung elabora o modelo da Paz Geral e Completa (PGC), o qual se encontra numa total oposição ao primeiro. Junto a um controle da violência, aqui predomina uma esfera de cooperação, integração e harmonia até a criação de uma igualdade social completa. Há o reconhecimento do forte caráter utópico desse cenário, o que não exclui, segundo Galtung (1964), a contenção dessa ideia. Portanto, um equilíbrio entre os dois cenários, através da busca pela PGC, demonstra a tarefa do campo dos EPP (Silva Júnior, 2017).

No quadro de conflitos persistentes e intratáveis que ocorriam na época das teorizações de Galtung, suas contribuições acerca da paz e da violência contribuíram para reflexões sobre as raízes dos conflitos do período, principalmente pela influência significativa nas operações de paz dos anos 1990 e 2000. Na “Agenda para a Paz” em 1992, o então secretário-geral da Nações Unidas (ONU) Boutros-Ghali defendeu o envolvimento mais ativo da comunidade internacional na prevenção e gestão dos conflitos violentos. As abordagens de paz definidas nas décadas anteriores, foram trazidas para o centro das práticas de intervenção da ONU, que precisava de uma reconfiguração naquele momento visto as críticas feitas à sua atuação (Oliveira, 2017).

A influência do teórico na atuação da organização foi um dos fatores que demonstrou como o desenvolvimento das teorias de paz foi fundamental para alargar a discussão sobre paz e violência, formando um espaço intelectualmente produtivo e de intervenção social. Como apontado por Cravo (2023) e Oliveira (2017), o enquadramento oferecido por Galtung não é um mero exercício acadêmico justamente pelas implicações para a ampliação do

compromisso normativo da disciplina dos EPP e da reflexão sobre a articulação entre teoria e prática (Cravo, 2023).

1.2 Adjacências sobre paz e violência

Dado o exposto anteriormente, é possível compreender o esforço do campo dos EPP em identificar as desigualdades como violências nos mais diversos níveis da vida social. Além disso, é possível identificar também a paz como lado oposto a esse conceito nessas diferentes profundidades. Com isso, outros conceitos são relevantes para a compreensão da estrutura teórica necessária para esse trabalho e serão desenvolvidos nessa seção.

O entendimento da estrutura de violência nos níveis direto, estrutural e cultural, presente na vida de grupos vulnerabilizados, especialmente na América Latina, também se faz presente nos ensinamentos de Paulo Freire (1981; 2014). Em suas contribuições, que entram em conformidade com as teorizações galtonianas, há um olhar sensibilizado na busca de uma paz positiva.

A partir da “pedagogia do oprimido”, Freire (1981) afirma a importância de produzir conhecimento emancipatório a partir das experiências dos grupos vulnerabilizados, que ao estarem inseridos em contextos de violências, precisam conhecer sua condição histórica, seus papéis sociais na condição de pessoas que foram vulnerabilizadas para, a partir disso, transformarem suas realidades através de uma educação libertadora e, principalmente, da emancipação (Freire, 1981).

Inicialmente, Freire (2014) parte do entendimento das constantes relações que as pessoas têm com o mundo, em um movimento plural de troca e influência mútua, entendendo, assim, a importância de uma participação ativa na construção do conhecimento para transformar realidades. Outro ponto de partida que vem reafirmado nos seus escritos é o reconhecimento do processo de desumanização feito para consolidar as práticas de violências. A desumanização se faz por uma estratégia histórica para justificar as violências e retirar as pessoas da posição de sujeitos de suas próprias histórias.

A missão que Freire (1981) faz aqui, então, é reconhecer que a desumanização não é um fato dado e sim construído através dos processos históricos e, portanto, passível de ser revertido. Reversão essa que ocorre com a devida humanização dos sujeitos, através de sua emancipação. O desafio, para Freire, reside em identificar os elementos que fazem a manutenção das violências nos oprimidos. Com a identificação das estruturas de violência, é preciso materializar a mudança de forma concreta, considerando inclusive as subjetividades

dos sujeitos que até então haviam sido negadas. Como Freire (1981) reitera, não existe objetividade sem subjetividade (ou vice-versa), não podem ser elementos dicotomizados.

A produção de conhecimento sobre violências e construção da paz não se restringiu ao campo dos EPP. A realidade particular brasileira foi fundamental para construir o pensamento crítico de teóricos como Freire, principalmente por diminuir a distância entre o conhecimento acadêmico e as vivências práticas das populações vulnerabilizadas.

Antonio Gramsci (1988), ao tratar sobre a transformação de estrutura, contribui com sua noção de hegemonia, teoria ampliada do Estado, sociedade civil e partido político. A hegemonia se situa nas particularidades do Ocidente a partir da passagem da guerra de movimento à guerra de posição, a qual é colocada como estratégia revolucionária de construção da hegemonia.

Para esse pensador, não foi desenvolvida no Oriente uma sociedade civil forte e autônoma. Assim, o Estado é tudo e a sociedade civil é incipiente e fluida. Dessa forma, a luta política se trava, fundamentalmente, a partir da conquista do Estado. O movimento de mudança (revolucionário) é expresso como guerra de movimento ou manobra, em uma estratégia de ataque frontal, na conquista e preservação do Estado (Santos, 2015). O conceito de hegemonia aqui tem seu sentido ampliado: Se fundamenta como um domínio além do uso da força, precisa abarcar também as esferas culturais e ideológicas de uma classe sobre as demais por meio do consenso e da liderança moral e intelectual. Implícito a essa ideia vem a necessidade da construção de alianças com outras forças sociais (Karriem, 2009).

Nas sociedades ocidentais, por sua vez, o Estado ampliado corresponde à sociedade política e à sociedade civil. Ao falar desse primeiro conceito, é tido como base o conjunto dos mecanismos em que a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência. Sobre a segunda ideia, Gramsci traz as organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, desde as escolas, igrejas, partidos políticos, movimentos sociais, meios de comunicação, etc. Nesse meio da sociedade civil, busca-se a hegemonia. E aqui se faz imprescindível a estratégia da guerra de posição para a construção de hegemonia (Gramsci, 1988).

A guerra de posição, então, se dá nas batalhas travadas inicialmente no âmbito do meio civil, visando a conquista de posições e espaços, da direção político-ideológica e do consenso dos setores majoritários da população, como condição inerente para acesso ao poder de Estado e para sua posterior conservação (Santos, 2015). Na configuração do contexto brasileiro, esse conceito interessa ao trabalho principalmente por potencializar a sociedade civil e sua atuação política, que é uma das principais bases da pesquisa que escrevo.

Sobre as crises presentes nas sociedades ocidentais, Gramsci (1988) entende que a sociedade civil possui uma estrutura mais complexa e resistente, inclusive às crises econômicas e depressões. Para ele, a crise reside no fato de que o novo ainda não nasceu, mesmo com a iminência da morte do velho. Com isso, toda crise de hegemonia traz à tona diferentes possibilidades, como a continuidade da dominação da classe dominante através da coerção, por meio de concessões ou manobras reformistas; ou a ampliação dos espaços de hegemonia da classe dominada. Existe também a possibilidade da inversão das relações de hegemonia até que as classes dominadas se tornem dirigentes e criem condições para se tornarem classe dominante (Coutinho, 1989).

O processo das estruturas de poder exige, então, paciência revolucionária e espírito inventivo. Sobre a guerra de posição que atravessa uma crise de hegemonia, não há lugar para a espera da catástrofe inevitável do grande dia. Gramsci reforça que a crise orgânica não traz por si mesma a desagregação da classe dominante e a perda de sua hegemonia. A mudança ocorre, principalmente, na capacidade de organização da classe dominada (Santos, 2015).

Os fundamentos gramscianos apresentados são especialmente úteis para entender a relação entre agente e estrutura, aqui tendo como agente os setores da sociedade civil que vão de encontro às estruturas de violência, abordadas anteriormente por Paulo Freire e conectados aos EPP e às teorizações de Galtung. Nesse sentido, é essencial discorrer sobre o papel da não-violência na contemporaneidade como uma resposta às estruturas de violência.

1.3 Processos de não-violência

A partir da literatura sobre os aspectos da estrutura de violência e paz, além dos fatores que influenciam a hegemonia a partir da sociedade civil com as contribuições de Gramsci, é preciso desenvolver também sobre os aspectos presentes na literatura sobre o conceito da não-violência, a qual se torna fundamental para o entendimento da atuação dos movimentos sociais, especialmente movimentos pela paz, conceito que também será apresentado posteriormente.

Inicialmente, é válido delimitar a ideia desse conceito como além da mera ausência ou abstinência de violência visando fins políticos, abrangendo o uso planejado de estratégias, métodos e mecanismos específicos para gerar mudanças políticas. Assim, a não-violência advém sempre de um ideário normativo, utópico ou pragmático, que orienta os agentes políticos no emprego da ação não-violenta nas realidades históricas (Santos, 2019). Como sistematizado, há perspectivas que olham para a não-violência como atos esporádicos e sem planejamento; e, por outro lado, também existe o olhar da não-violência com considerável

organização coletiva, consciente através das estratégias e objetivos pelos seus integrantes e praticantes, junto a um planejamento detalhado das intervenções políticas. Além disso, a não-violência pode se desdobrar em duas principais vertentes: a partir de um princípio ou a partir de um lado pragmático.

A diferenciação entre as duas vertentes irá se basear em aspectos antecedentes da própria ação política direta ao dizer respeito à maneira como os ativistas absorvem e interpretam a não-violência. Por essa lógica, as dimensões irão diferir por motivos abstratos, apesar de poderem compartilhar o mesmo arcabouço prático nas suas execuções. Schock (2003) possui o cuidado em diferenciar a ideia do pacifismo da prática não-violenta. Ainda que relacionados, o pacifismo encontra uma abrangência na rejeição da violência física na vida pessoal e política, enquanto a não-violência se caracteriza como um meio para exercer pressões políticas, econômicas e sociais contra oponentes que ocupam posições de poder na hierarquia sociopolítica.

A não-violência como princípio expressa o entendimento de ativistas que negam a violência como um imperativo para suas vidas particulares e públicas. Aqui, a não-violência é o próprio fim da ação política, o objetivo final, e não um instrumento estratégico para alcançar outras finalidades. A utilização dos métodos de ação da não-violência para manifestação de preferências políticas é uma predeterminação de seus juízos de valor, de suas ideologias ou crenças, que subjetivamente impedem de cometer atos violentos. A oposição a uma lei ou política governamental é feita, aqui, visando o término da violência entre seres humanos ou a difusão de um amor incondicional entre as pessoas. Os fins utópicos são a maior motivação para esse ativismo, que é recorrente e persistente pela grande distância entre a realidade histórica e o horizonte de metas para as comunidades (Santos, 2019).

No tocante à não-violência pragmática, é exposto a compreensão de ativistas que avaliam antecipadamente o contexto histórico e a conjuntura política para então escolher o meio de ação que julgam mais viável à luta que irão empreender. A decisão pela não-violência, quando vier, é feita de forma racional e estratégica, sustentada pelo discernimento de que a luta a ser empreendida terá maiores possibilidades de sucesso através do planejamento estratégico e da execução dos métodos de ação não-violenta (Chenoweth e Stephan, 2011).

Assim, a tomada de decisão ocorrerá devido a pelo uma das seguintes razões: 1. Disputa violenta requer habilidades, que nem sempre estão disponíveis ou se possui os meios para desenvolvê-las; 2. Ações não-violentas permitem a participação cooperativa de mais grupos sociais distintos; 3. Multiplicidade de métodos disponíveis faz com que cada membro

atue de acordo com suas possibilidades e conhecimentos; 4. Ações coletivas de grande porte tendem a diminuir o discernimento dos riscos iminentes às intervenções diretas; e por fim, 5. A visibilidade midiática das ações não-violentas favorece o apoio de mais atores sociais no favorecimento à opinião pública ao movimento social não-violento (Howes, 2013).

Dentro dos diferentes posicionamentos políticos que a não-violência pode se manifestar, outro ponto interessante é a ação não-violenta ativa, a qual consiste em um repertório de atitudes peculiares e combináveis gerando intervenções políticas diretas, conscientemente coordenadas e executadas em prol de fins políticos pré-determinados num plano de ação estratégico. Como exemplo, Santos (2019) cita passeatas, bloqueios, greves, ocupações, boicotes, dentre outras formas de ação.

No meio do conjunto de teóricos da não-violência, Gene Sharp contribui com uma sistematização de estratégias, mecanismos e métodos de não-violência resistente com o passar do tempo. Sharp (2012) se preocupa com o poder presente nas teorias ao considerá-lo inerente a praticamente todas as relações sociais. Inicialmente, são desenvolvidas duas vertentes de poder, o social e o político, em que o primeiro é definido pela capacidade dos grupos sociais em controlar o comportamento de outros grupos (direta ou indiretamente). O segundo diz respeito a uma forma de poder social aplicada para objetivos políticos, especialmente por instituições governamentais ou por pessoas em oposição/apoio a tais instituições.

Apesar de importantes as concepções desenvolvidas pelo autor sobre a teoria do poder, seu trabalho tem uma simplicidade teórica que se conecta diretamente ao foco pragmático de sua pesquisa. Sharp (2012) contribui principalmente na forma de agir sem violência ao trazer uma nova leitura da desobediência civil pelas pesquisas desenvolvidas especialmente no decorrer da década de 60.

1.4 Movimentos sociais hoje

As discussões no meio acadêmico sobre os movimentos sociais se intensificaram ao longo da segunda metade do século XX, especialmente no Ocidente, com o desenvolvimento de teorias e paradigmas abordando esses agentes a partir de diferentes perspectivas. No cenário do mundo globalizado há uma rearticulação das formas de dominação, uma nova divisão internacional do trabalho entre os Estados e também novas práticas sociais em um mundo cada vez mais moldado pela complexidade (Gohn e Bringel, 2012).

Diversos fatores e dinâmicas contribuíram para essas transformações no SI, dos quais alguns se destacam. De início, o aparecimento de um ativismo internacional e transnacional

multiescalar recuperou novas temáticas, relações e instrumentos de ação no SI. A crescente renovação dos agentes sociais também contribuiu nas mudanças do período, especialmente a partir do compartilhamento dos sentidos diferentes à cena da mobilização social e da ação coletiva. Esses e outros variados fatores contribuíram no desenvolvimento das interpretações contemporâneas sobre o papel dos movimentos sociais.

É importante reconhecer que o campo de estudo e a delimitação dos movimentos sociais progressivamente assumiram novas consistências teóricas, novos termos, como abordado por Alberto Melucci, por exemplo, que emprega, preferencialmente o termo “ações coletivas”, mais amplo e mais fiel, na visão do autor (Goss e Prudencio, 2004). No século XXI, os significados desses agentes da sociedade civil ganharam novos significados, especialmente com o desenvolvimento dos movimentos sociais de extrema-direita (Castelli Gattinara e Pirro, 2019). Em virtude do contexto de formação, desenvolvimento e atuação do MST, especialmente no auge das transformações do século XX, as abordagens teóricas sobre os movimentos sociais contemporâneos que utilizo nesse trabalho estarão voltadas para as mudanças da mesma época.

Pensar em movimentos sociais na era global é pensar sobre as contribuições de Preciado e Uc (2012) no tocante às geografias do poder desses agentes. A partir da análise desses grupos, é preciso reconhecer a disputa fundamental para controle e produção de espaços. Aqui, o espaço é fundamental para o exercício de poder e somente pode ser conquistado a partir da produção de mais espaço (Lefebvre, 1991). A política transita e se manifesta invariavelmente através do espaço. Portanto, a partir dos movimentos sociais, as relações políticas devem ser reconsideradas não somente no âmbito estatal, mas também no local, regional e inclusive transnacional, como veremos mais adiante.

Os movimentos sociais participam na constituição concreta do poder ao tomar consciência ativa no deslocamento e superação dos lugares hegemônicos estabelecidos. As espacialidades e histórias locais, sub-regionais ou de outras geografias, adquirem a capacidade de serem identificadas como práticas vitais na reprodução ou na mudança do sistema social hegemônico e o lugar que os atores partícipes ocupam nesse processo. O desafio principal que as projeções espaciais dos movimentos enfrentam inevitavelmente é como se materializar nos lugares dominantes da política, como o Estado e as instituições, sem deixar estagnar seu movimento (Zibechi, 2006).

É fundamental o entendimento de que as geografias do poder dos movimentos sociais são fonte de heterogeneidade, resistência, autonomia e empoderamento frente ao Estado-nação, além de exercícios de poder que geram possibilidades de uma nova ordem

social (Paz, 2010). Um movimento social não tem um lugar específico para fazer política, uma vez que com um núcleo de constituição de sujeitos já começa a transitar e politizar os espaços sociais com críticas, demandas, discursos e projetos.

No tocante às crises conceituais e (geo)políticas dos movimentos sociais na América Latina, é possível construir algumas interpretações centrais para identificar os elementos que trouxeram impacto relativo à dimensão de poder espacial dos movimentos sociais na região. A ascensão de governos de corte progressista ou da esquerda institucional na região entre os anos 2000 e a década de 2010 produziu um maior diálogo desses agentes com as esferas dos Estados, o que provocou um deslocamento nas discussões sobre as opções de mudança política e social na região (Preciado e Uc, 2012).

Para Zibechi (2011), um dos desafios enfrentados pelos movimentos sociais é não terem consolidado uma alternativa concreta de substituição à estrutura extrativista vigente, muito menos uma proposta específica de substituição das diversas expressões do desenvolvimentismo. Logo, o obstáculo se encontra no fortalecimento de sua auto-organização territorial na esfera local, sem perder terreno no debate de organização espacial nacional dos modelos de desenvolvimento emergentes.

A ação política desses agentes depende fortemente da abertura que os governos dos Estados nacionais irão propiciar em detrimento das tendências de convergência e capacidade de negociação nos espaços específicos de negociação. Como exemplifica Preciado e Uc (2012) com o caso brasileiro, durante a administração Lula (de 2003 a 2010) foram recuperadas margens importantes de governabilidade e uma ampliação da geografia do poder do Estado. Apesar dos maiores diálogos com os setores da sociedade civil, movimentos como o MST continuaram num fracasso relativo em virtude das metas da reforma agrária no país não alcançadas, abordagem que será melhor explicitada nos próximos capítulos.

De maneira geral, as geografias do poder na América Latina, especialmente nas nações com perspectivas mais progressistas, experimentaram importantes aproximações à conformação de Estados integrais, com maior proximidade de gerar uma sociedade inclusiva no Estado. Contudo, os limites surgiram com as agendas de Estado aprofundando a exploração de recursos para sustentar as plataformas partidárias a partir de políticas públicas capitalistas (Preciado e Uc, 2012).

1.5 Movimentos pela paz

A construção teórica dos EPP acerca da ideia de paz e violência é utilizada por Benford e Taylor (1999) no campo dos movimentos sociais, especialmente nos que se

organizam em prol de mudanças sociais para mitigar violências. A busca por mudança social se manifesta de variadas formas, uma das quais se faz presente na ideia de movimentos pela paz, que pode ser entendida como uma tentativa organizada por grupos de pessoas para prevenção de uma guerra, para dar fim a um conflito, construir uma sociedade justa e pacífica ou construir uma ordem mundial pacífica.

Com o desenvolvimento dos movimentos sociais mediante um aumento significativo de suas variedades e linhas de atuação no sistema internacional, essa ideia se amplia em paralelo aos conceitos de paz e violência no SI. Com a ideia de paz negativa e paz positiva, movimentos que almejam mudanças estruturais e justiça social passam a integrar essa definição, principalmente pelo foco nas raízes de uma ideia crítica de violência. Assim, pela continuidade dos trabalhos de Galtung (1996), o grande grupo dos movimentos pela paz se dividem em duas categorias: aqueles que buscam uma paz negativa e aqueles que buscam uma paz positiva.

Os movimentos em prol da paz negativa focam, principalmente, nas consequências diretas das guerras e dos conflitos. Assim, aspectos de base para esses agentes incluem a prevenção de conflitos iminentes a partir da mobilização para evitar que hostilidades se transformem em guerras, como, por exemplo, as campanhas de arbitragem internacional. Tentativas em buscar alternativas aos conflitos também são feitas através de estratégias que datam desde os anos 1800, por exemplo (Linden, 1987).

Os movimentos em prol do desarmamento também se encaixam nessa categoria a partir da eliminação de armas, balas e outros instrumentos de guerra. Movimentos internacionais numerosos têm tido como foco a eliminação de tipos específicos de armas e sistemas de armas, incluindo as convencionais, químicas, biológicas e nucleares. O uso de bombas atômicas no Japão pelos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial foi um dos pontos-chave para movimentos pacifistas ao redor do mundo demonstrarem forte indignação e se articularem politicamente (Rochon, 1988).

Uma crítica universal feita aos movimentos pela paz é a ausência de alternativas concretas à guerra. Mesmo com a forte oposição aos conflitos e aos malefícios da guerra, poucas soluções foram devidamente articuladas. Na segunda categoria, materializada pelos movimentos em prol da paz positiva, se encontra uma noção mais ampla dos efeitos das violências e também das formas como a mesma pode ser lidada. Aqui não se encontra apenas elementos de dissidência, mas também de incidência política “*advocacy*” a partir da defesa da criação de sociedades pacíficas e uma ordem mundial baseada em princípios de justiça social, direitos humanos e cooperação internacional (e transnacional). Assim como nos movimentos

pela paz negativa, essa segunda categoria também pode se portar em campanhas nacionais ou internacionais. No nível internacional, esses agentes moldam a governança global, o estabelecimento de organizações internacionais e as propostas políticas e espiritualmente embasadas em uma mudança social radical. São movimentos comprometidos com a justiça social, os direitos humanos e justiça climática e ambiental (Benford e Taylor, 1999).

Da mesma forma que a proposta da paz positiva desenvolvida por Galtung carregava em si uma ambição de transformação social, algo parecido ocorre com os movimentos pela paz positiva. No âmbito transnacional, algumas categorias se destacam, como é o caso da Teologia da Libertação (TdL). Assim como ideais pacifistas inspiraram os movimentos de paz e justiça no final do século XX, um fenômeno parecido ocorre também com ensinamentos religiosos que enfatizam a paz e a justiça social ao inflamar o ativismo dos que se opunham às estruturas de violência na América Central e na América do Sul (Benford e Taylor, 1999). Um dos exemplos dessa TdL nos âmbitos de violência e paz e principalmente na atuação de movimento social se deu na participação da Igreja Católica na questão agrária brasileira, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) atuando em defesa dos camponeses e dos sem terra (Mitidiero Junior, 2008).

Outra categoria parte do princípio da paz pela justiça social especialmente no tangente aos direitos humanos. Aqui, com forte influência dos movimentos pacifistas, por exemplo, como na África do Sul e na Índia. Diversos movimentos contemporâneos têm tido foco na construção de sociedades de paz através da expansão dos direitos humanos nos Estados em que tais liberdades tem sido negadas historicamente (Benford e Taylor, 1999).

Por fim, ainda se tratando de movimentos transnacionais, os grupos preocupados com a justiça climática utilizam o ativismo ecológico relacionando as questões ambientais com as pautas de paz, direitos humanos e justiça social. Esses agentes foram fundamentais para aumentar o ativismo, não apenas em torno da crise ecológica global, mas também no quesito da democratização (Benford e Taylor, 1999).

Nas campanhas nacionais, os movimentos pela paz positiva adquirem uma abordagem menos ambiciosa ao se concentrarem em mudanças de caráter mais micro no nível nacional. Apesar de alguns desses agentes objetivarem mudanças revolucionárias nas estruturas das sociedades, boa parte foca na busca por reformas em uma ou duas instituições de cada vez. As transformações políticas nesse âmbito acontecem principalmente a partir da ampliação da participação democrática e da garantia dos direitos fundamentais (Benford e Taylor, 1999).

A reestruturação econômica também se encontra no alvo de alguns desses movimentos como forma de mitigar algumas das causas das violências nos Estados, partindo

das consequências econômicas da guerra e do militarismo, por exemplo. A estratégia da conversão econômica adotada por alguns desses agentes consiste na persuasão de líderes e políticos do setor responsável pelas mudanças econômicas a transformar as economias focadas nos militares para uma abordagem baseada nos civis (Benford e Taylor, 1999).

A principal ideia exposta na literatura dos EPP é a pluralidade dentro da atuação em prol da paz, especialmente no que diz respeito aos movimentos sociais, aqui, atuando em diversas frentes visto a presença das violências nos sentidos mais amplos em sociedade. Esses agentes se destacam na longa história e tradição de atuação. Em virtude da face mutante da violência nas diferentes sociedades, esses movimentos precisam ter em si a adaptabilidade como uma característica fundamental, passando por ciclos de ativismo para enfrentar os conflitos, a injustiça social, as desigualdades e a devastação ecológica (Benford e Taylor, 1999).

1.6 Movimentos Sociais e RI

O entendimento dos movimentos sociais em diálogo com as concepções de paz e violência parte da compreensão dos mesmos dentro do campo de estudo das Relações Internacionais, concepção apenas possível com o desenvolvimento da área e também com os estudos voltados à Sociedade Civil Organizada (SCO). É necessário compreender que o plano teórico-metodológico dos movimentos sociais abrange múltiplas agendas e teorias, devido à fragmentação do campo temático e à diversidade de sujeitos e formas híbridas de ações coletivas (Gohn, 2012).

Ao pensar nas geografias do poder dos movimentos sociais, é preciso reconhecer a disputa para controlar a produção de espaços, imprescindíveis para qualquer exercício de poder. No reconhecimento das dimensões que participam da configuração de espaços de poder e dos atores que o constituem concretamente, os movimentos sociais tomam consciência ativa no deslocamento e superação dos lugares hegemônicos estabelecidos (Preciado e Uc, 2012). Com isso, as geografias de poder desses agentes são fonte de heterogeneidade, resistência, autonomia e empoderamento frente ao Estado-nação, e também exercícios de poder que geram possibilidades de uma nova ordem social (Paz, 2010).

Com as novas dimensões de complexidade na internacionalização do capital e das crises no meio do processo, ocorre uma reestruturação das formas de controle e subordinação que os Estados e o capital transnacional exercem (Preciado e Uc, 2012). A sociedade

internacional assume uma feição de um complexo relacional constituído de variadas formas de relações com interesses ultrapassando vocações de limites nacionais (Oliveira, 2004).

Nesse meio, uma das definições que podem ser usadas para o ator internacional reside na compreensão de que é o agente que participa das relações internacionais e da dimensão da sociedade internacional, interagindo para a cooperação ou para um possível conflito ao exercer influências no trato com demais atores pertencentes a uma mesma ordem (Oliveira, 2004). A condição de um ator ser conceituado como internacional transborda a internacionalidade de sua existência ao depender também da competência do agente com o cumprimento de funções e objetivos propostos pelo sistema internacional, sejam os mesmos financeiros, econômicos, sociais, comerciais, militares, ecológicos, entre outros (Lavall; Marocco; Fontanela, 2020).

No desenvolvimento dos níveis de análise no campo de estudo das Relações Internacionais, também são consideradas cada vez mais as forças transnacionais como agentes de grande importância no cenário contemporâneo. Nessa compreensão, os movimentos sociais organizados em nível global podem ser interpretados como forças transnacionais e, portanto, atores das relações internacionais (Lazaretti, 2017).

Esses agentes podem ser definidos como ações coletivas criadas em reação às conjunturas histórico-sociais nas quais se inserem. O caráter reativo dos movimentos sociais pode ser manifesto de três formas: contestadora (a partir de denúncias, protestos, oposições organizadas, entre outras), solidarística (pela cooperação e parceria para solução de problema específico ou nas ações solidárias) e propositiva (por uma utopia de transformação, formulando projetos de mudança social) (Lavall; Marocco; Fontanela, 2020).

Com o desenvolvimento da compreensão dos movimentos sociais dentro das Relações Internacionais é possível a aplicação dos preceitos na realidade atual do sistema internacional, especialmente no tangente à internacionalização do capital materializada no território brasileiro pelo agronegócio globalizado.

A articulação da literatura de paz e violência em consonância com as particularidades dos movimentos sociais proporciona um olhar amplo e aplicado aos agentes políticos, especialmente no território brasileiro, em que Estado, Sociedade Civil e Mercado fazem parte da arena de disputas políticas. Entender as configurações dos movimentos sociais dentro dessa arena traz base e contexto para transformação das realidades e para as dinâmicas de poder, o qual nesse trabalho é visto a partir das diretrizes de paz e violência, dada a história do MST, principal objeto de estudo em que eu focalizo.

Entender esses campos conectados possibilita a estrutura fundamental para fins de entendimento da realidade histórica do MST, a partir da conceitualização que esse agente tem como movimento social e dos acontecimentos ao longo da história brasileira, influentes até os dias atuais no contexto político.

2. RAÍZES E PERSPECTIVAS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)

Um dos maiores traços de violência no meio rural brasileiro atualmente, sem sombra de dúvida, ainda continua sendo a alta concentração da propriedade da terra. Decerto, é um problema que remonta à formação histórica do Estado brasileiro, que em suas raízes traz uma elevada desigualdade da distribuição da propriedade fundiária (Almeida, 2002). A política das sesmarias pelo século XVI já trazia os moldes das grandes extensões de terra nas mãos de poucos proprietários. O Estado brasileiro, que naquele momento fazia parte da coroa portuguesa, deixava claro sua prioridade na doação das terras: deveria ser feita para os produtores de açúcar, assim, exigindo grandes extensões para esse cultivo, condição que os pequenos produtores não podiam ter (Germani, 2006).

Séculos mais tarde, um dos primeiros marcos a intensificar essas particularidades se deu com a Lei de Terras de 1850 definindo a compra (em dinheiro) como principal mecanismo de acesso à terra, deixando assim, mais difícil que os pequenos produtores independentes pudessem adquirir a mesma, por não terem recursos financeiros suficientes para fazer a compra (Almeida, 2002). No Brasil, o título de propriedade fundiária sempre se mostrou como sinônimo de poder e riqueza. Por outro lado, no contexto de instabilidade monetária e baixo desenvolvimento do sistema financeiro, a terra assume também o papel de um ativo de reserva de valor. As estratégias estatais de desenvolvimento agropecuário adotadas a partir da segunda metade do século XX reforçaram ainda mais a concentração da propriedade fundiária.

Acadêmicas como Castro (2010) entendem essa fase como o momento de atualização tecnológica da agricultura brasileira, pelo qual se deu o emparelhamento das tecnologias utilizadas no país com a dos países de capitalismo avançado. O que aconteceu inicialmente na absorção das inovações introduzidas pela “Revolução Verde” e depois com a produção de tecnologia própria. Esse processo de modernização conservadora também tendia a gerar uma grande população marginalizada dos novos processos produtivos, que iriam passar a ocupar as periferias das grandes cidades (Guimarães, 1979). Esse efeito da modernização da grande propriedade, somado ao explosivo crescimento da população urbana, tornava a questão agrária um problema não mais essencialmente agrícola, já que esses trabalhadores teriam que ser aproveitados na economia urbana (Rangel, 2004).

Em síntese, é importante elencar que o processo de formação do MST se deu a partir de três principais pontos, como apontado por Paludeto (2018, p. 36): 1. Pelas mudanças na estrutura agrária, com destaque para a Revolução Verde, produzindo uma massa de trabalhadores sem condições de trabalho e vida no campo, assim como sem adaptação adequada nas cidades; 2. A ação política dos setores progressistas da Igreja Católica com o impulso da TdL; e 3. A progressiva abertura política na Ditadura Civil-Militar reorganizou os movimentos sociais em novos espaços.

No restante do presente capítulo, pretendo desenvolver sobre o contexto histórico de violência no acesso à terra no Brasil, especialmente no período de formação do MST em cada um dos pontos citados anteriormente. A partir dessa construção, é possível refletir sobre os elementos-base para a história do movimento: Quem tem acesso à terra? Quem pratica a violência nessas disputas? Quem sofre essa violência?

Dessa forma, as bases para a história do movimento são desenvolvidas, propiciando também a apresentação das fases de desenvolvimento do MST, ao entender que ocorreu um período de formação, de consolidação e de internacionalização do movimento através dos diálogos com a Via Campesina. Através da história e de suas fases, são formadas as linhas gerais de atuação do movimento, que se aprofundam e se alargam ao longo das experiências do movimento.

2.1 Violência generalizada pós-golpe

Ao levar em conta o contexto da distribuição de terras, é preciso refletir sobre as particularidades de intensificação dessas desigualdades no período ditatorial brasileiro, momento crucial para formação do MST. Nos anos que antecederam esse período, ocorria uma discussão maior sobre uma possível reforma agrária. É possível entender parte da violência agrária acentuada nos anos seguintes pelo argumento que Boix (2008) traz: uma nação que tem uma economia fortemente baseada em propriedade da terra e acordos de posse da terra altamente injustos, como é possível visualizar no contexto brasileiro, terá uma classe proprietária da terra que irá resistir de todas as formas aos apelos por reformas econômicas ou políticas.

O acesso à terra e a melhoria das condições de vida no trabalho sempre estiveram conectados. Durante os governos ditatoriais, ao invés da aplicação de medidas reformistas e redistributivas, a prioridade caminhou em direção a políticas de crédito e extensão rural como meio de solução para as questões do campo (Bruno, 1985). O que estava em jogo no início do período ditatorial era o rumo que o processo de modernização capitalista tomaria no Brasil.

Assim, os proprietários de terra se destacaram no protagonismo exercido para a manutenção de sua condição como classe através da participação ativa e efetiva no arranjo político que conduziram o Estado autoritário (Prieto, 2017).

A relação política entre organizações que representariam os proprietários de terras e o Estado nesse período enfrentou turbulências, mesmo com a violência explícita que a ditadura já representava. Como apontado por Mendonça (2010), uma das principais articulações das elites agrárias brasileiras, a União Democrática Ruralista (UDR), nasce em 1985 a partir da insatisfação com a proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). A UDR é formada, então, por latifundiários temerosos da perda de suas terras pelo requisito mínimo da função social da terra, prevista no PNRA. Essa organização, que cimentou as bases para o que hoje é conhecida como Bancada Ruralista¹, é criada para representar os segmentos de proprietários descontentes com os organismos de representação tradicional do período.

A UDR foi, ao mesmo tempo, a expressão de um movimento ruralista e político, aqui com um caráter mais abrangente. Os dirigentes atuavam a partir da crença de que tinham representatividade e força política para ter legitimidade nas ações violentas. O resultado se dava na negação, transgressão e atuação acima das normas institucionais (Bruno, 1997). A violência utilizada pela organização partia do sentimento de ameaça que era enxergado como suficiente para dar legitimidade às práticas. Com a atuação da UDR, a violência no campo se agravava principalmente pelo apoio dos governos na repressão e contenção das ações organizadas de movimentos como o próprio MST (Rossetto, 2009).

Como Martins (1994) e Ribeiro (2010) afirmam, as lutas camponesas em torno da pauta da reforma agrária e da transformação da estrutura fundiária concentrada causavam desconforto constante aos grandes proprietários de terras desde a década de 1950, em plena associação com as forças militares. Essa atmosfera política se conecta à ampla aglutinação política de classe nas décadas de 1950 e 1960, com uma coesão raramente vista na história brasileira, até então. O que mobilizou para a manutenção dos interesses dos capitalistas urbano-industriais nacionais e multinacionais e também das oligarquias fundiárias (Silva, 2006).

No início do período ditatorial, como constatado por Bruno (1995), ocorre uma mudança de conteúdo na luta pela reforma agrária: passou-se de um ataque frontal ao latifúndio à defesa do Estatuto da Terra. Junto do Estatuto do Trabalhador Rural, esses

¹A UDR não atua mais presentemente. Apesar da decadência da organização, oponentes da reforma agrária continuam a atuar em variadas redes de poder. Um indicativo se dá na atuação política de Ronaldo Caiado, atual governador do estado de Goiás, que foi um dos fundadores da UDR e o primeiro presidente da organização. A influência política de Caiado continua reverberando em 2025, mesmo após a dissolução da UDR (Xavier, 2015).

documentos representaram o reconhecimento da existência de uma “questão agrária” no país, inseridos no que era até então pensado de forma monolítica como a “classe rural” (Mendonça, 2010). Após o golpe, a ditadura iniciou um processo de expurgos, expulsões e perseguições das lideranças identificadas com um programa mais radical de reforma agrária (Prieto, 2017). O Estatuto da Terra junto da proposição jurídica materializada na ditadura civil-militar foi a estratégia do Estado autoritário para o apaziguamento jurídico das lutas camponesas a partir da implementação prioritária em regiões de conflito fundiário, o que garantiu aos latifundiários que a lei seria produzida, aprovada e discutida no Congresso, mas não implementada. Dessa forma, esse instrumento funcionou como o marco jurídico da reprodução do poder de classe dos grandes proprietários de terra (Oliveira, 2007).

Assim, o período após o golpe de 1964 foi marcado pelas intensas repressões às organizações dos trabalhadores através das perseguições às lideranças e os sindicatos e sedes de Ligas fechados e vasculhados. Um dos casos foi apresentado no documentário de Eduardo Coutinho, intitulado “Cabra Marcado pra Morrer”, com produção interrompida devido à repressão do período ditatorial e retomado apenas 20 anos depois. O longa apresenta a história de luta política de Elizabeth Teixeira, uma das principais lideranças das Ligas Camponesas, que teve seu marido, João Pedro Teixeira, assassinado numa emboscada (Coutinho, 1984).

Como uma forma de estratégia do período, nas áreas de confrontos mais intensos foram realizadas ocupações militares a fim de estabilizar os conflitos, resultando em muitos trabalhadores do campo presos. Os despejos voltavam a aumentar com as resistências sendo enfraquecidas (Medeiros, 1989). Vastos segmentos de trabalhadores rurais, acuados pela intensa e rápida modernização tecnológica que poupava a mão de obra e não os integrava às atividades, não tiveram outra alternativa além do abandono do campo em busca de novas oportunidades de trabalho. Esse desenvolvimento econômico, desconectado da realidade dos trabalhadores, foi um dos principais fatores para gerar um fenômeno migratório no país, o êxodo rural, que permaneceu por todo o século XX pelo território nacional (Vanderlinde, 2006; Fonseca et al., 2015). Os trabalhadores rurais, agora deslocados do campo, passaram a viver nas periferias das pequenas e médias cidades do interior, dedicando-se a atividades de forma intermitente, precarizados em seus trabalhos desempenhados (Medeiros, 2010, p. 124).

Além da responsabilidade do contexto ditatorial na intensificação das violências no campo, é importante entender esse momento inserido também na internacionalização do capital que acontecia na segunda metade do século XX, como aponta Furtado (1998). O fenômeno da população deixando o campo e privada de emprego com o avanço das técnicas,

demonstrava que o mercado já não absorvia a mão de obra, desencadeando um desemprego estrutural e a exclusão social, que não acontecia apenas no Brasil mas também pela Europa e em certos países da Ásia. Entender esse processo inserido na internacionalização do capital insere as intensificações da violência no campo dentro das transformações que ocorriam no setor agropecuário, aqui vindo a se configurar posteriormente no que seria chamado de agronegócio (Elias, 2022).

Esse novo padrão econômico, social e territorial de produção surge com força ao se sobrepor às demais formas de agropecuária e amplia as potencialidades das economias de escala, com o aumento da produtividade e a otimização dos lucros. O agronegócio moderno é inserido na continuidade da lógica conservadora da economia agrícola capitalista, mantida desde a época colonial, perpetuada na estrutura agrária brasileira pela modernização conservadora do período da ditadura militar, pelos padrões tecnológicos da Revolução Verde (Santos, 2019).

Essa proposta, criada no período pós-Segunda Guerra Mundial com o financiamento da Fundação Rockefeller, vem com o discurso de por fim à fome no mundo pelo principal fundamento de destruir os restos de guerra. O que se mostra posteriormente como uma proposta que aumentava a produtividade numa escala de tempo menor. A ditadura militar brasileira legitimou o programa e o transformou na política agrária oficial no país. Um dos indicativos dessa legitimidade foi a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em 1973, com a finalidade de pôr em prática o projeto da Revolução Verde no país (Santos, 2019, p. 45).

No conjunto das articulações desenvolvidas no mesmo período, forças contra-hegemônicas também ganham expressividade reagindo aos problemas desencadeados com o agronegócio globalizado que tomou forma no Brasil. As mudanças estabelecidas conservaram a estrutura agrária brasileira com base na concentração da terra em latifúndio, na exploração do trabalho e nas consequências desastrosas resultantes do uso de agrotóxicos. Nesse contexto, esses setores da sociedade civil se caracterizam pela reação às transformações destrutivas do processo de internacionalização do capital. Esses caminhos também se formam no Brasil com os novos ares das organizações da sociedade civil.

2.2 Lutas agrárias brasileiras

Historicamente até o século XX, o campesinato brasileiro teve tradicionalmente poucos recursos organizativos, enrolado em relações diversas de dependência e dominação política dos grandes proprietários rurais. O número escasso de registros de enfrentamento do

campesinato à dominação tradicional dos proprietários se entrelaça com o consentimento ou o abandono da fazenda como reações prováveis para a solução de conflitos. A resposta do campesinato aos conflitos no campo começa a mudar de padrão na década de 1940, com a emergência de organizações políticas capazes de estabelecer ligações com segmentos urbanos e com o governo (Silva, 2014).

Com o período pós-segunda guerra, antigas questões gradativamente se atualizaram e ganharam espaço público, adquirindo visibilidade de acordo com os diferentes tipos de tensão. Uma das mais notáveis, sem dúvida, se tratava da luta pela permanência na terra. O ativismo político nesse âmbito criou uma condenação às concentrações de propriedades de terra e às improdutividades, o que transformou a palavra “latifúndio” em mais do que uma grande extensão de terra: na esfera social, se alinhou à opressão e à violência (Novaes, 1997). Assim, o termo “camponês” se constituiu como uma identidade política forte e carregada de luta, produzindo uma nova linguagem que expressava os conflitos localizados em termos das transformações mais amplas em curso.

A força dessa identidade política foi demonstrada nacionalmente com a sindicalização dos trabalhadores do campo, regulamentada em 1962, muito depois do reconhecimento aos trabalhadores urbanos. Essa conquista foi fruto das lutas travadas entre 1950 e 1960 e também teve efeitos na aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, que de forma tardia, estendia aos assalariados rurais os direitos trabalhistas contidos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (Medeiros, 2014).

Em 1955, foi constituído o primeiro núcleo das Ligas Camponesas com o apoio de Francisco Julião, que assumiu a defesa dos trabalhadores ameaçados de despejo (Medeiros, 2010). Estas foram uma forma de organização política de camponeses proprietários, parceiros, posseiros e meeiros resistindo à expropriação, expulsão da terra e ao assalariamento. Com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB), elas foram violentamente reprimidas ao longo dos governos do período (Fernandes, 2000). Nos núcleos das Ligas, além de uma retórica radical em direção à revolução social, também passava pela prática cotidiana dos seus líderes a defesa dos trabalhadores através de todos os canais legais existentes. As mobilizações imediatas estavam nas demandas contra despejos e aumento do foro, por exemplo. A luta jurídica transformava as Ligas sempre em notícia, as projetando como símbolo e síntese de um confronto (Medeiros, 1989, p. 55).

No início da década de 60, setores da Igreja Católica passaram a intervir nas atividades políticas do campo a partir do apoio à reforma agrária e do estímulo à sindicalização dos trabalhadores com a disputa das bases das Ligas e do PCB (Medeiros,

2010). No contexto do forte desenvolvimento industrial e da intensa migração entre campo e cidade, cada vez mais ocorriam mobilizações políticas populares que reverberavam também no cristianismo social, ganhando corpo nas pastorais operárias e em organizações políticas e humanitárias, que eram inicialmente influenciadas pelos humanistas franceses como os padres Lebreton, Chardin e De Lubac (Neto, 2007).

A Igreja Católica, para se adequar ao momento político e não perder o controle de suas bases, convocou entre 1962 e 1965 o Concílio Vaticano II sob o papado de João XXIII, o qual abriu espaços para discussões e orientações políticas da Igreja e deu início à elaboração de uma teologia vinculada às lutas sociais. No Brasil, os padres Henrique Vaz e Almerj Bezerra passam a publicar sobre temas ligados a uma ação popular e engajada da Igreja. Essa transformação adquire maturidade e em 1970 é realizado o primeiro Congresso da Teologia da Libertação em Bogotá, na Colômbia. Nos anos seguintes, mais nomes ganham destaque nessa atuação política, e esse engajamento é materializado no Brasil por meio de nomes como Leonardo Boff, Clodovis Boff e Frei Betto.

A TdL, à luz do evangelho cristão e da experiência social, possibilitou a sobrevivência da tradição milenar da Igreja de preocupação com os pobres, que nesse contexto possuíam uma diferença radical: não seriam mais objetos de caridade, e sim sujeitos de sua própria libertação. É importante enfatizar a proximidade das ideias da TdL e de Paulo Freire. Os teólogos da libertação produziram uma proposta de teologia própria para a América Latina, semelhantemente a Paulo Freire, que formula sua proposta de educação a partir do olhar para o mundo do oprimido e não do opressor. Essas preocupações compartilham o olhar aos pobres como principal causa para refletir e agir (Martins, 2010, p. 81).

A mudança paradigmática da TdL influenciou a atuação de setores da Igreja que adotavam esse método nos grupos de oração, formação e pesquisa para auxiliar os trabalhadores nos processos de conscientização e mobilização (Silva, 2022). Esse processo se frutifica principalmente após o golpe militar, como ilustrado pelo caso do Setor Pastoral Social da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), que com o crescimento das violações de direitos humanos durante o regime militar, assumiu uma posição mais crítica em relação ao regime.

Movimentos cristãos ligados ao cristianismo da libertação tiveram um papel importante na transformação de parte da Igreja brasileira no período, ocasionando em meados de 1970 diversas rupturas de setores mais progressistas com o regime militar. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), por exemplo, tinham princípios associados à TdL,

sendo fortes aliadas nas lutas em oposição à violência disseminada na ditadura. Por serem entendidas como grupos de estudo bíblico, as CEBs usufruíam de relativa liberdade para se organizarem politicamente a partir da formação de quadros que anos a frente iriam compor partidos políticos, sindicatos e outras organizações civis (Paludeto, 2018).

Outra base de destaque esteve na Comissão Pastoral da Terra (CPT), que ao nascer durante a ditadura, buscou articular, assessorar e dinamizar os grupos que realizavam trabalhos em favor dos camponeses. A CPT se propôs a romper o isolamento dos agentes de pastoral ao criar espaços para troca de experiências e refletir sobre o sentido teológico do engajamento na defesa e promoção dos direitos dos camponeses (Poletto, 2010).

Quadro 1 – Relação entre TdL, CEBs e CPT

Teologia da Libertação (TdL)	Base metodológica e ideológica
Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)	Prática comunitária mais ampla, fruto da TdL. Um dos poucos espaços de organização popular ainda possíveis na ditadura.
Comissão Pastoral da Terra (CPT)	Pastoral específica para atuação organizada em prol da reforma agrária

Fonte: Elaboração da autora, com base em Silva (2022); Medeiros (2018); Oliveira (2008).

A partir das principais influências recebidas da CPT e das CEBs, é possível notar no desenvolvimento inicial do MST experiências organizativas de base igualitárias, coletivas e colegiadas, que admitem participação e envolvimento dos membros nas atividades do grupo; preocupação com a formação política e com a formação da consciência de classe; assim como um papel de instituição educativa da sociedade civil. Ao longo do tempo esses princípios foram alargados dentro do Movimento com a luta pela Reforma Agrária, passando a ser portadora de transformações sociais mais extensas (Oliveira, 2008).

O plano de fundo político-social nas organizações sindicais proporcionou um novo ciclo de lutas que cada vez mais refletia não só as profundas alterações que a agricultura brasileira passava, mas também a presença de novas mediações nos conflitos a partir da década de 1970. A construção de grandes usinas hidrelétricas, o avanço da fronteira agrícola e pecuária, a destruição de áreas de matas habitadas por populações indígenas e tradicionais, além do impacto da modernização rural sobre os pequenos agricultores; trouxeram novos temas, novas lutas e categorias sociais devido aos efeitos sociais dessas transformações no Brasil. Nesse período, a bandeira da reforma agrária, como expressão da luta pela terra,

ganhou novamente centralidade junto das lutas por direitos trabalhistas e previdenciários. A partir dessa narrativa política, no final dos anos 1970 nasceu no sul do país um amplo movimento de ocupações de terra, questionando a legitimidade da propriedade das terras com o avanço na noção de função social da terra, atualizada com a Constituição de 1988 (Medeiros, 2010).

Através das Ligas Camponesas, dos sindicatos dos trabalhadores rurais e das diferentes formas de associações, novas feições foram construídas com a decaída do período ditatorial. No final dos anos 1970, nos estados do sul e do sudeste do país, ocorreram ocupações de terra e lutas de resistências de posseiros, arrendatários e outras categorias que eram expulsas das terras em que trabalhavam. Durante o período militar, a CPT foi crucial na promoção dos encontros dos camponeses que se engajavam na luta pela terra. As experiências com ocupações de terra nos estados do Sul, em São Paulo e Mato Grosso do Sul reuniram os trabalhadores que iniciaram o processo de formação do MST. Ao aprender com a história da formação camponesa, o MST construiu na sua trajetória um espaço político com forte autonomia (Fernandes, 2000).

A formação de uma identidade coletiva também faz parte da constituição de um movimento social (Scherer-Warren, 2009), o contexto sócio-político brasileiro dos séculos XIX e XX foi fundamental para a consolidação da identidade dos sem-terra. Como bem pontua Almeida (2017), a gênese do movimento não pode ser compreendida por um momento ou por uma ação, e sim por um conjunto de momentos e ações que duraram alguns anos nesse período. Entre 1979 e 1984, as primeiras experiências de ocupações de terra articuladas, junto dos encontros e reuniões, geraram o nascimento do MST, que consolidou sua fundação oficial pelos trabalhadores no Primeiro Encontro Nacional, no estado do Paraná em 1984.

O MST nasce vinculado à Pastoral da Terra, sendo um resultado histórico de longos processos da luta de classes no campo brasileiro, germinado a partir da herança dos povos originários, quilombolas, posseiros, meeiros e colonos. A ideia da formação do Movimento adveio das diversas formas de “lutadores sociais”, que historicamente resistiram aos massacres e opressões decorrentes da consolidação da propriedade privada da terra e da superexploração do trabalho no Brasil (Traspadini, 2016).

Desde o início, o MST taticamente se organiza em escala nacional, essa estratégia é construída através das parcerias entre a CPT e as bases de dirigentes de movimentos do campo já extintos. Nas primeiras ocupações e acampamentos, foram criados setores e comissões para cuidar das atividades referentes à sua luta. As novas lideranças

compreenderam de início a importância da articulação política, dando mais força para o enfrentamento dos adversários ao movimento (Fernandes, 2010).

A partir da institucionalização do Movimento indo de 1990 até o presente, o MST se torna a maior referência da sociedade civil no Brasil sobre a reforma agrária, recebendo reconhecimento internacional. Nesse período dos anos 1990, já em diálogo com o momento anterior no Movimento, o MST amplia sua estrutura organizativa, se ramificando e criando novos setores de atividades como: Educação; Saúde; Finanças; Comunicação; Formação; Projetos; Relações Internacionais e Gênero (Paludeto, 2018).

Quadro 2 – Periodização do MST²

Período	Data	Fases
1	1979 - 1985	Gestação e nascimento
2	1986 - 1989	Formalização, massificação, expansão, unificação das lutas
3	1990 - 1995	Institucionalização
4	1996 - 2005	Superar os efeitos do neoliberalismo no âmbito nacional e internacional
5	2006 - até o presente	Bifrontismo político/ Reestruturação interna

Fonte: Rubbo (2013) *apud* Paludeto (2018)

Essas transformações se dão a partir da influência das mudanças sociais mais extensas, que também ocorriam ao longo da história do Movimento. A forma organizacional adquirida sofre mudanças, aperfeiçoamentos e ajustes ao longo de toda a trajetória do MST, em que a mobilidade de cada instância sofre variações conforme as circunstâncias e a disposição de militantes capacitados em cada assentamento (Oliveira, 2008).

2.3 Periodização do MST e linhas gerais de atuação

O desenvolvimento do MST ao longo dos anos sofreu alterações impulsionadas por circunstâncias históricas, econômicas e sociais, como abordam Fernandes (2010), Gohn (2003) e Rubbo (2013) ao tratarem sobre a periodização do Movimento. Apesar de ser fundamental entender o MST a partir de sua relação com o Estado e as políticas públicas para

² Importante explicitar como não existe um consenso sobre as fases e o tempo de cada uma delas pelos autores que se debruçam no estudo do MST. A periodização priorizada no Quadro 2 se deu por ser uma das fontes mais recentes e mais completas, apenas para fins de ilustração do crescimento do Movimento.

o campo, reduzi-lo a essa esfera de análise é inviável, dado os próprios aspectos históricos, uma vez que, como apresentei anteriormente, o MST não nasceu das políticas estatais, e sim apesar delas (Paludeto, 2018).

Com esse entendimento, Fernandes (2010) desenvolve sobre o período de institucionalização do Movimento, que de acordo com ele ocorreria a partir de 1990, na construção da relação com a esfera estatal. Inicialmente, com o governo Collor esse processo é restringido e o número de ocupações diminuem, o que obriga a organização a passar por um processo de refluxo ao investir na organização interna dos assentamentos, forjando um sistema cooperativista com a ampliação das atividades, o que seria aprofundado a frente. Posteriormente, com Itamar Franco, o MST ganha um pouco mais de legitimidade pela esfera pública: é o primeiro presidente a negociar com o Movimento, em momento pioneiro de criação de um espaço para apresentação de um conjunto de medidas que tornaria viável a reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura camponesa.

Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC) em 1994 e 1998, um novo cenário se formou. No primeiro mandato, FHC realizou a mais ampla política de assentamentos rurais na história do Brasil, e trouxe como consequência, a tese de que não havia mais latifúndios no país e nem tantas famílias sem-terra (Cardoso, 1991). Aqui, há o aumento do número de famílias acampadas, ao mesmo tempo em que ocorreram os massacres de Corumbiara (Rondônia) em 1995, e de Eldorado dos Carajás (Pará) em 1996, episódios de violência mais notórios na existência do Movimento.

Em seu segundo mandato, ocorreu o desenvolvimento de uma política agrária mais repressiva, com a criminalização da luta pela terra em paralelo ao fomento de uma política de mercantilização da terra. Nesse ponto, houve o aumento da precarização dos assentamentos pelo encerramento da política de crédito especial para a reforma agrária, criada durante o governo Sarney, o que prejudicou milhares de famílias (Fernandes, 2010). É durante a década de 1990 que o Movimento se organiza em quase todas as unidades da federação, se tornando o principal movimento camponês de luta pela terra, apesar dos esforços estatais em restringir a atuação da organização.

A partir da base nacional do Movimento, o MST possui um certo controle sobre a elaboração dos projetos de assentamentos em escala nacional. Entretanto, é importante pontuar que a elaboração e execução da base política varia conforme as realidades estaduais (MST, 2001). Assim, para entendimento da amplitude do Movimento, desenvolvo a seguir sobre as linhas gerais de atuação nas atividades do MST, dando ênfase aos setores que tiveram uma consolidação maior nas atribuições da organização. Abordo inicialmente sobre o

setor educacional, fundamental na noção ideológica do Movimento, que tem influências diretas e constantes do próprio Paulo Freire. Também faço o desenvolvimento sobre a cadeia produtiva do Movimento, como e por quais razões teria sido adotado um sistema cooperativista e ocorrido uma mudança para uma vertente agroecológica. Posteriormente desenvolvo sobre as articulações internacionais fortalecidas principalmente a partir da década de 1990, fator crucial que deu nova dimensão ao MST e influenciou em tudo que ele representa hoje.

2.3.1 O que a educação significou no MST

De início, a necessidade da escola nos assentamentos e acampamentos não se dava apenas a partir da preocupação das famílias com o acesso do conhecimento para os filhos, o entendimento desses grupos também englobou a noção de que a escola é um direito a mais para ser conquistado (Rossetto, 2009). Como aponta Camini (1998), em 1982, as 165 famílias que acampavam em Ronda Alta no Rio Grande do Sul, um dos acampamentos que deu origem ao MST, realizou a primeira discussão sobre o papel das escolas.

Um dos resultados iniciais da ampliação da atuação do MST se deu a partir da constituição de um setor de educação no Movimento em 1987, que se caracteriza como um dos mais ativos, recebendo inclusive o prêmio UNICEF para educação em 1995 (Alonso, 1995). Essa esfera nasceu com o 1º Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras das Escolas nos Assentamentos, em São Mateus, no Espírito Santo, com sete unidades da federação participando. No encontro, dois desafios foram colocados: a luta por escola e a construção dos coletivos locais e estaduais de educação (Rossetto, 2009). Como aponta Fernandes (2010, p. 183), esse setor se organiza desde a escala local, no acampamento e assentamento até os níveis regionais, estaduais e nacional. Cada escala mantém relações com a instância respectiva do estado ao visar apoio das políticas públicas dirigidas aos acampamentos e assentamentos. A criação desse setor parte da necessidade do pensamento coletivo sobre uma educação contra-hegemônica para os acampamentos e assentamentos, o que deu ênfase na luta por escolas nas áreas de reforma agrária (Caldart, 2000).

Um dos documentos-base do MST com reflexões sobre a educação no Movimento foi construído em seu 6º Encontro Nacional em 1991, colocando como pressupostos orientadores da educação o auxílio na formação dos militantes do MST e de outros movimentos sociais, com afinidade em projetos políticos para o avanço da produção e da organização coletiva; e a realidade vivida pelos Sem Terra como ponto de partida para proporcionar conhecimentos e experiências concretas para a superação das desigualdades (D'Agostini, 2009).

Entre os princípios definidos para a educação desenvolvida no Movimento, estavam ter o trabalho e a organização coletiva como valores educativos fundamentais; integrar a escola na organização do assentamento; a prática da democracia como parte essencial do processo educativo; o professor deve ser sujeito integrado na organização e interesses do assentamento; e a escola e a educação devem construir um projeto alternativo de vida social (MST, 2005).

Entender como a educação se materializou no MST envolve compreender as fontes principais na construção de sua proposta, sinterizadas em três matrizes: as experiências socialistas (A partir de Rússia e Cuba), a Pedagogia do Oprimido e o próprio MST (Caldart, 2015). O contato com a experiência da pedagogia socialista soviética acontece no início da formulação da proposta pedagógica do Movimento. A partir da experiência cubana, é derivada a atenção à formação humana ampla, principalmente nos círculos infantis e na educação voltada às crianças, que serviu de inspiração para as cirandas infantis no Movimento (Bahniuk, 2018).

Na construção da pedagogia do Movimento, Paulo Freire teve papel fundamental a partir da Educação Popular e sua experiência prática enquanto educador militante junto aos oprimidos,, o que lhe possibilitou ser visto hoje no MST como um dos principais mestres da educação brasileira (Ramos, 2016). Da Pedagogia do Oprimido, formulada por Freire, provêm a crítica à educação bancária de educação e a necessidade de valorização da realidade vivida pelos Sem Terra, permitindo que os sujeitos sejam entendidos como protagonistas envolvidos na formulação de sua própria pedagogia (Caldart, 2015).

Nesse contexto, o conceito de educação bancária é visto como uma negação do corpo do educando. Portanto, a crítica reside em entender que o espírito (cabeça) não é algo passível a ser preenchido, antes tem necessidades de um alimento que o sacie e que aqueça suas faculdades (Plutarchius, 1844 apud Brighente e Mesquida, 2016).

A proposta educativa do MST também incorpora elementos de sua própria organização e constituição para realização da luta, ilustrado pela formulação da Pedagogia do Movimento no final da década de 1990 (Caldart, 2015). Esse momento permitiu a reflexão da educação nos territórios ocupados e das práticas que se desenvolviam pela materialidade das contradições capitalistas.

Como resultado, a educação a partir do MST possui como eixo orientador de ações a luta de classes no campo e a convicção em uma “nova sociedade”, levando por consequência a ideia de uma nova educação pautada nos fundamentos e valores socialistas e humanistas

como o coletivismo, o trabalho coletivo e socialmente útil, a solidariedade e a organização (D'Agostini, 2009).

Sobre o que seria uma “nova sociedade”, Silva e Gehkre (2018) abordam sobre a influência direta da pedagogia socialista soviética na construção educacional do MST. Concebida no contexto da Revolução Russa de 1917, tal pedagogia propõe a construção de uma nova escola para preparar mulheres e homens com conhecimentos de construção de uma nova vida, novas relações de trabalho e produção.

Além da influência das concepções socialistas nos princípios educativos do Movimento, a educação do MST também foi modelada a partir de práticas concretas, como é o caso das Escolas Itinerantes que ainda reverberam no estado do Paraná (Dalmagro, 2016). A depender da organização local, esses espaços podem acompanhar a dinâmica dos acampamentos, as lutas e marchas, os despejos e as desapropriações de terra.

Essa experimentação pedagógica cria uma apropriação da pedagogia socialista soviética fundamentada em autores como Pistrak (2009) e Shulgin (2013). Nessa proposta educacional, são formuladas as categorias de atualidade, auto-organização, coletividade e trabalho, entendidas como primordiais na formação estudantil. Essa formulação parte do entendimento de que a ação coletiva é o caminho para a construção de uma geração de trabalhadores livres e com conhecimento, além de organizados na promoção de relações de igualdade e liberdade.

Como Bahniuk (2018) deixa explícito, é importante considerar que existem contradições em relação às noções educacionais do Movimento, com análises que apontam caráter superficial e imediatista em que os princípios postulados são tratados, uma consequência das questões sociais a que a classe trabalhadora é submetida e às condições materiais que determinam a educação no Brasil.

A partir de uma análise histórica sobre a educação no MST, identifica-se que as conquistas e ações inicialmente se voltaram mais aos anos iniciais do Ensino Fundamental escolar, ocorrendo, posteriormente, uma ampliação para abranger a alfabetização de Jovens e Adultos e ações referentes à Educação Infantil, ao Ensino Médio e à Universidade, incluindo por fim a pós-graduação. Essa ampliação da educação no MST gerou um certo afastamento na centralidade da escola nos assentamentos, diluindo a especificidade da função escolar, o que trouxe à tona desafios na implementação de sua proposta pedagógica e na garantia do acesso ao saber culto nas escolas vinculadas ao Movimento (Bahniuk, 2018).

Na mesma linha, D'Agostini (2009) aponta uma ausência de levantamento real do número de analfabetos em cada assentamento e das condições concretas em que vivem, que

possibilitaria traçar metas e montar projetos para entendimento dos assentados sobre a necessidade da alfabetização. Ainda, a estudiosa pontua a falta de uma base comum na formação dos professores no Movimento, ou seja, um quadro teórico que sustente as posições políticas do MST.

Mesmo com tais incongruências, a educação no Movimento assume uma importância política fundamental, principalmente nos anos 1990, como uma afronta e contraposição às políticas educacionais neoliberais, estabelecendo, assim, um acirramento na disputa de projetos para o campo brasileiro. Por se situar em uma sociedade capitalista, os desafios aparecem no caminho com as contradições gerais entre trabalho e capital se expressando nos resultados do trabalho pedagógico (D'Agostini, 2009).

2.3.2 A cadeia produtiva do MST

De início, é importante enfatizar que, nos primeiros anos de formação do MST, a preocupação prioritária se dava a partir da conquista da terra e da organização dos trabalhadores, não estando em pauta a questão produtiva. O nível de cooperação se dava de forma espontânea, originado pela necessidade imediata, não se ligando a um planejamento vinculado à estrutura organizativa do MST (Ribas; Thomaz Júnior, 2000). A partir da metade da década de 1980, com o aumento do número de assentamentos, essas questões ganharam relevância crescente através da discussão das formas organizativas de produção e da posse da terra nos assentamentos (Luzzi, 2007).

Nesse primeiro desenvolvimento da pauta produtiva, o MST apresentou um direcionamento coletivo da produção, com a organização dos assentamentos constituída por pequenos grupos coletivos e de ajuda mútua (Luzzi, 2007). O objetivo do Movimento, aqui, era desenvolver uma organização produtiva alternativa à produção capitalista individualizada e estimular, assim, uma ética de vida coletiva, considerada superior à ética da vida capitalista para proteção contra as adversidades vivenciadas pela escassez e pobreza no campo.

A principal forma de cooperação agrícola adotada pelo MST até a crise ocorrida na Constituinte e na sucessão presidencial com o governo Collor, foi a organização coletiva por meio de associações (Borges, 2007). Nesse período, o Movimento cresceu consideravelmente, ganhando visibilidade pelo apoio da Igreja Católica, sindicatos e partidos, principalmente no sul do Brasil. Uma das consequências desse contexto foi o enfrentamento que o MST passou a ter ao resistir às grandes empresas transnacionais e ao agronegócio, já que a luta pela terra era essencialmente uma luta contra os latifúndios (Silva, 2011). Nessa

perversão do cenário político, o Movimento se voltou para consolidar um novo paradigma na organização da produção nos assentamentos: o cooperativismo³.

De forma gradativa, foi-se perdendo o caráter comunitarista espontâneo processado nos assentamentos do MST nas primeiras experiências, dando maior lugar a políticas mais centralizadoras das ações coletivas produtivas. Essa base de produção adotada estava associada à construção de uma estrutura político-organizacional pautada em objetivos que assegurariam a minimização da pobreza no campo, entendendo que as relações de trabalho que se desenvolviam eram superiores às tradicionalmente constituídas. A cooperação era vista como um meio de ampliar o desenvolvimento sócio-econômico dos assentamentos. Esse patamar foi melhor pavimentado pelo Setor de Produção do MST, que formou o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), responsável pela organização da produção com a implementação de cooperativas.

O modelo do SCA estava ligado à implantação das Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), que eram lidas como uma forma avançada de organização ao reunir as condições reais de ordenamento da produção (coletiva) e das estratégias de inserção no mercado. Dessa forma, os assentamentos se tornavam mais viáveis economicamente e, ao mesmo tempo, era consolidada a organização coletiva como modelo superior das relações sociais para a transição socialista (Borges, 2007).

Pelo contexto produtivo apresentado nos parágrafos anteriores, concordo com Silva (2011) que destaca a ironia existente quando os pilares produtivos da revolução tecnológica, que expropriaram violentamente milhares de trabalhadores, se torna referência para uma organização que foi formada justamente pelos trabalhadores expropriados por esta mesma revolução. A dinâmica produtivista e cientificista formada no processo de modernização conservadora se incorpora pelas expressivas lideranças do MST como uma orientação para a produção nos assentamentos.

A opção tecnológica desenvolvida até então, dependia excessivamente de fatores externos, comprometendo a autonomia dos trabalhadores pelas flutuações e oscilações do mercado para obtenção de insumos e venda de seus produtos. Essa linha agrícola também passava por uma superutilização da terra e subutilização da mão-de-obra, exatamente nos

³ Para evitar confusão entre os termos, é importante destacar as diferenças entre cooperação e cooperativismo, onde *cooperação* remonta ao sentido de cooperar, prestar auxílio para um fim comum, e *cooperativismo* à ideia de sistema, doutrina (Pinho, 1996). Em adição, o cooperativismo remete às condições técnicas e científicas da agricultura racional e moderna, entendendo a relação de superioridade da grande exploração capitalista sobre a pequena exploração camponesa (Kautsky, 1980, p. 321)

estabelecimentos de reforma agrária que contavam com uma grande força de trabalho agora disponível, novamente remetendo à ironia citada anteriormente.

Além desses elementos, severas críticas foram direcionadas a esse modelo de organização. Como apresenta Borsatto e Carmo (2013), esse sistema se deu de forma impositiva, construído de cima para baixo, ao desprezar as características inerentes do campesinato como a autonomia e autossuficiência, partindo de uma homogeneização que desconsiderou as peculiaridades regionais de cada território e as histórias de vida presentes em cada assentamento. Corrêa (2018) observa que as cooperativas não se configuravam como uma forma produtiva autônoma, externa ou independente da grande produção agroindustrial, mas que se conformaram como um modelo complementar e subordinado ao modelo dominante.

Nas contradições desse modelo produtivo, é importante pontuar o papel do Estado em contribuir para a afirmação do projeto de desenvolvimento econômico em incentivo ao cooperativismo (Borges, 2007). Ao ter sido um agente financiador desse paradigma nos assentamentos, esse ator cumpre um papel na implantação das cooperativas almejadas pelo Movimento com as políticas governamentais de crédito. As linhas de financiamento de custeio e investimento vinculavam o desenvolvimento econômico dos assentamentos ao paradigma modernizante da produção. Alguns programas do governo federal tiveram papel-chave, como o PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária) e o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

O esgotamento do modelo cooperativista fez com que o Movimento reconhecesse as dificuldades e equívocos na organização da produção nos assentamentos rurais. Com essas questões, novos conceitos e princípios foram construídos em outras bases, com novas orientações para os assentamentos. Uma preocupação que aproximou o MST da noção de sustentabilidade. A integração que o Movimento fez à Via Campesina, aliança que irei desenvolver melhor na seção seguinte do trabalho, foi crucial para a virada no modelo produtivo da organização, que já apresentava suas contradições.

Atuando como uma rede de cooperação internacional de organizações camponesas que lutam conjuntamente contra a expansão do capitalismo na agricultura, a Via Campesina tem a questão ambiental como uma de suas principais bandeiras políticas na defesa do desenvolvimento sustentável e da autonomia na produção de sementes. Essa aliança com a rede reafirmou a adesão do MST ao paradigma da sustentabilidade na agricultura e é um dos fatores que Picolotto e Piccin (2008) creditam a identificação progressiva da organização junto do: a) fortalecimento do modelo agrícola agro-exportador, que se beneficiou com a

reforma neoliberal do Estado brasileiro dando fim às políticas setoriais de preços mínimos e abriu mercados e b) fim do PROCERA.

A partir de seu IV Congresso Nacional (2000) o MST assumiu de forma explícita a agroecologia como uma base crucial para a realização da reforma agrária no Brasil. Essa forma de produção emerge não somente como uma prática agrícola menos agressiva ao meio ambiente, mas também caracterizada por um intenso questionamento político em relação às políticas agrícolas que eram adotadas pelo Estado brasileiro. Importante pontuar como esse processo não foi realizado com a mesma intensidade pelo território nacional, pois as particularidades dos níveis estaduais influenciaram em como essa transição agroecológica ocorreu ao longo do tempo (Borsatto e Carmo, 2013).

Um novo olhar incide nas relações de trabalho e no saber do camponês, que outrora deveria ser deixado de lado. Com a agroecologia, a valorização do conhecimento popular é tratada como fundamental para relações de trabalho equilibradas entre a espécie humana e outras formas de vida. Essas noções foram reafirmadas no V Congresso Nacional do MST realizado em 2007, uma vez que foi reconhecido que a luta dos grupos subjugados contra o neoliberalismo, o imperialismo e o agronegócio deve considerar as questões ecológicas em sua raiz, aliadas às lutas políticas por melhores condições de vida e trabalho. Nesse meio, a cooperação agrícola permanece sendo estimulada pelo Movimento em sua fase mais recente, para resgate do senso comunitário e das relações solidárias entre as famílias (Silva, 2011).

Como Dalla Riva (2020) pontua, a história da agroecologia brasileira se entrelaça com a própria história do MST, permitindo a análise da temática por um ponto de vista socioeconômico e ambiental. Nesses termos, essa prática produtiva é entendida como um padrão técnico-agronômico capaz de orientar as diferentes estratégias de desenvolvimento rural sustentável, avaliando as potencialidades dos sistemas agrícolas por uma visão social, econômica e ecológica (Altieri, 2004).

O conhecimento tradicional, alinhado às tecnologias e processos modernos de base ecológica, se configura como um dos principais elementos constitutivos da agroecologia. O enfoque científico possibilita uma articulação das formas de sustentabilidade, construídas de maneira local. Aqui, o sujeito “sem terra” é dotado de características virtuosas, fundamentais para o desenvolvimento econômico e para a superação da sociedade capitalista (Borges, 2007).

Para Corrêa (2018), a agroecologia assumiu uma funcionalidade específica para os assentamentos do MST. Ainda que essa forma produtiva possa representar uma importante experiência para pensar novas alternativas produtivas, menos destrutivas ao ser humano e ao

meio ambiente, a produção agroecológica passou a ocupar o nicho dos mercados orgânicos pela impossibilidade de concorrência com o mercado agrícola tradicional, dominado pela matriz produtiva de alta tecnologia desenvolvida pelo agronegócio.

Por mais que a pequena produção agroecológica produza alimentos saudáveis para os trabalhadores brasileiros, as atividades dos pequenos agricultores estão amplamente subordinadas à cadeia produtiva, competindo com corporações nacionais e transnacionais no conjunto de sistemas denominado agronegócio. A subordinação a esse modelo se dá em todos os níveis da cadeia produtiva. Inicialmente o produtor não possui condições de investir nos insumos necessários à produção, de sementes a tratores. Além disso, a produção precisa ser escoada em um mercado dominado pelos conglomerados comerciais. É importante pontuar como essa análise parte de um prisma marxista, em que as estratégias realizadas pelo Movimento são vistas como errôneas pela socióloga, pelo pressuposto da impossibilidade de qualquer estratégia de desenvolvimento dentro do capital: não haveria possibilidades de caráter civilizador no capitalismo (Corrêa, 2018).

Nesse sentido, Silva e Machado (2024) pontuam a importância de iniciativas de resposta do Movimento a essa violência produtiva, como o Armazém do Campo, por exemplo. Essa iniciativa se configura como uma rede nacional de espaços de comercialização para venda de produtos agroecológicos e orgânicos provenientes dos assentamentos e comunidades da reforma agrária. Uma das funções mais importantes do projeto é fazer o diálogo com a sociedade sobre a importância da reforma agrária no Brasil, além de estabelecer parcerias com outros movimentos sociais do campo como os quilombolas e indígenas.

2.3.3 Articulações internacionais do MST

As raízes de uma solidariedade internacionalista vinculada ao MST têm como um de seus primeiros registros a visita de dois sindicalistas europeus da Central Sindical dos Trabalhadores Independentes da França ao acampamento de Ronda Alta, para conhecer os problemas dos Sem-Terra do Sul. Muito além do lado das ações materiais, Rubbo (2013) identifica um “DNA internacionalista” acompanhando o Movimento desde seu berço a partir da realidade objetiva que o MST se encontra. Esse aspecto é ligado à própria forma histórica da estrutura econômica do campo, pois como apresentado, a internacionalização do capital tem efeitos no contexto brasileiro no período de industrialização dos anos 30 (Elias, 2022), considerando também o rumo que o processo de modernização capitalista tomaria dali em diante pelo Brasil com a intensificação das violências (Prieto, 2017).

A vocação internacionalista do MST deriva da fonte vinda com a dimensão ética-moral e religiosa da TdL e da CPT, além das redes socialistas e de organizações camponesas latino-americanas. O que se configura como fator essencial na motivação subjetiva de uma consciência humanista e universal latino-americana, materializadas por uma solidariedade que o MST desenvolve em sua própria formação. Uma das características da TdL, o universalismo, ajuda na compreensão do lado internacionalista do Movimento, com a salvação universal atribuída pelos cristãos e a luta global atribuída pelos socialistas (Rubbo, 2013; Fernandes, 2010).

A prática de solidariedade permeia nesses sentidos, fazendo com que os sem-terra passassem a contar com um grande aparato de solidariedade constituído pelas forças da sociedade civil latino americana, que desde a década de 1980 estava apoiando, em maior ou menor grau, as lutas sociais, especialmente de camponeses. No I Encontro Nacional do MST em 1985, o Movimento foi ganhando a noção do caráter transnacional da luta pela terra, com o entendimento de que a política de modernização da agricultura se alinhava à conjugação da articulação de interesses da política nacional e das demandas do capitalismo internacional.

É então formada uma consciência internacional, mesmo que ainda distante de maturidade no Movimento, já que o internacionalismo das lutas ainda se encontrava como uma pauta secundária do MST, que nesse momento ainda tinha necessidade de se consolidar nacionalmente. No final da década de 1980, o Movimento intensifica as relações com movimentos populares camponeses e indígenas espalhados pela América Latina por meio dos espaços de socialização política em encontros e congressos que iam acontecendo.

Na década de 1990 entra em curso um deslocamento do espaço de reivindicação e realocação entre os movimentos sociais rurais e os Estados-nação, ampliando as reivindicações dos movimentos para outras instâncias políticas como uma reação às configurações neoliberais e da globalização desse período (Scherer-Warren, 1999). Como observa Fernandes (2010), a intensificação do agronegócio nesse período se configurava em uma ameaça ao processo de territorialização do campesinato. No Brasil, esse processo se relacionou aos programas de regulação e liberalização desencadeados pelo governo liberal do presidente brasileiro no período, FHC (1995-2002), que apesar de ter assentado milhares de famílias, produziu uma política neoliberal que promoveu a pobreza no campo (Cruz, 2009).

O processo de internacionalização do Movimento segue a tendência de diferenciação que o mesmo já almejava ao atuar nacionalmente. Em 1996 ocorreu a filiação à Via Campesina, peça chave que Fernandes (2010) vai associar ao processo de mundialização do MST, fenômeno associado à internacionalização das lutas camponesas que acontecia como

uma forma de reação à globalização. A luta que o Movimento já participava se consolida em uma nova escala, e essa articulação traz diversos benefícios ao MST, como a incorporação das atividades mundiais em sua agenda, desencadeando reconhecimento em diversos âmbitos, desde organizações camponesas até governos e organismos internacionais.

É válido explicitar como a Via Campesina é caracterizada como uma articulação de movimentos camponeses com fundação em 1992, inclui organizações camponesas da Ásia, África, América e Europa. Seu surgimento fortaleceu os movimentos camponeses pelo desenvolvimento de lutas conjuntas em escala mundial. Nesse espaço se promove a soberania alimentar como direito dos povos e seus países, além de uma campanha global pela Reforma Agrária, que teve alcance de reconhecimento em diversos âmbitos, como organizações do campo, ONGs, governos e organismos internacionais.

A articulação entre o MST e a Via Campesina trouxe benefícios e contribuições para a luta camponesa, assim como para o desenvolvimento dos movimentos nacionais e mundiais. Ribeiro (2016) elenca três exemplos de participação que ajudaram a comprovar esse beneficiamento. O primeiro momento se dá quando o MST ajudou na construção da Via Campesina ao ser eleito como movimento representante na América do Sul. Essa representação demonstra a potencialidade do movimento camponês brasileiro frente aos outros movimentos da América Latina. O segundo exemplo parte de quando o MST, alinhado aos demais movimentos nacionais da Via Campesina, organizou o IV Congresso Internacional da Via Campesina sediado em São Paulo em 2004. Por fim, o último exemplo se dá nos elementos da organização interna do MST que foram adquiridos pela Via Campesina, como a inserção do ritual da mística e o uso de vestimenta.

Outro elemento chave para entendimento da atuação internacional do MST se dá na Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC), fundada no mesmo ano da Via Campesina e integrada a esta por meio das pautas comuns da luta camponesa. A CLOC constitui-se como a expressão latino-americana da articulação campesina global, compartilhando espaços, princípios e campanhas com a Via Campesina, mas preservando especificidades estratégicas ligadas ao contexto regional (Desmarais, 2007).

Em fevereiro de 1994 acontecia no Peru o I Congresso Latino-Americano de Organizações do Campo que formaria a articulação continental da CLOC. A delegação brasileira contou com 51 participantes, dos quais 19 eram associados ao MST. Como Rubbo (2013) observa, de maneira inédita na história mundial da luta dos trabalhadores do campo, surgem praticamente ao mesmo tempo, dois movimentos transnacionais de camponeses. A

colaboração que ocorre entre as duas redes se dá de forma quase instantânea principalmente porque parte significativa das organizações latino-americanas têm participado de ambas.

Com a participação do MST na CLOC e na Via Campesina, há um alargamento da atuação política internacionalista do Movimento, qualitativamente de forma distinta ao que era desenvolvido de forma esporádica anteriormente. A relação do Movimento com as redes se constrói por uma reciprocidade formativa: por um lado o MST passa a conhecer e debater sobre uma diversidade de temas até então pouco refinados, por outro, as redes internacionais também extraem princípios metodológicos do MST. Nesses elementos históricos, ocorre a construção de uma ação exterior e transnacional do MST que é atravessada, influenciada e ecoada sob uma forma multidimensional nas várias atividades setoriais do Movimento: formação, educação, finanças, comunicação e cultura.

Nesse espaço de diálogo com outras instâncias, outro fator crucial para o papel transnacional do MST se dá na organização e atuação no Fórum Social Mundial (FSM). Em 2001, sob o tema “Um outro mundo é possível” acontece o I FSM em Porto Alegre, contando com a participação de credenciados de 117 países para discussões sobre alternativas plurais à estrutura neoliberal. Muito além dos movimentos camponeses, a participação no FSM se configurou como um espaço de articulação amplo da sociedade civil com sindicatos, ONGs globais e movimentos globalistas (Fortes; Corrêa; Fontes, 2014).

Essa primeira edição do FSM foi permeada por um espírito de coletividade e parceria entre os principais participantes, como bem aponta Leite (2003):

Aos membros da ATTAC da França, militantes do MST, sindicalistas da Coreia do Sul, anarcopunks gaúchos, nacionalistas de Quebec, a todos aqueles que combatiam a ALCA na América Latina, o Fórum mostrava que eles não estavam sozinhos em suas preocupações e lutas. O Fórum catalisava o espírito dos protestos que vinham as sombrando as reuniões dos organismos internacionais e ajudava a reverter o clima político e ideológico internacional. Apesar de a grande maioria dos participantes ser de brasileiros, os principais grupos envolvidos nos protestos pelo mundo afora enviaram representantes a Porto Alegre e foram eles que deram a dimensão mundial do Fórum Social e, na prática, atuaram como sua coluna vertebral (Leite, 2003, p. 67).

A presença do MST também ocorre no II FSM em 2002, ainda que com menos destaque do que 2001. Esse espaço de articulação multilateral entre agentes da sociedade civil contou com a presença de movimentos indígenas e também setores voltados à discussão ambiental com a discussão dos alimentos transgênicos (Gohn, 2004).

A partir das configurações históricas e políticas do MST, e principalmente dos desdobramentos do movimento em todos os anos de história, as nuances de paz e violência no tangente à questão agrária no Brasil tiveram contornos próprios, propiciando movimentações nas arenas políticas de acordo com os agentes sociais que se articulavam. Esse campo é

permeado de transformações e também da manutenção da violência em suas diferentes formas, forçando uma reação de resistência de populações agrárias em se organizar em movimentos sociais. A permanência das estruturas violentas de poder demonstra a necessidade da continuidade das lutas. Nesse sentido, o MST continua mantendo sua relevância a partir da violência que ainda reverbera no contexto agrário. Além disso, expande suas pautas com o desenvolvimento de novas lutas na sociedade civil, somando estas à necessidade da reforma agrária popular.

3. MST: UM MOVIMENTO PARA A PAZ?

A atuação do MST em toda sua trajetória vai além da reflexão sobre os meios necessários para promoção da dignidade dos camponeses, e reafirma sua posição fundamental como contraponto às violências sofridas por esses grupos integrantes do movimento. Frente a isso, é imprescindível visualizar a lacuna que o campo acadêmico possui a partir das questões agrárias, que se permeiam entre as violências e iniciativas de resistência dos grupos que reagem a esses contextos.

Teóricos como Hoddy (2021) apontam a negligência das pesquisas em áreas como direitos humanos e justiça transicional na abordagem e estudo das questões agrárias⁴. Cramer e Richards (2011) sistematizam como as raízes agrárias e a dinâmica dos conflitos violentos se entrelaçam como uma das temáticas mais antigas e negligenciadas. O processo de prestar mais atenção a essas dimensões, além de enriquecer a compreensão das variações entre os diferentes tipos de violência, também contribui para medidas mais adequadas na transformação dos conflitos, por meio de mediação, reconstrução pós-conflito e iniciativas de construção de paz.

Como demonstrei no capítulo anterior, na dimensionalidade agrária no Brasil se mistura questões antigas, pela própria história do país fundamentada em desigualdade do acesso à terra, com questões novas, que acontecem ainda no momento de escrita desse trabalho, perpetuando desigualdades e violências das mais variadas formas. Um dos pontos iniciais perpassa pelo entendimento sobre de que forma o MST se coloca nos EPP, com a seguinte questão: É possível visualizar o Movimento nas ideias que o campo aborda? Quais as implicações desse encaixe para cada um dos lados?

3.1 As violências agrárias brasileiras a partir dos EPP

Enquanto a Europa se reconstruía após 1945, no Brasil se desenvolvia um debate público teórico e político a favor da Reforma Agrária, melhor consolidado no final dos anos 1950 com as Ligas Camponesas e o II Congresso Camponês de 1961. A reação contrária trouxe o discurso da modernização técnica da agropecuária, que permaneceu inclusive após o golpe militar de 1964. Com a ditadura, o debate político nas esferas institucionais é cortado e lentamente o pensamento conservador impõe um debate exclusivo em torno das questões agrícolas (Delgado, 2005). Muito além do silenciamento no discurso, políticas explícitas de

⁴ Importante explicitar que setores das ciências sociais no Brasil se debruçaram sobre o tema acerca do contexto brasileiro, especialmente por uma perspectiva crítica como: Fernandes (2000), Stedile (2006), Oliveira (2007).

modernização conservadora do campo eram criadas e impulsionadas como o Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terras (PROTERRA), feitos na assertiva de ocupar os vazios demográficos amazônicos com os excedentes populacionais nordestinos, visando integrar o norte do Brasil ao restante do território (Prieto, 2017).

Eram reacesas as questões agrárias, mesmo com o esforço de setores de forte poder político institucional, como é o caso da UDR, por exemplo, em minimizar as lutas dos movimentos sociais do período. De fato, políticas institucionais, como o Estatuto da Terra, eram a base estratégica do aparato estatal para apaziguar as lutas camponesas, transformando a reforma agrária em um ideal distante.

Pelo lado teórico, um pouco mais adiante temporalmente, Galtung vai produzir um trabalho aplicando as ideias de paz e violência desenvolvidas anteriormente a partir dos aspectos que perpassam sobre a reforma agrária e o desenvolvimento rural de uma forma generalizada, especialmente pensando como os anos 1980 foram um período de bastante mudança nesse meio. A partir dessa contribuição, é estabelecido como mesmo sendo a base da sociedade, a classe camponesa ainda sofre as piores condições de miséria e fome. O que se dá principalmente pelo campo ser tratado como um objeto de intervenção e não como um sujeito possuinte de poder (Galtung, 1980).

O desenvolvimento do campo perpassa por dois estilos possíveis, onde o primeiro (A) parte de um cenário intensivo em capital e administração e o segundo (B) tem um caráter participativo e integrado. No primeiro estilo (A) é constituída uma forte produção global com destruição da autonomia camponesa, gerando pobreza, desemprego e fome para as populações do campo atingidas. Aqui, a natureza é explorada através da monocultura, sem espaço para biodiversidade. Esse modelo, destinado especialmente para os países de “terceiro mundo”, além de estar compatível com uma produção muito alta, também produz consideravelmente pobreza a partir da miséria e da fome.

O segundo estilo (B) se fundamenta como uma abordagem oposta em todos os fatores, principalmente a partir da natureza sendo aproveitada por um plantio múltiplo, dessa forma, não precisando de grandes extensões (como latifúndios, por exemplo) para aproveitamento da terra. Nessa dimensão, os insumos como água, fertilizantes e ferramentas, são feitos a partir da produção local. A mão de obra tem melhor aproveitamento com a participação das pessoas nos processos de tomada de decisão. Nessa abordagem, a distribuição de terra se torna apenas um dos múltiplos elementos que são democratizados a partir do coletivo.

É possível visualizar as nuances de cada um desses modelos de desenvolvimento a partir da trajetória agrária brasileira, especialmente a partir da segunda metade do século XX

com o processo tecnológico da Revolução Verde, que se materializou posteriormente no agronegócio globalizado no contexto brasileiro. Esse momento corrobora com as caracterizações do primeiro estilo (A) pelos fortes incentivos que os governos brasileiros da década de 1990 proporcionaram ao agro para inserir os negócios do campo no mercado mundial. Importante trazer clareza para apontar que o campo que estava ganhando o mundo aqui não era o do trabalhador tradicional que produzia para sua subsistência, e sim os setores dos grandes proprietários de terra, detentores do poder institucional e político, para fomentar cada vez mais as políticas agroexportadoras que os beneficiariam anos à frente (Firmiano, 2014).

É evidente a violência e os efeitos perversos desse modelo de desenvolvimento a partir do forte alicerce tido aqui na apropriação privada de bens naturais, especialmente a terra e a água com a transformação destes em mercadorias ou ativos financeiros. Além disso, ocorre também um grande processo de desterritorialização de povos originários, pequenos agricultores, quilombolas, entre tantos outros que igualmente foram afetados. O desenvolvimento acelerado do setor agroexportador no Brasil ocorre em troca do preço dos muitos conflitos e violências como expulsões, expropriações, grilagens e assassinatos (Elias, 2023).

Quando Galtung elabora sobre os diferentes tipos de violência, é pensado nas diversas profundidades que a mesma pode se manifestar, de forma direta, cultural ou estrutural. É inevitável notar as diferentes expressões dessa violência, especialmente em moldes profundos na sociedade brasileira do século XX. Nessa conjuntura, se torna dificultoso separar cada forma de violência, pois como demonstrado pelo próprio campo dos EPP, nas situações em que se manifesta, ela adquire uma grande complexidade misturando diferentes níveis, como pode ser verificado no quadro 3 que sintetiza como essas três dimensões se expressam no caso brasileiro e serve de base para a análise empírica que desenvolvo nos parágrafos seguintes.

Quadro 3 – Sistema interligado de violências

Tipos de violência	Caracterização brasileira
Direta	Massacres, despejos, desterritorialização, criminalização dos movimentos
Estrutural	Manutenção da desigualdade social e fundiária
Cultural	Legitimação da desigualdade com ideologias de progresso, propriedade e ordem

Fonte: Elaboração própria com base em Fernandes, 2010; Elias, 2023 e Silva, 2021.

Nesse cenário brasileiro, foram intensificados os conflitos agrários com os assassinatos de lideranças camponesas e a explícita orquestração de massacres contra grupos de resistência. Isso pode ser ilustrado pelo caso das violências voltadas às Ligas Camponesas, que inicialmente se formaram no início da década de 1950 buscando um melhor diálogo com o já vinculado dono do Engenho Galiléia em Vitória de Santo Antão (PE), convidando inclusive o próprio Sr. Oscar Beltrão, dono da propriedade, a ocupar o cargo de presidente da Sociedade em que se fundava (Montenegro, 2004).

Pela desconfiança dos proprietários sobre a iniciativa, o grupo formado posteriormente foi transformado numa grande ameaça à ordem social e principalmente à “paz agrária”⁵ dos latifundiários. O exemplo supracitado já demonstra as diferentes nuances tomadas pela violência, superficialmente a partir dos conflitos diretos em que as Ligas se envolviam, e em seguida em uma maior profundidade a partir da demonstração de influência e poder que os proprietários de terra tinham nessas questões com o envio à polícia do convite inicial feito a Oscar Beltrão.

Esse simples ato fez com que cada movimento dos trabalhadores fosse monitorado e vigiado, sendo produzido inclusive um documento pela Secretaria de Segurança Pública registrando os municípios e propriedades em que ocorriam mobilizações e organizações pelos grupos. Esse *modus operandi* foi repetido durante as décadas seguintes: setores do Estado fazendo a manutenção de violências enraizadas no contexto agrário brasileiro, em paralelo com proprietários de terra encontrando acolhimento estatal para perseguirem trabalhadores que se organizavam.

Outro episódio de violência agrária protagonizada pela aliança entre grandes proprietários rurais, empresas do agronegócio e Estado se deu nas políticas de ocupação na Amazônia Legal, iniciadas na década de 1930 e intensificadas na segunda metade do século XX (Reinaldo, 2023). A implementação de uma política desenvolvimentista na região amazônica se materializou com políticas como a criação do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em 1953, responsável por direcionar as ações na região e controlar as políticas federais na chamada Amazônia Legal. Outra forma de materialização dessa determinação na colonização dos territórios da Amazônia se deu com o projeto do

⁵ Pode ser entendido como um cenário de paz mascarada principalmente ao olhar para veículos de notícias dos anos 80, por exemplo, que como documentado por Reis (2011, p. 257), apresentou poucas reportagens sobre o campo, e quando se mencionava, não se referia ao trabalhador e sim ao grande empresário “gerador de riquezas”. A imagem transparecida para a população era a de que não havia problemas no campo, que não tinha conflitos e nem morte naquele período. Logo, a reforma agrária não era necessária, nem mesmo ponto de pauta.

POLONOROESTE, que no final da década de 1970 foi elaborado por meio de um relatório que visava um estudo dos problemas que poderiam surgir no desenvolvimento da região (Montebugnoli, 2015).

Majoritariamente, as políticas das décadas de 1960-70 fomentavam projetos que favoreciam os interesses de setores capitalistas no Brasil, especialmente reconhecendo a linha tênue presente entre a esfera pública e privada, uma vez que o Estado fornecia incentivos fiscais para atrair o setor privado na colonização das regiões da Amazônia (Reinaldo, 2023).

Ao entender que as questões que permeiam o cenário agrário no Brasil nunca experimentaram sequer uma paz negativa, no sentido de ausência de conflito, muito menos uma paz positiva, associada à justiça social. A história do país revela a presença contínua de violência, se mantendo após a ditadura, nos ares de redemocratização. Com o fim da ditadura, o Brasil não lidou adequadamente com os crimes e violações cometidas durante os vinte e um anos, e nos poucos pontos de justiça de transição ocorridos, não é reconhecida a presença das violações contra camponeses e indígenas no período ditatorial, vítimas das lutas travadas no campo (Teló, 2020). É possível afirmar, então, como a ausência de julgamento e reparação adequada foi um fator central na contribuição para a manutenção da violência no campo no Brasil.

Essa perpetuação da violência perpassa pelas estruturas de poder do campo que permaneceram intactas, e é explicada pela ideia de hegemonia de Gramsci (1971), que entende esse conceito a partir da forma pela qual uma classe dominante mantém o controle, indo além da força ao construir também consentimento. Traduzindo para o cenário brasileiro, as classes hegemônicas agrárias conseguiram reconfigurar seu domínio político e simbólico se adaptando ao novo contexto democrático sem perder o controle dos meios de produção e do imaginário que dá legitimidade a esse controle. O processo de permanência desses grupos foi possível pela construção de um senso comum conservador, convertendo uma forma particular de poder em uma verdade aparentemente natural e neutra.

Uma das razões da fragilidade da justiça de transição proposta se dá na própria conceitualização da violência durante a ditadura militar. A violência visível e, portanto, com maior apelo público, se dá na violência direta, que se manifesta de forma física com as torturas e as mortes ocorridas. A ausência de um conceito amplo de violência, considerando aspectos econômicos, por exemplo, como pontua Teló (2020) e Sharp (2012), propiciou uma justiça de transição pautada na ausência de violência ou uma paz negativa, ao invés de uma estrutura de justiça social que possibilitasse que os cidadãos desenvolvessem suas

capacidades, com igualdade de oportunidades e recursos, noção mais próxima da ideia de paz positiva.

A primeira iniciativa para o reconhecimento da violência ocorrida durante o período ditatorial vem em 1995 com a lei 9.140/1995, que dentre os seus resultados, formou a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), que buscava evidenciar as circunstâncias das mortes e desaparecimentos promovidos por agentes do Estado. Como constatado por Viana (2013), apenas 51 camponeses apresentaram requerimentos de reparação à CEMDP, nos quais apenas 29 tiveram reconhecimento dos seus direitos.

Um exemplo de destaque da dificuldade das famílias de camponeses mortos receberem reparação é do próprio João Pedro Teixeira, citado anteriormente, líder das Ligas Camponesas de Sapé na Paraíba. Sua família encaminhou requerimento de reparação à CEMDP e, mesmo não havendo dúvidas acerca da motivação política do assassinato de João, por falta de provas da responsabilidade direta do Estado, o requerimento foi indeferido por unanimidade⁶ (Teló, 2020).

Além da CEMDP, a Comissão de Anistia, que começou a funcionar em 2002, também atuou para tentar levar reparação às vítimas da ditadura. Mesmo existindo um número mais alto de requerimentos deferidos por esse órgão, 78.589 no total, apenas 2.413 (3%) eram de camponeses, dos quais 263 (10%) foram atendidos, com muitos dos pedidos pendentes até fevereiro de 2020. O ponto de maior atenção nesses dois órgãos se dá nas formas de violação a serem reparadas, se delimitando às torturas, prisões, exílios, demissões arbitrárias, cassações, punições e indiciamentos (Abrão e Torelly, 2011). As entidades não fazem a inclusão de formas mais sutis de violência como os deslocamentos forçados, uma das violações mais recorrentes e abrangentes ocorridas com as populações do campo. A Comissão de Anistia também significou uma justiça de transição limitada no âmbito da classe dos camponeses, principalmente pela limitação nos critérios de violência e pelos obstáculos burocráticos e documentais, os quais não consideravam que muitas comunidades rurais não tinham registros formais.

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) instituída em 2011, tem foco parecido dos órgãos anteriores, criando inclusive um Grupo de Trabalho (GT) para abordagem da

⁶ Apenas em julho de 2013 o caso teve atualização. Em parceria com a Comissão Estadual da Verdade da Paraíba, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) se desloca até Sapé para realizar uma audiência pública para o caso. Mesmo com o evento sendo uma forma importante de reparação e reconhecimento oficial do Estado na responsabilidade pela morte de João Pedro, não foi alterado o indeferimento da decisão da CEMDP para o requerimento de reparação à família (Teló, 2020, p. 5).

repressão sobre camponeses e indígenas. A criação do GT não significou necessariamente um avanço na compreensão mais adequada sobre a natureza das violações sofridas por essas populações. Aqui, do mesmo modo ficam de fora uma série de violências estruturais de intenso sofrimento às populações do campo como as destruições de benfeitorias e aterramento de fontes de água, violações cuja gravidade não é expressa apenas pela natureza, mas também pela quantidade de atingidos e pela amplitude da distribuição espacial (Welch, 2014; Teló, 2019).

Importante destacar que o capítulo sobre a repressão contra os camponeses constitui-se muito mais em uma sistematização dos conflitos fundiários de maior notoriedade, com a identificação de algumas vítimas, do que necessariamente uma busca por uma justiça de fato. Como aborda Quinalha (2013), o direito à verdade na CNV surgiu como uma saída intermediária diante da pressão sofrida pelo governo Dilma no momento que foi constituída a Comissão: por um lado, perpetuar o silenciamento e a política do esquecimento não era mais viável pela cobrança internacional sobre o Estado brasileiro; por outro, levar a julgamento os responsáveis pelos crimes significaria uma afronta às estruturas de poder vigentes nos setores conservadores e militares.

Mesmo com um papel fundamental no processo de redemocratização, esses mecanismos secundarizaram a repressão contra camponeses e indígenas nas políticas de reparação implementadas no Brasil⁷. As leis que regulam a CEDMP, a Comissão da Anistia e a CNV determinam que apenas as vítimas da ação direta do Estado, por motivação exclusivamente política, podem ser indenizadas. Esse conceito estreito de política no sentido institucional leva à conclusão, inclusive, que um ato de grilagem de terra e expulsão de comunidades residentes não se enquadra no desenho das leis como um ato violento.

A partir do trabalho de Teló (2020) e de teóricos como Sharp (2012), é evidente a negligência ocorrida na própria delimitação das violências cometidas contra camponeses nos mecanismos de reparação promovidos pelo Estado. No olhar desses órgãos, apenas toma forma a violência visível, direta e física. As outras manifestações de violação aos grupos que viviam no campo é invisibilizada, como as coerções, o pânico espalhado entre as famílias para forçá-las a abandonar suas casas e se deslocarem a outras regiões (Cioccarri, 2015).

⁷ Pode-se dizer que esse papel ficou menos secundarizado na CNV pelo GT sobre a repressão camponesa. Mesmo assim, o resultado desse órgão se mantém bem próximo das tentativas anteriores de resposta do Estado: a dificuldade em visualizar e tratar violências mais sutis e estruturais, como a dimensão cultural no período, na medida em que os proprietários de terras e os grileiros associaram os camponeses a uma figura de subversão e de comunismo para legitimar suas violências e expulsões (Teló, 2019).

Ao entender a superficialidade da proposta de justiça de transição brasileira, é possível visualizar mais uma dimensionalidade da violência estatal, aqui materializada no descaso e na ausência de uma política efetiva de memória. Assim, em 2012 é criada a Comissão Camponesa da Verdade (CCV) com o principal objetivo de incidir sobre a CNV e ser seu trabalho complementar. Os relatórios da CCV são formados como resultados da articulação de mais de quarenta organizações e movimentos ligados à luta pela terra e por territórios. Nessa comissão, a sociedade civil tem uma força maior, representada por movimentos como MST e MMC (Movimento das Mulheres Camponesas). Os trabalhos da CCV foram conduzidos primordialmente na busca de reparação do passado e resistência e de dor dos camponeses, trazendo aqui a memória como fenômeno histórico, solicitada, provocada e forjada em meios a embates pacíficos ou não (Mendes, 2021).

A manutenção da violência agrária brasileira também se materializa mediante a manutenção da articulação das elites agrárias após a ditadura, aspecto aqui com um caráter estrutural se entrelaçando com a violência cultural que permeia até os dias atuais aos trabalhadores do campo, e em especial ao MST. A história recente do desenvolvimento econômico e social brasileiro, a partir da reafirmação da via latifundiária, descartou novamente a democratização da propriedade da terra como alternativa possível a ser trilhada.

A crise mundial, entendida por Cunha (2016) como um processo constante desde a segunda metade do século XX, é concebida a partir das dificuldades estruturais enfrentadas pelo capital em âmbito global para ter um novo ciclo prolongado de crescimento. No Brasil, sob o aspecto econômico, isso significou intensificar a reprodução ampliada do capital a partir do campo. Assim, essa acumulação financeirizada nesse meio veio com a incorporação acelerada do solo, água, vento e do subsolo como ativos das corporações. A partir da ditadura civil militar, o que ocorre no Brasil é uma aceleração do agronegócio através da reconfiguração e expansão do latifúndio em uma escala ampliada para abastecer o mercado mundial de produtos agrícolas, minerais e celulose, por exemplo.

Os governos seguintes à ditadura, inclusive os ditos de esquerda representados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), deram continuidade à reprodução ampliada do latifúndio no Brasil, consolidando a concentração da propriedade da terra como eixo estratégico de reprodução do capital no país (Cunha, 2016). Desse modo, é necessário entender o poder do latifúndio com um caráter ramificado, assim como a violência foi estabelecida dessa forma por Galtung (1969). O poder do agronegócio globalizado abarca a concentração fundiária, a

presença em cargos políticos⁸ e sua consequente influência sobre economia e governança entre outras esferas do poder público e privado.

A dimensão da violência agrária perpassa pelo controle das principais mídias tradicionais brasileiras, como Elias (2021) demonstra. Esse domínio perpassa pela ideia de que para manter o *status quo* é necessária uma ideologia dominante. A expansão do agro e a perpetuação das desigualdades sociais, econômicas e espaciais dele resultante exigem uma ideologia que as sustente, assim, é tida a noção do agronegócio cercado de mitos que fabricam um imaginário social favorável a ele.

Importante notar a violência cultural aqui presente a partir do imaginário positivo construído em cima de um processo violento, que é o agronegócio globalizado. Entre os mitos criados e mais difundidos associados a esse setor, há a ideia de que ele é a redenção do Brasil, a locomotiva do país, de que promove distribuição de renda e desenvolvimento regional. Essa difusão busca naturalizar o processo de modernização do campo independente das consequências, sequer as citando. Para consolidação desse processo, as corporações e entidades do agro contam com um amplo amparo das empresas da indústria cultural, assim como com a permissão do Estado, de forma ativa ou passiva, quando não cumpre seu papel de regulação e fiscalização em prol do bem comum.

O principal exemplo aqui, é da maior corporação de mídia e comunicação da América Latina e uma das maiores do mundo, a Rede Globo de Televisão. Com transmissão desde meados de 2016, a campanha “Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é tudo” lança novos temas periodicamente sustentando a alienação associada ao agronegócio e tornando mais sólida a difusão dos mitos associados ao setor. Aqui, não há uma separação clara entre a Globo e o agro, principalmente ao levar em conta que a emissora pertence a uma corporação que atua em segmentos do agronegócio, assim como é uma grande proprietária de terras, reforçando a compreensão da campanha, já que à própria empresa interessa difundir uma imagem positiva do agronegócio.

Ao longo do desenvolvimento do agronegócio no Brasil a propaganda não predominou apenas em torno dos mitos desse setor⁹, paralelamente buscou criminalizar e minar qualquer alternativa de resistência ou desenvolvimento. É o que ocorreu com as Ligas

⁸ Isso pode ser demonstrado no assassinato de João Pedro Teixeira, liderança das Ligas Camponesas, que assim como Margarida Maria Alves, teve como um dos mandantes o político Veloso Borges, que conseguiu através da imunidade parlamentar, driblar a condenação no caso de João e nem chegou a ser condenado no caso de Margarida. A família Veloso Borges e Ribeiro Coutinho ainda mantêm a tradição da permanência no cenário político paraibano até os dias atuais (Santos, 2017).

⁹ Como Reis (2011, p. 257) destaca, os registros de construção de um ideário positivo do agro remontam desde a década de 80 com reportagens enaltecendo o grande empresário rural, com técnicas absorvendo o capital e gerando riquezas.

Camponesas, que passaram a ser vistas como geradoras da violência no campo, sendo fortemente perseguidas como consequência (Montenegro, 2004).

Além disso, é o que ocorre também com o MST, que ao longo de toda sua trajetória, tem sofrido uma “satanização” pelos principais veículos jornalísticos como a Folha de São Paulo (Ayoub, 2007) e a Revista Veja. Como demonstra Reis (2011), nos primeiros anos do Movimento já ocorre uma forte vinculação do MST com o termo “invasão” e com as ideias de crime e desordem, de forma simultânea à associação da imagem dos latifundiários ao sucesso e ao civismo. A ideia de manipulação midiática se predomina também em meio a massacres e episódios de violência sofridos pelos sem-terra, como ocorre no massacre de Eldorado de Carajás em 1996, que nos meses seguintes, teve na mídia como discurso marcante a desqualificação do MST, atribuindo-lhe a responsabilidade pelas mortes e pela violência, com uma possível culpa em razão da intolerância e radicalismo presentes na organização. O discurso para depreciar as atuações do MST reverberou recentemente com a realização da CPI do MST pela câmara dos deputados em 2023 que, de acordo com Martins (2023), serviu para reafirmar os velhos pânico morais seguindo a mesma lógica de sempre para agitar a opinião pública.

É importante reforçar como, muito além de propaganda e visão de mundo, esses aspectos associados ao poder do agronegócio na mídia e às campanhas negativas ao MST são elementos claros de violência cultural e simbólica, com um conjunto de linguagens, narrativas, valores e mitos que legitimam, naturalizam ou tornam invisíveis as outras dinâmicas de violência, no âmbito direto e estrutural. Nessa circunstância, a régua moral é manipulada de acordo com os interesses dos detentores do poder cultural (Galtung, 1990), tornando aceitável e correto, por exemplo, a desterritorialização de populações, a devastação de grandes áreas de terra em detrimento do desenvolvimento do Brasil e até mesmo episódios de violência direta, como deixa explícito Silva (2021).

Além dos aspectos de violência associados às questões agrárias brasileiras, é importante refletir sobre as nuances da construção da paz em meio aos contextos apresentados anteriormente, principalmente sobre os aspectos que se relacionam com a ideia do MST ser uma alternativa de paz frente à violência brasileira nas pautas do campo.

3.2 O lugar do MST nos Estudos Para a Paz

Quando Galtung faz suas principais contribuições aos EPP, ele recebe influência de uma Europa pós-Segunda Guerra Mundial, em um clima pós-conflito permeado de opressão advinda dos nazistas do período. Dificilmente ele e outros autores vindos de um lugar tão

distante do contexto brasileiro teriam ciência das particularidades de violência que aconteciam por aqui, região que também recebe influência do conflito, mas que possui suas próprias questões, necessitando de uma reinterpretação quando se fala em transformação social. Azarmandi (2022) dialoga com essa reflexão a partir do entendimento de como uma abordagem de paz positiva, para ser de fato transformativa, precisa ir além das bases ocidentais. Mignolo (2005) já reforçava essa ideia a partir da compreensão da continuidade da colonialidade devido à maneira que a modernidade foi construída com as colonizações.

As noções de violência e paz que orientaram o campo no momento histórico pós-egunda Guerra surgiram então, a partir de uma realidade de conflitos armados interestatais e de reconstrução nacional, com uma profunda diferença dos contextos coloniais e pós-coloniais do Sul Global, onde as formas de violência estrutural permaneciam enraizadas no tecido social. Pensar sobre violência precisa ir além da ênfase interestatal, abrangendo também as configurações internas às fronteiras.

Frente a isso, olhar para as questões agrárias no Brasil é encontrar também um cenário permeado de violência e sangue, ainda que tenha configurações totalmente distintas do que acontecia em outros lugares como o continente Europeu, por exemplo, visto até então como o centro do mundo. As dinâmicas de violência assumem outras feições no contexto brasileiro, principalmente durante a segunda metade do século XX, afogada pela repressão direta do Estado e pelas ideologias legitimadoras da desigualdade (Fernandes, 2010).

O surgimento e consolidação do MST frente ao que já ocorria no Brasil apresenta novos ares à luta no campo, com novas perspectivas de transformação das violências estabelecidas a partir da criação e prática de nuances de paz conforme o que era possível em cada contexto. A bandeira principal do Movimento, a partir da luta pela terra, nasce em um cenário brasileiro que caminhava para uma redemocratização superficial, ao entender que o Brasil não teve uma justiça de transição adequada e que os perpetuadores da violência não tiveram a devida punição. O papel que o crescimento do MST teve no meio da sociedade civil é visto aqui como uma alternativa de novos futuros e lutas coletivas.

A ausência de uma justiça de transição adequada, a permanência do poder das elites agrárias e os ares de um marco constitucional com a Constituição de 1988 formaram um contexto de transição e contradição nas questões agrárias brasileiras, formando o que Galtung (1969) chamava de “paz negativa”: a violência direta em menor grau com o fim do período ditatorial e os novos ares de redemocratização mascarando a ausência de uma justiça agrária efetiva.

O fim da ditadura e a paz institucional superficial vinda com os ares da redemocratização mascarou a violência que permaneceria nos anos seguintes com o prosseguimento de episódios de repressão e assassinatos como são os casos dos massacres de Corumbiara (1995) e de Eldorado dos Carajás (1996). A paz formal da redemocratização não alcançou o campo, criando a necessidade de nascimento do MST, que aproveita o momento de abertura política para participar de uma articulação ampla dos movimentos sociais e entidades de assessoria agrária (Delgado, 2005).

A atuação do Movimento inicialmente se concretiza principalmente na ocupação de terras improdutivas, com respaldo da Constituição Federal de 1988 que atribui função social à propriedade privada, condicionando a mesma aos interesses da sociedade na totalidade (Miranda; Miranda, 2018). Essas atividades pelo MST exercidas se materializam a partir do entendimento de que era preciso mobilização para concretizar a Constituição: junto à função social da terra, não foi elaborada lei ou atualização jurídica para realizar uma redistribuição adequada de terras (reforma agrária), portanto, o MST visualizou a necessidade de imposição de sua agenda para concretizar a base constitucional (Branford; Rocha, 2001).

A pressão jurídica exercida pelo Movimento, desde o início de sua história, se caracterizou como um método de enfrentamento para exigir do Estado o cumprimento das normas constitucionais sobre a função social da propriedade, a qual inclusive sofre ameaça de mudança por meio de emenda constitucional por setores conservadores do poder político (Lisboa; Molina, 2022).

O MST, então, inicia sua trajetória social na luta pela efetivação de direitos políticos dos trabalhadores do campo, que, mesmo com a redemocratização, não tiveram uma justiça efetiva frente às desigualdades estruturais existentes. As nuances de paz propostas e vivenciadas pelo Movimento perpassam principalmente pelas esferas de educação, produção, internacionalização e comunicação contracultural.

A proposta de transformação social do Movimento se inicia pelo ato da ocupação, presente desde o início do MST, estratégia que fundamentou o desenvolvimento que a organização teria nas décadas seguintes. A ocupação de terras improdutivas e a organização de um acampamento provisório se torna um momento de desterritorialização e (re)territorialização de profundo significado político e simbólico (Scherer-Warren, 2009). É um ato de resistência e de luta pela transformação de latifúndios, tidos aqui como apropriações históricas inadequadas e socialmente injustas. A ocupação é o ato inicial de busca por uma nova realidade fora da violência tida até então, é o primeiro passo para construção de uma paz positiva, pensando nos passos seguintes à instalação do Movimento,

que a partir da ocupação, constrói núcleos de sociedade dentro dos acampamentos em prol do bem-estar dos trabalhadores e suas famílias daquele espaço.

Ao construir uma estruturação nacional, na permanente mobilização e com lideranças fortes junto de teorias que sustentam sua ação em articulações internacionais, o MST não é considerado necessariamente por Vendramini (2007), como um novo movimento social, mas sim um agente que incorpora temáticas atuais, como a questão ecológica, questão de gênero e outras pautas, sem deixar de lado a crítica global ao modelo social econômico. Apesar da busca pelas transformações e estar em constante desenvolvimento, pela configuração como um agente situado historicamente, o MST está necessariamente preso às suas relações sociais, pelo contexto que o mesmo emerge. Assim, toda mudança e toda proposta de paz positiva vinda do Movimento obrigatoriamente irá perpassar por atores como o Estado e a sociedade civil, que irão moldar o MST ao longo de sua história.

Essas noções de historicidade são cruciais para entender as contradições perpetuadas em cada esfera do Movimento, que em um eterno diálogo com outros atores sociais, terá suas ações impulsionadas ou freadas conforme a atmosfera social, principalmente nas últimas décadas com a ascensão de setores mais conservadores no debate público brasileiro.

A transformação buscada pelo MST desde o início da sua trajetória perpassa na estratégia das ocupações de terras e principalmente no ideário de uma nova forma de sociedade e de sujeito em um cenário mais justo e igualitário. De início, foi constatado a educação como o meio mais viável e apropriado para alcance desses objetivos, gradualmente formando um novo sujeito, aqui consciente de seu papel social, e criando também uma nova estrutura política e econômica (Baldo e Garcia, 2021).

O método chave para a construção da educação no Movimento e por consequência sua pedagogia, se forma a partir dos ensinamentos de Paulo Freire, que contribui com uma noção de paz ativa para reação frente às desigualdades. Essa pedagogia se entrelaça na própria ideia de transformação do MST, que rejeita a noção de paz tradicional e passiva. Esse conceito vai além e influencia as estratégias do Movimento pelo reconhecimento de que é fundamental a presença de condições e estruturas como democracia, justiça, direitos humanos e diálogo (Cardoso e Silva, 2013).

Existe um fio que conecta a atuação do MST às noções de paz de Freire (2014) e de Galtung (1969): o entendimento da paz como estrutura e como processo, um elemento só alcançado com a luta e com os métodos de conflito. Tal conceito adquire um novo significado a partir de trabalhos como o de Lederach (2011), que recebe influência do próprio Paulo Freire ao entender que nenhuma educação é neutra e que modelos distintos de

educação podem ajudar no planejamento de alternativas à violência e à resolução de conflitos (Lederach e Chupp, 1995 *apud* Barros, 2021).

A reação e transformação das violências são passos cruciais em busca de uma paz positiva. Em seus escritos, Freire (2019) reconheceu a importância da esperança e principalmente “a marcha esperançosa dos que sabem que mudar é possível” (Freire, 2019, p. 70). Essas noções de transformação estiveram presentes de início nos princípios filosóficos do Movimento, que entende a educação como instrumento de mudança social para construção de novas relações na sociedade, além de olhar para a educação como um processo permanente de formação e transformação humana (Barcellos et al, 2020).

Entender o caráter transformador do meio educacional perpassa pelas construções históricas da Educação para a Paz (EP), que também recebe contribuições de Paulo Freire pelos pesquisadores da paz ao abordar a esfera da educação. O principal objetivo da EP pela perspectiva de Rabhani (2003) consiste em conscientizar as pessoas sobre a violência que sofrem e cometem, em um processo de tornar-se consciente de uma realidade sobre a qual se estava inconsciente até então pela violência estrutural.

O intuito dessa proposta vai além de educar *sobre* a paz, isto é, transmitir conhecimentos ligados a esse campo de estudo e a não violência ao reconhecer também o caráter fundamental de educar *em* paz, ou seja, organizar o processo educativo de forma coerente com valores de diálogo, cooperação e respeito mútuo. A transformação das desigualdades sociais precisa ir além do exercício educativo e encontrar terreno também nas práticas políticas a partir das ações desempenhadas pelos agentes sociais. O MST, em sua articulação entre educação, produção e organização social, caminha em direção à EP, principalmente no exercício sobre as dimensões estruturais e culturais da violência, buscando promover autonomia, solidariedade e novos valores comunitários (Barcellos et al., 2020).

Assim como nas outras esferas de atuação do Movimento, os obstáculos encontrados perpassam na demanda de recursos financeiros que o MST teria disponível. A dependência nas reformas educacionais entre outras medidas governamentais implementadas durante a trajetória histórica do Movimento, precisam ser levadas em conta tendo em vista a necessidade de tratar o conflito e a violência estrutural não só na esfera pedagógica, mas também no âmbito político.

Os anos 1970 e 1980 foram marcados por uma profunda crise que impactou os moldes da agricultura mundial. Novas dinâmicas se manifestaram, especialmente com grandes negociações internacionais, movimentos ecológicos e análises influenciadas por eles. Nesse meio, ocorre juntamente um confronto entre as ideias de desenvolvimento e as teorias

neoliberais (Favero, 1998). Essas dinâmicas deixaram cada vez mais evidentes os problemas gerados pelo produtivismo agrícola, provocando a necessidade de mudança de paradigmas societários e de modelos de desenvolvimento.

Como aponta Favero (2003), o ponto inicial para entendimento do desenvolvimento é a partir das dinâmicas entre Estado, Mercado e Comunidade. O conjunto de tensões entre o Estado e o Mercado é fundamental para entender o papel da Comunidade, representada pelos movimentos sociais nesse processo. Esses últimos agentes vão transitando entre o Estado e o Mercado permitindo que a ideia de desenvolvimento ganhe diferentes conotações, dependendo da atmosfera política.

Essas construções teóricas são cruciais para entender o papel que o MST teve ao longo de sua história, principalmente no âmbito da cadeia produtiva, em busca das transformações sociais que o Movimento se propunha de início. Os modelos de desenvolvimento adotados foram resultados dos processos de diálogo que esse ator teve entre a esfera estatal e a esfera de mercado, sofrendo mutações ao longo das décadas em decorrência das atmosferas políticas e da maturidade que o Movimento ia ganhando com as próprias experiências.

O desenvolvimento chega como uma forma de substituição à antiga dicotomia de colonizador e colonizado, agora tendo novos moldes com a reestruturação da dinâmica mundial em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Essa noção inicial do conceito é entendida como um processo linear, natural e universal: os Estados subdesenvolvidos deveriam seguir os passos dos desenvolvidos, tidos como exemplos do bem e de um rígido planejamento. Nessa conjuntura, somada às transformações teóricas da teoria do desenvolvimento que tomaram espaço na América Latina, o MST ganhava visibilidade com a promessa de reinventar as formas de produção nos assentamentos, optando de início pela lógica do cooperativismo.

Essa forma inicial de produção adotada pelo Movimento esteve dentro da lógica primitiva de desenvolvimento em que o local subdesenvolvido deveria evoluir em direção a um progresso ou lógica próxima do local desenvolvido, principalmente pelo fato das cooperativas não se conformarem como uma forma produtiva externa ou independente da grande produção agroindustrial, mas sim como algo complementar de igual subordinação ao modelo dominante (Corrêa, 2018, p. 69). Esse caráter contraditório inicial é uma das peças-chave para visualizar o posicionamento do MST em uma fronteira entre uma paz negativa, pela integração e pela estabilidade momentânea, e respingos de uma paz positiva, pela crença em uma transformação estrutural.

O conceito de desenvolvimento adquire novas feições a partir da articulação das noções econômica, social e cultural. São abertos espaços para a emergência de agentes sociais heterogêneos, organizados de modos distintos e com projetos distintos. O desenvolvimento local não é mais tido como algo contínuo, e sim uma nova alternativa com novos significados e uma importância maior aos movimentos sociais na sua produção (Favero, 2003).

Nesse sentido, um dos principais caminhos para esse processo nasceria da articulação das perspectivas econômica e social, de modo que seja possível ao mesmo tempo, pensar global e agir localmente, e também o contrário. Assim, seria facilitada a visualização de toda a complexidade e dos desafios do desenvolvimento contemporâneo, da mesma forma que a realidade local é tida como a síntese de muitas determinações, tendo espaço para novas receitas se desenvolverem (Becker, 2000).

Para essa noção, o ponto de partida das articulações é o local. Assim, o desenvolvimento compreende três principais dimensões: dimensão econômica, dimensão social e ambiental e mediação política. Os movimentos sociais se caracterizam como uma peça chave para a produção do desenvolvimento sustentável pela invenção e emancipação produzidas no seio da própria sociedade.

Com a virada produtiva ocorrida entre a década de 1990 e o início dos anos 2000 no MST, o Movimento consolida a Agroecologia como instrumento de transformação social produtiva, trazendo uma maior valorização das relações de trabalho e do saber camponês, equilibrando a relação de trabalho entre a espécie humana e outras formas de vida.

Apesar do caráter transformativo dos fundamentos agroecológicos, principalmente levando em conta a abrangência das dimensões técnicas e sociais, inúmeros são os desafios enfrentados pelo MST ao materializar essas ideias. Mesmo com o incentivo à formação pedagógica e prática dos agricultores no manejo ecológico dos agroecossistemas, a adaptação a essa alternativa não é homogênea entre os assentados e acampados. De fato, uma das questões resultantes do tamanho que o MST tem hoje é a dificuldade em uniformizar esses aspectos nos acampamentos, tendo em vista que a média geral de adoção de práticas agrícolas alternativas ainda é bastante reduzida nas cinco regiões do país (Silva, 2011).

As razões para esses números ainda baixos vão além dos aspectos culturais, abrangendo também fatores materiais. O padrão tecnológico fomentado com a Revolução Verde afetou não apenas o solo das regiões, mas as práticas culturais dos agricultores. Então, como os assentamentos estão sempre nas terras de pior qualidade (consequência do uso exacerbado de agrotóxicos e fertilizantes químicos), a tendência é a dependência de

tecnologias pesadas e de financiamento, comprometendo a qualidade das colheitas e o endividamento dos produtores.

Além desses aspectos, para o processo de transição agroecológica, é fundamental a existência de suportes de assistência técnica, os quais se dão em números bastante restritos, com a formação dos técnicos no sentido agroecológico sendo ainda recente e em pequeno número. Portanto, mesmo que os termos desse modo de produção não signifique uma ruptura total com a sociedade capitalista predatória, o MST demonstra que a adoção da dinâmica agroecológica permite a construção de uma maior autonomia dos agricultores, minimizando a dependência pelos fatores produtivos externos.

O panorama da agroecologia possibilita não só ao MST, mas também outros segmentos da sociedade civil, pensar sobre alternativas de vida, materializando o que Favero (2003) coloca como desenvolvimento local sustentável, que nesses termos cria uma realidade subordinada às dinâmicas que se produzem na sociedade civil. Nessa esfera, o desenvolvimento é formado pela cooperação reconhecendo a pluralidade de tempos e de ritmos sociais, levando à emergência de novas redes e novas organizações que dão origem a novas tramas e novos mundos.

Para que o desenvolvimento aconteça, muitos desafios são encontrados no caminho, como reconhece Favero (2003) e também Silva (2011). Apesar do ambiente sócio-político e cultural ter solicitado e impelido quase sem restrições os movimentos sociais para a sua institucionalização, os tornando quase prisioneiros do sistema, frequentemente outras forças fazem uma pressão no sentido da não institucionalização, contribuindo para a transformação de muitos movimentos em laboratórios de experiências alternativas de desenvolvimento.

De fato, estudar sobre movimentos sociais é perceber que esses agentes fazem um esforço contínuo para dialogar e propor suas reivindicações nos mais diferentes espaços. Um exemplo inclusive de iniciativa curiosa em que o MST já fez parte foi no Primeiro Encontro Estadual Polícia e Movimentos Sociais, realizado em agosto de 2007 na Universidade Federal de Sergipe. A iniciativa do evento partiu da Polícia Militar/SE visando abrir um diálogo entre esses dois setores reconhecendo a atmosfera política estadual, que tinha um ar convidativo na ocasião para possibilitar a dinâmica (Santos, 2008).

Atividades como esta demonstram a necessidade de agentes da sociedade civil, em especial aqui o MST, ingressarem nos espaços institucionais para levarem suas vozes a mais espaços. É ampliada suas capacidades de incidência e novos caminhos são feitos para a formulação de políticas. No entanto, esses agentes precisam e devem fomentar, muito além desses momentos burocráticos de atuação, as práticas de base, experiências comunitárias e

uma série de iniciativas que valorizam a criatividade política e a construção de alternativas. As estratégias operadas fora dos marcos rígidos da institucionalidade são o que de fato abrem espaço para os laboratórios vivos de experiências de desenvolvimento.

Corrêa (2018) também aborda com clareza esses aspectos a partir da reflexão sobre as possibilidades de escolha dos movimentos sociais, que ficam constrangidos por determinações estruturais, econômicas, políticas e sociais para garantir um rumo estratégico. No caso do MST, isso se materializa com o avanço do capital no campo, o boom das *commodities* nos anos 2000 e pela chegada do PT ao governo federal, aspectos cruciais para demonstrar as pressões em torno de um ator.

A ideia das dinâmicas colocando o MST entre forças sociais exercendo pressão por todos os lados é o que teóricos como Oliveira (2008) e Aliaga (2022) irão desenvolver a partir das consonâncias entre Gramsci e o processo histórico do MST no Brasil.

O crescimento contínuo do MST, além de ter consolidado o Movimento como um importante agente político brasileiro, trouxe ao longo do tempo transformações em sua estrutura organizativa, deixando de ser apenas um movimento de massa e se caracterizando também como uma organização de quadros. Essa classificação atendia à necessidade tida no Movimento pelas dimensões extraordinárias, tanto em número como nos termos das funções que se propunha e da influência onde estava presente (Oliveira, 2008).

Essa dimensão expande o projeto de reforma agrária, que se constitui como um projeto de sociedade. A luta setorial é extrapolada ao ser colocada em um campo especificamente político de relações de forças. Nesse sentido, se tornou essencial incorporar os interesses de outros grupos no campo e na cidade, processo que gera um alargamento das questões que o Movimento abordaria, com contribuições dos desempregados urbanos, atingidos por barragens, mulheres do campo e movimentos indígenas, por exemplo (Aliaga, 2022).

Esse processo que ocorre no MST entra em consonância com a noção de hegemonia presente nos trabalhos de Gramsci (1971), que aqui tem sua noção ampliada abrangendo a esfera cultural e ideológica. Essa conjuntura que vai sendo formada pelo MST e pelos movimentos, faz a construção de uma hegemonia a partir das classes subalternas pelo projeto para uma nova forma de organização social, principalmente a partir da educação das massas e da produção de intelectuais orgânicos, elementos fundamentais para a formação de uma vontade nacional-popular e para a organização da reforma intelectual e moral (Aliaga, 2022).

Em Gramsci (1971) se nota um diálogo com essas construções pela ideia de “moderno príncipe” ao fazer uma releitura da obra “O Príncipe” de Maquiavel. De acordo com esse

trabalho, o príncipe já não pode mais ser uma pessoa real, individual, e sim um organismo coletivo, uma espécie de partido político.

O processo histórico do MST aproxima a organização dessas noções, principalmente pelo desenvolvimento da sua mística, que traduz a ideologia mediante linguagens simbólicas de fácil acesso às camadas laicas e aos estratos populares. São definidas as “liturgias” do Movimento, que remete suas atividades a valores como dedicação, ousadia, honestidade, companheirismo, disciplina e contribuição financeira para sustentação da casa e da organização.

Como expõe Aliaga (2022), a mística é formada por valores, como: solidariedade, beleza, valorização da vida, gosto pelos símbolos (a bandeira, ferramentas de trabalho, boné do MST, hino, materiais de estudo), gosto de ser povo, defesa do trabalho e do estudo e capacidade de indignar-se. É a partir desses elementos que ocorre a tradução em linguagem simbólica e afetiva da identidade do Movimento pela direção, se tornando uma forma de comunicar suas concepções políticas à base, um modo específico de produzir organicidade entre intelectuais e simples, entre teoria e prática.

A mística do MST, ao colaborar na formação do consenso e na organicidade interna, se volta para um projeto mais abrangente de construção da hegemonia pelo processo educativo e formativo da militância, constituindo o que seria chamado de “intelectuais orgânicos”, que elevam as consciências e capacitam o Movimento a interferir na estrutura, criando uma possibilidade real de transformação. Para alcance do seu projeto de sociedade, que supera a demanda setorial pela reforma agrária, o MST se torna uma organização política capaz de articular diferentes instâncias e de garantir, ao menos formalmente, uma conexão entre direção e base.

O entendimento do Movimento como uma organização política advém principalmente da estrutura que se desenvolve internamente, com a articulação de diferentes instâncias. Esse fator aproxima o MST dos partidos de massa, que Aliaga (2022), ao dialogar com Duverger (1970), vai apontar sobre o caráter histórico desses organismos em surgir a partir de organizações ou instituições pré-existentes, como movimentos e associações.

Assim, desde as primeiras reuniões mediadas pelos clérigos das pastorais da terra, o MST conseguiu construir uma estrutura educacional muito desenvolvida funcionando em dois níveis principais: educação e formação. A estrutura organizativa do MST até os anos 1990 foi formada por instâncias de base, intermediárias e superiores. A composição do Movimento em direção, militantes, base e massa, demonstra a expansão dos objetivos iniciais, agora colocados em um plano de ação mais amplo, se propondo à construção da

hegemonia de seu grupo fundamental (os trabalhadores rurais) na sociedade civil, assumindo assim, funções de partido.

Mediante Gramsci (1975), partido é tido como a expressão da passagem do momento econômico à elaboração ético-política, equilibrando os interesses do grupo social fundamental e dos outros grupos. A esse organismo cabe resguardar os interesses da classe que representa e simultaneamente assimilar em certa medida, os interesses das classes subordinadas. As experiências históricas do MST, portanto, vão colocando à prova as contribuições teóricas de Gramsci, traduzindo as ideias do pensador italiano ao contexto de lutas agrárias brasileiras, principalmente a partir da consolidação do MST.

O reconhecimento do papel desempenhado pelo MST é fundamental, refletindo especialmente a partir das territorialidades em que o Movimento constrói. Como Scherer-Warren (2009) explicita, as populações mobilizadas e associadas às redes do MST e de outros movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) são frequentemente oriundas de aglomerados de exclusão, seja do campo ou do meio urbano, advindas de um êxodo rural semi forçado. Na adesão aos movimentos, esses trabalhadores se transformam em sujeitos políticos participantes do agenciamento de uma nova territorialidade ou de um território-rede fluído, conectando os membros do movimento em sua área com os de sua região e estes com a organização a nível nacional e posteriormente a um nível latino-americano e globalizado, especialmente pensando na atuação que o MST tem tido com a Via Campesina, por exemplo.

As dificuldades locais enfrentadas pelos movimentos sociais impulsiona uma nova forma de atuação a partir da década de 1990, uma forma de levar as questões locais a uma esfera transnacional com outros movimentos (Scherer-Warren, 2000). Esses agentes, sobretudo no âmbito do campo, denominados como Movimentos Agrários Transnacionais (MAT) (Borras Jr., 2010), utilizaram a internacionalização da ação coletiva como uma forma de cooperação transnacional para alcançar suas demandas e fazer frente aos desafios que, inseridos na lógica capitalista a partir da globalização, também são globais (Oliveira, 2020).

A dinâmica entre as formas que a globalização se processa e os movimentos sociais do campo coloca esses dois fenômenos em posições opostas, principalmente pela proposta de desenvolvimento de cada uma das partes. Por um lado a globalização neoliberal e por outro uma resposta à atual configuração do sistema internacional buscando a democratização das decisões sobre os bens públicos globais, sobretudo a terra, centro das disputas representadas pelas relações de poder.

Esse processo, encarado como uma globalização desde baixo (Della Porta et al., 2006), proporciona a articulação transnacional dos movimentos sociais e organizações não governamentais como um movimento comum para contrapor o *status quo*. Esse contraponto, feito pelo que veio a se chamar de Sociedade Civil Organizada (SCO), se direciona a várias dimensões dos direitos, a partir da esfera civil, política, socioeconômica, cultural e tantas outras.

Essa internacionalização dos movimentos atuando em redes se materializa em uma ampliação da busca pela paz positiva, ao entender que mesmo com diversidades e diferenças entre esses agentes, vão sendo elaborados pontos de encontro para os projetos de mudança social. Assim, um discurso compartilhado vai sendo construído e configurando novas formas de ser movimento. As articulações nas redes também permitem a construção de nexos entre as condições materiais estruturantes das sociedades e uma melhor leitura das condições simbólicas na reprodução social. A partir disso, é feito esse ressignificado político produzindo novas subjetividades e ideários emancipatórios através dos sujeitos dessas ações (Scherer-warren, 2013).

Essas construções teóricas se materializam no processo histórico do MST, principalmente no trabalho da mística do Movimento a partir do fortalecimento da identidade comum. É a partir desse quadro que é traçado um caminho tendendo à construção de uma cultura contra hegemônica como forma de deslegitimar a violência cultural sofrida pelo Movimento. Aos poucos passos lentos mas sempre constantes, o MST tem feito um empenho para limpar sua imagem, criando uma identidade comum em torno das ideias e dos símbolos do Movimento.

É o que registra Machado (2023) ao documentar como a figura da organização tem se tornado mais popular com o uso, por exemplo, de acessórios do corpo que remetam ao MST, como é o caso do boné, das camisetas e da bandeira. Esses elementos, ao circularem para além dos assentamentos e se tornarem acessórios do dia a dia, vão desempenhando um papel central na disputa simbólica: reverterem pré-concepções negativas, fortalecem o pertencimento e operam como instrumentos de construção de uma identidade coletiva. Trata-se de um processo que, no sentido de Gramsci (1971), integra a guerra de posições do Movimento no terreno cultural, e que, ao mesmo tempo, dialoga com a noção de paz cultural de Galtung, ao deslegitimar as narrativas que justificavam as violências sofridas pelas populações do campo.

Ao lado dos veículos próprios de comunicação do MST¹⁰, tais símbolos consolidam um campo de comunicação popular que disputa sentidos, produz autoestima e amplia a legitimidade pública da luta pela reforma agrária popular.

As transformações na mística do Movimento propiciaram ao MST uma forma distinta de condução dos princípios éticos sobre como se comportar com as organizações sociais e políticas do exterior, o que foi demonstrado em um dos documentos de formação do Movimento (Cadernos de estudos ENFF, 2007), que explicitou a necessidade de conhecer as demais organizações, respeitando a autonomia das mesmas e criando laços de identidade entre os trabalhadores rurais e camponeses da América Latina.

As lutas camponesas têm um aspecto de transnacionalidade bastante nítido, especialmente no tocante ao MST, sem uma separação definida entre a esfera doméstica e a esfera internacional. Isso é notado por boa parte da composição de valores que constituem a mística da organização, com uma influência muito forte da perspectiva supranacional a partir da figura do marxista argentino Che Guevara, homenageado em inúmeros eventos do Movimento (Rubbo, 2013).

Frente a essas considerações é importante destacar como a vocação internacionalista do MST pode apresentar desafios e limites, especialmente entendendo que organizações da sociedade civil podem atuar em diferentes níveis estratégicos¹¹. Apesar do esforço das instâncias diretivas do Movimento em aproximar o internacionalismo do MST à base social, é necessário considerar que cada acampamento e assentamento tem sua velocidade política, podendo causar descompassos ao internalizar os efeitos do contato com a esfera internacional.

Além dos diferentes setores de atuação, que tiveram alargamento acentuado com a trajetória do Movimento, o MST também conta com instrumentos para alcance de seu projeto popular de Reforma Agrária. A organização é composta por diversas frentes de mobilização, dentre elas a ocupação de terras, que denuncia as terras improdutivas, produzindo posteriormente os acampamentos que garantem moradia e trabalho aos ocupantes. Em adição, as marchas se colocam como uma tática de mobilização, desempenhando um papel central na visibilização das pautas do Movimento e na interlocução com o restante da sociedade brasileira (MST, 2025).

¹⁰ Como é o caso do Jornal Sem Terra e a Revista Sem Terra, que integrados a outros elementos de veiculação de informação, incentivam o reconhecimento público para a legitimidade das ações implementadas e aumentam a visibilidade do Movimento na mídia (Reis, 2010).

¹¹ Divididos em 4 níveis de acordo com Scherer-Warren (2011): organizativo das bases, político articulatório de mediação, mobilização na esfera pública e nível movimentalista.

Essa última estratégia chama atenção para a realidade vivenciada pela população dos trabalhadores sem terra, estimulando o debate acerca das desigualdades sociais, processos de exclusão e violações de cidadania enfrentados pelos participantes do Movimento. A marcha mais famosa se materializou em 1997 em Brasília, para alcançar a simpatia da opinião pública nacional e conferir legitimidade à pauta da reforma agrária, principal objetivo da organização (Chaves, 2000).

Jejum e greves de fome se somam às estratégias utilizadas pelos integrantes do Movimento como uma forma de mobilizar a atenção pública para determinados assuntos, como ocorreu em 2018 com integrantes do MST de Alagoas, Pernambuco e Paraíba, utilizando o ato para a denúncia contra o aumento da fome e miséria no Brasil após o golpe de 2016 (Sobreira, 2018).

Outra tática utilizada se deu na ocupação de prédios públicos, principalmente do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), para pressionar autoridades públicas para acelerar a reforma agrária. Como relata Stédile (1997), coordenador do Movimento, diversas dificuldades se manifestam mediante as campanhas midiáticas impulsionadas pelos setores conservadores, que manipulam a opinião pública conforme os próprios interesses, noticiando que o Movimento teria feito reféns ou saqueado os locais ocupados, como foi o caso de ocupações feitas no estado do Ceará e da Bahia nos anos 1990.

Acampamentos e manifestações nas cidades também têm sido utilizados para dialogar diretamente com a população do setor urbano sobre as condições de vida no campo, a realidade agrária e a paralisação da Reforma Agrária. No meio das grandes repercussões, é possível citar a ocorrência no interior da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul em 1987 (MST, 2025) e mais recentemente, o acampamento Hugo Chávez em 2013 na cidade de Brasília, organizado para denunciar a paralisação da Reforma Agrária e o avanço do agronegócio no Brasil (Pacheco, 2013).

As manifestações e passeatas cumprem um intuito parecido, além de pressionarem para um diálogo mais direto com autoridades públicas do poder executivo, posicionadas na linha de frente da tomada de decisão de ações que influenciam a vida no campo, como foi o caso de protesto recente em julho de 2025 na cidade de Natal, realizado com a intenção de consumir uma reunião com a governadora do estado Fátima Bezerra do Partido dos Trabalhadores (PT) (G1 RN, 2025). Esses atos pacíficos chamam atenção do público pela organização e disciplina dos participantes, que caminham em filas utilizando simbologias remetendo ao Movimento como bonés e bandeiras.

As estratégias descritas fazem parte do grupo de políticas da ação não violenta, que desloca o conflito existente para uma arena em que os instrumentos tradicionais de repressão perdem eficiência. Aqui, a não violência não vai fazer a tentativa de destruir fisicamente as tropas, armas ou instituições que mantêm o aparato de controle violento, e sim enfraquecer as bases sociais e políticas que sustentam e conferem legitimidade a esse poder adversário (Sharp, 2012a).

Os métodos da ação não violenta buscam corroer as bases do poder, atingindo elementos fundamentais como a legitimidade do governante, a obediência da população, os recursos humanos e materiais, além da capacidade de impor sanções. A resposta à resistência não violenta com repressão tenderia a um golpe contrário, diminuindo a legitimidade perante a população e as próprias bases de apoio. Essas formulações teóricas se materializam nas ocupações das terras improdutivas, por exemplo, pelo MST, que não busca destruir ou danificar os territórios nem enfrentar a força policial, mas sim expor a contradição entre os preceitos constitucionais da função social da terra e o uso efetivo dessas terras. A legitimidade da concentração fundiária é posta em cheque pressionando a ação do Estado ao deslocar o debate público e ampliar o apoio social ao Movimento.

É nítido o impacto e a força desempenhada pelo MST nesses momentos pelo esforço constante dos veículos midiáticos tradicionais em passar uma imagem negativa da organização para a grande massa brasileira, como autores já citados no trabalho demonstram e teorizam bem (Elias, 2023; Reis, 2011; Ayoub, 2007).

Ao longo do tempo, o Movimento vai manipulando e interagindo com os elementos que lhe são atribuídos na grande mídia; e como Reis (2011) exemplifica, o próprio nome “sem-terra” foi uma expressão cunhada pela mídia e apropriada pelo MST, sendo remetida à questão de classe e a um não lugar, inserido na exclusão. Pertencer ao Movimento e aos “sem-terra” é levado ao significado de exclusão de um processo e, portanto, à reafirmação da luta contra esta exclusão.

A apropriação crítica e ressignificação do termo se torna, portanto, um ato de desmontagem de violência cultural, ao passo que o Movimento tira da grande mídia o monopólio do significado e expõe que a condição de “sem-terra” não é natural, mas sim um resultado histórico da exclusão da terra, quebrando a justificativa cultural da desigualdade. Esse fator de ressignificação se faz presente nos atos de fala de integrantes do Movimento promovendo um significado mais humanizado e recontextualizado (Bonfim e Alencar, 2017).

A criação de mecanismos próprios de mídia e divulgação perpassa principalmente por algumas táticas como o Boletim Sem Terra, o Jornal Sem Terra e a Revista Sem Terra, que

ajudaram no amadurecimento do Movimento configurando um campo de comunicação (Perli, 2017). Além desses meios, o site criado “www.mst.org.br” também desempenha um papel fundamental na prestação de informações, pela história, objetivos, campanhas, além de artigos e entrevistas sobre o MST (Reis, 2011). Nesses espaços de mídia própria, aos poucos é formado um ambiente de paz cultural alternativa com a humanização dos sujeitos do Movimento, apresentados como trabalhadores, educadores, produtores de alimentos e sujeitos de suas próprias histórias.

As experiências comunicativas desenvolvidas pelo MST possibilitaram sua inserção nas complexas relações que permeiam o campo midiático, pelo alinhamento a projetos alternativos de comunicação ou pela oposição aos interesses conglomerados de mídia, portanto, definindo interesses sociais, públicos e privados nas comunicações (Perli, 2017).

Gradualmente, as estratégias desempenhadas pelo MST desestabilizam bases simbólicas, políticas e econômicas de poder que sustentam a concentração fundiária e os grupos que se beneficiam dessa estrutura. Novas formas de poder popular e de participação social vão sendo fortalecidas nesse contraponto criando uma relação dinâmica e dialética com reação, apropriação e construção autônoma. As táticas de mídia vão sendo constituídas por uma frente fundamental de luta simbólica em que a batalha é travada pela legitimidade cultural, condição indispensável para qualquer transformação estrutural profunda, como demonstrado por Gramsci (1988).

3.3 É o MST um movimento pela paz?

Com o desenvolvimento das linhas teóricas de Galtung (1969), a violência estrutural ganha um nome e um conceito, desenvolvendo também construções a partir da pesquisa da paz, especialmente na ideia de paz positiva, com a preocupação fundamental com a justiça social. Essa novidade no campo dos EPP vai ser crucial para o ponto de partida na transformação das desigualdades além dos conflitos armados interestatais, e também servirá para fomentar pesquisas em locais historicamente relegados pela agenda internacional de segurança até então.

Ao deslocar o foco exclusivamente das guerras entre Estados e reconhecer que diferentes formas de violência (simbólicas, econômicas, raciais, de gênero e territoriais) moldam a vida cotidiana, essa abordagem permite analisar contextos que, embora não vivenciem confrontos militares formais, são profundamente atravessados por estruturas de opressão. Tais contextos, predominantes sobretudo fora do Norte Global, evidenciam que a ausência de guerra não equivale à presença de paz, e que compreender as dinâmicas de

violência nesses territórios é essencial para produzir análises mais abrangentes e comprometidas com a transformação social (Azarmandi, 2022).

Frente às conjunturas elaboradas neste trabalho, ao refletir sobre o MST como necessariamente um movimento pela paz ou não, são encontradas mais perguntas do que respostas. Refletindo nos pressupostos delimitados por teóricos como Benford e Taylor (1999), que consideram os desdobramentos sociais como um aspecto fundamental para essa categoria, é possível entender os movimentos pela paz como agentes que concentram não apenas elementos de dissidência, mas também incidência política. Esse conceito precisa ser diretamente atrelado à transformação social, condição fundamental para uma movimentação em prol da paz positiva.

Apesar da forte contribuição do trabalho ao campo dos EPP e da menção a uma perspectiva muito próxima das raízes do MST¹², Benford e Taylor (1999) não desenvolvem com profundidade as questões em torno dos movimentos pela paz, os desafios e as perspectivas futuras para a concretização dessa ideia. O que acaba abrindo uma janela de oportunidade para novas pesquisas, especialmente atreladas a novos contextos globais, na reflexão sobre movimentos sociais que se aproximariam dessa noção, e especialmente em quais termos.

Entendendo esses aspectos relevantes na reflexão dos movimentos pela paz, Azarmandi (2022) expande as teorizações do campo de estudo dos EPP ao considerar as construções associadas aos processos coloniais, que aqui são fundamentais para entender as raízes da violência agrária no Brasil e suas permanências até hoje. Nessa perspectiva, o ponto inicial para qualquer rota em direção a uma transformação social nos moldes da paz positiva precisa endereçar as raízes coloniais do Sul Global.

Moldando esse quadro para o trabalho que escrevo, podemos verificar que ignorar a distribuição violenta dos territórios resultando na desigualdade do acesso à terra no Brasil significa negar que a sociedade brasileira atual ainda mantém os moldes de violência agrária que estruturaram sua formação. Essa violência não é apenas herdada do passado pelo latifúndio colonial, escravidão e a grilagem sistemática, mas ainda atualizada por meio de práticas estatais e privadas que naturalizam a concentração fundiária, criminalizam movimentos camponeses e legitimam a expropriação de comunidades tradicionais. Negar essa realidade seria encobrir que a exclusão territorial, a precarização do trabalho rural, a

¹² Benford e Taylor (1999) enfatizam o papel crucial que a Teologia da Libertação (TdL) teve no desafio à violência presente na hierarquia da Igreja Católica. O trabalho reconhece a radicalidade da TdL em propor uma ideia de justiça social baseada em alimentar os pobres e apoiar movimentos de resistência às violências do campo.

destruição ambiental e os assassinatos no campo compõem um sistema de violências interligadas que produz morte prematura, insegurança e ausência de futuro para amplos segmentos da população rural brasileira. Trata-se, então, de reconhecer que a questão agrária é também um eixo central de produção e reprodução da violência estrutural no país.

Seguindo essa ideia, o ponto de partida para fundamentar transformações concretas em prol da construção da paz para a categoria dos camponeses no Brasil precisa estar alinhado a um endereçamento das violências pré-existentes. Reconhecer o problema perpetuado por gerações, principalmente pela estratégia da memória e no conhecimento crítico dos indivíduos atingidos pelas violações é crucial. Outra mudança de paradigma implica na construção de abordagens que não apenas elucidem sobre a realidade dos oprimidos mas também incorporem diferentes perspectivas e cosmologias dos atingidos pela conjuntura das diferentes formas de violência (Azarmandi, 2022).

De fato, o MST tem ocupado esse espaço de resistência contra as investidas de violência por parte do Estado, sobretudo considerando as tentativas para criminalização das atuações do Movimento. Além da longa CPI realizada em 2023 como forma de tentar desqualificar as ações da organização, uma série de projetos de lei segue em trâmite no setor legislativo sob o título “Pacote Anti-MST”, com a finalidade de inibir e criminalizar esse agente. De acordo com uma das propostas, proprietários de terras podem solicitar força policial para retirada de invasores, independentemente de ordem judicial (Borges, 2024).

A relação conflituosa entre o MST e o Estado é crucial para refletir sobre o papel que esses agentes teriam na construção da paz, especialmente esse último, considerado por alguns autores (Stephan e Chenoweth, 2008; Sharp, 2012a) como um agente muito mais associado à violência, do que necessariamente aos processos de paz e justiça social. O questionamento do papel do MST na promoção de paz se entrelaça com o peso do Estado na transformação ou manutenção de velhas políticas.

Nesse sentido, Silva (2002) ilustra com o exemplo da disponibilidade de recursos, reconhecendo o Estado como o ator principal detentor do patrimônio, o qual precisa tomar frequentemente a decisão sobre onde investir a partir das demandas e dos problemas sociais. Aqui, é revelado um elemento fundamental para compreender as violências agrárias brasileiras e por conseguinte, os processos de paz: a distribuição dos recursos e as tomadas de decisões nunca são dotadas de neutralidade, e sim guiadas por projetos políticos e correlações de força a partir das pessoas que ocupam os espaços do Estado.

Historicamente, as escolhas nos meios sociais hegemônicos privilegiaram, majoritariamente, as elites agrárias e os grupos que se beneficiaram do aprofundamento das

desigualdades sociais. É a partir dessa reflexão que ganha relevância a ideia de que os processos de paz só podem emergir com o gradual rompimento do Estado com a sua função reprodutora da violência. Diante desse posicionamento fundamental, entende-se melhor a estratégia recente do MST em articular candidaturas nas eleições para cargos do poder legislativo e executivo pelo Brasil, entendido por Brasileiro (2025) como um processo incentivado pela compreensão do Movimento em ampliar as arenas de disputa das pautas fundamentais para a reforma agrária.

De fato, o debate sobre os efeitos e as motivações dessa nova estratégia do Movimento são mais amplos do que a construção de trabalho que faço, escapando do escopo aqui construído. Portanto, precisa de aprofundamento e melhor desenvolvimento em futuras pesquisas para melhor análise. De toda forma, se torna uma tática curiosa ao reconfigurar o papel do Estado e o Movimento partir do entendimento que está sim integrado às diversas esferas de atuação na sociedade, e que por meio de indivíduos de novas realidades e novos interesses políticos, pode construir novos horizontes na transformação social em prol da cultura de paz para as classes do campo.

As arenas de disputa para transformação das violências em prol da justiça social precisam ser visualizadas como espaços inerentemente conflituosos, especialmente partindo da perspectiva de Lederach (2012), com o olhar para o conflito como um aspecto passível de transformação de um âmbito negativo para um caráter positivo com potencial para crescimento construtivo e reconstrução social. Assim, a partir desse elemento é possível que sujeitos historicamente subalternizados possam redesenhar o futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em questão buscou apresentar as formas que o MST contribui para a construção de paz no território brasileiro. Tive como ponto de partida, portanto, demonstrar as formas que a violência agrária tem sido reverberada no contexto brasileiro, após definir as nuances de violência, paz e transformação social no capítulo inicial. Com o trabalho, foi buscado deixar explícito a relação lógica entre o quadro teórico de paz, violência, movimentos sociais e o contexto brasileiro no tocante às questões agrárias.

Assim, o ponto inicial de destaque vem em demonstrar a força dos movimentos sociais, que na sua atuação em redes, irão gerar novas territorialidades em uma lógica que conecta presente e passado, representados pelo cotidiano, com o futuro, aqui representado pela utopia e os projetos de mudança, fundamental para a construção de uma paz positiva calcada em transformação social (Scherer-Warren, 2009).

Com esse trabalho aqui escrito, procurei levar as complexidades do estudo dos movimentos sociais para o âmbito das Relações Internacionais (RI) e também para os EPP, principalmente por notar que esses agentes acabam ficando restritos ao campo de estudo da geografia e da sociologia. São esferas que precisam se integrar a essas áreas do conhecimento. Sabendo disso, tencionei na direção de uma maior integração, visando, principalmente os estudos em agentes que vão para além das fronteiras estatais, que transformam as realidades em que vivem e desafiam as estruturas do *status quo*.

Além de objetos de estudo, são sujeitos da própria história e marcam presença na produção de conhecimento, seja científico ou empírico em torno dos movimentos. Portanto, nesse trabalho, o MST se confirma como um agente central na disputa contra a violência agrária no Brasil. A partir de suas ações, o Movimento enfrenta a estrutura histórica de concentração fundiária junto das outras manifestações de violência no território brasileiro. Demonstro também que não reconhecer nem enfrentar as violências intensificadas no período militar, especialmente no campo, permitiu a continuidade das estruturas repressivas pelas diversas esferas sociais, moldando não só o ambiente em que o MST surgiu, mas toda sua trajetória nas décadas seguintes.

Outro ponto explicitado nesse trabalho que escrevo se dá no uso que o Movimento faz das estratégias não violentas para alcance de seus objetivos, aqui diretamente alinhadas às noções desenvolvidas por Sharp (2012a) que reconhece o poder político desse uso para transformação social e para a promoção da não violência. Demonstro também no trabalho como o MST reage e constrói sua própria narrativa nos meios midiáticos, divulgando suas ações, sua história e suas visões.

Assim, reforço, mais uma vez, que a pesquisa em RI não se separa dos fenômenos sociais, das organizações da sociedade civil e das experiências coletivas. Essa lente crítica precisa questionar a visão tradicional das RI e entender o internacional a partir de diversos universos plurais, com diferentes mundos, feitos de redes transnacionais (Bigo, 2013). As dinâmicas tradicionalmente tratadas como “domésticas”, como a luta pela terra, a violência agrária e as formas de organização da sociedade civil, fazem parte de dinâmicas internacionais constitutivas. No tocante ao MST, sua formação, estratégias e identidade política não são fenômenos isolados dentro do Brasil, se caracterizam como resultado de interações com processos globais, visto que a internacionalização do capital agrário, as redes transnacionais camponesas e a circulação de repertórios de ação não violenta moldaram toda a história do Movimento.

Outro ponto que pretendi reforçar com esse trabalho reside na reafirmação de que as questões agrárias precisam e devem ser consideradas pelo campo dos EPP. Principalmente ao considerar que as manifestações de violência perpassam o acesso à terra e aos territórios. Negligenciar esse âmbito dentro do estudo da paz e da violência significa negligenciar aspectos cruciais que formaram a configuração atual dos Estados-nação, aqui em destaque, o Estado brasileiro, que ainda tem as violências agrárias como um dos sistemas mais persistentes e agressivos na contemporaneidade. O caminho para a transformação social e reversão das violências precisa passar pelo acesso ao território e pelo reconhecimento das resistências travadas por setores da sociedade civil, então, entendamos, não é apenas demonstrar que ainda enfrentamos desigualdades e violações de direitos, mas também reconhecer o trabalho e a luta de grupos que resistem e sempre resistiram às investidas do capital.

O trabalho demonstra ainda que teorias de paz, hegemonia e ação coletiva em articulação expandem a compreensão das RI para além da esfera do Estado, incorporando a sociedade civil como produtora de dinâmicas internacionais. A utilização da abordagem estrutural e macroanalítica possibilitou a investigação de processos históricos e sociais de maior duração, mesmo com o âmbito empírico do MST. Portanto, a análise do Movimento reforça a crítica às visões tradicionais que insistem em separações analíticas entre o doméstico e o internacional, incompatíveis com a proposta aqui realizada, que apresenta a influência de movimentos sociais em debates globais e disputas hegemônicas. Na síntese do trabalho é revelado que a construção de paz no Brasil exige transformar estruturas de natureza nacional e internacional, a atuação do MST como agente desse processo precisa enfrentar as formas de violência.

Esse trabalho reconhece o poder e a força da sociedade civil, assim como propõe um olhar crítico em sua totalidade, inclusive reconhecendo os limites e as contradições que esses agentes de resistência possam ter. Já que, como demonstrado, as propostas de novos horizontes e novas alternativas de desenvolvimento perpassam pelas relações políticas e pela transformação dentro dessa esfera (Favero, 2003). De fato, em sua trajetória, o MST serviu como um laboratório desses arcabouços teóricos, enfrentando desafios a cada passo dado para a defesa dos interesses da classe dos trabalhadores do campo.

Com essa pesquisa, pretendo contribuir com mais questionamentos do que respostas, entendendo que as áreas de estudo que foram fundamentais aqui precisam enriquecer seus arcabouços teóricos com novas dimensões de campos de estudo adjacentes. De fato, a

investigação de um agente de força tão dinâmica como é o MST precisa articular diferentes áreas de estudo para melhor compreensão de seus efeitos.

Novos trabalhos precisam investigar os efeitos das estratégias do Movimento no caráter estrutural, como é o caso da esfera produtiva e educacional, por exemplo. Assim como fazer o estudo das estratégias utilizadas recentemente, como exemplo as candidaturas nas últimas eleições, que se encaminham como contraponto de novos desafios da Reforma Agrária Popular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÃO, Paulo e TORELLY, Marcelo. O programa de reparações como eixo estruturante da justiça de transição no Brasil. In: REATEGUI, Felix. Justiça de transição: manual para a América Latina. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.

ALMEIDA, Patrícia José de. Arrendamento e acesso à terra no Brasil. 2002. Tese de Doutorado. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.

ALMEIDA, Ana Cristina de Carneiro; et al. Retrato da Repressão Política no Campo Brasil 1962-1985 Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. MDA, 2011. Disponível em: <https://repositorio.iica.int/handle/11324/20158>. Acesso em: 17/03/23.

ALMEIDA, Rejane Cleide Medeiros de. Práxis política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)-TO: trajetória de organização e formação política. 2017.

ALIAGA, Luciana. Gramsci No Mst: A Teoria Em Movimento. Revista Práxis e Hegemonia Popular, [S. l.], v. 7, n. 11, p. 40–73, 2023. DOI: 10.36311/2526-1843.2022.v7n11.p40-73. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/PHP/article/view/14371..> Acesso em: 11 nov. 2025.

ALONSO, George. Folha de S.Paulo - Com voto de ministro, MST ganha prêmio por programa educacional. 1995. São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/12/07/brasil/25.html>. Acesso em: 26/06/25.

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

AYOUB, Ayoub Hannah. Mídia e movimentos sociais: a satanização do MST na Folha de S. Paulo. Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 4, n. 1, p. 79-93, 2007.

AZARMANDI, Mahdis. "Freedom from discrimination: On the coloniality of positive peace." In The Palgrave handbook of positive peace, pp. 611-621. Singapore: Springer Singapore, 2021.

BAHNIUK, Caroline. Os Desafios De Uma Educação Revolucionária: A Experiência Do Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Pedagogia Histórico-Crítica, Educação e Revolução, p. 131. 2018. Disponível em: https://www.editoranavegando.com/_files/ugd/35e7c6_07e50001b3244910974c77d8dec8df2f.pdf#page=139. Acesso em: 08/07/25.

BALDO, Ana Maria; GARCIA, Elisete Enir Bernardi. Pedagogia do MST: uma construção com a presença de Paulo Freire. Revista de Estudos Aplicados em Educação, v. 6, n. 11, 2021. Disponível em: https://www.seer.uscs.edu.br/index.php/revista_estudos_aplicados/article/download/7641/3402. Acesso em 28/10/25.

BARCELLOS, Sérgio Botton. A Formação do Discurso da Agroecologia no MST. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 2010. 139 p.

BARCELLOS, Luis Henrique dos Santos; SILVA, Cláudio Rodrigues; MORAES, Agnes Iara Domingos; TORRES, Julio Cesar. Limites e desafios da educação inclusiva no campo: a experiência do projeto educativo do MST. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, [S. l.], v. 5, p. e10660, 2020. DOI: 10.20873/uft.rbec.e10660. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/campo/article/view/10660>. Acesso em: 2 nov. 2025.

BARROS, Luís Fernando Bravo de. Tensionamentos Criativos E Evocação: uma reflexão sobre o impacto da obra de Paulo Freire no campo dos estudos de paz e conflito. *Arquivo Brasileiro de Educação*, Belo Horizonte, v. 9, n. 18, p. 227–269, 2021. DOI: 10.5752/P.2318-7344.2021v9n18p227-269. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/arquivobrasileiroeducacao/article/view/27758>. Acesso em: 31 out. 2025.

BECKER, Dinizar. Prefácio. Os velhos e os novos desafios lógico-metodológicos na análise do desenvolvimento local-regional. In: DALLABRIDA, Valdir Roque. (Org.) *O desenvolvimento regional: necessidade de novos paradigmas*. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2000. P. 9-23.

BELINO, Juliana Miles. Rightful resistance in land reform social movements:: an analysis of the reasons that prevented the Brazilian Landless Rural Workers (MST) from getting radicalized. *CSONline-REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS*, n. 36, p. 297-324, 2022.

BEZERRA, C., KUHLMANN, P. R. L. Não Violência e Movimentos pela Paz. In FERREIRA, M. A. S. V., MASCHIETTO, R. H., KUHLMANN, P. R. L. *Estudos para a Paz: Conceitos e Debates*. São Cristóvão: Editora UFS, 2019, p. 119-149.

BENFORD, R. D.; TAYLOR IV, F. O. Peace movements. In: KURTZ, L. A. (Ed.). *Encyclopedia of violence, peace and conflict*. V. 2. San Diego: Academic Press, 1999. p. 771-786.

BIGO, Didier. A Sociologia Política Internacional Distante da Grande Síntese: Como Articular Relações entre as Disciplinas de Relações Internacionais, Sociologia e Teoria Política. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, vol. 35, no 1, janeiro/junho 2013, p. 173-195. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/5pMP8ftv4mrVrpVBjrzZMkQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22/11/2025

BOGO, Ademar. O MST no Momento Político Atual. Situação e Perspectivas. *Caderno CRH*, v. 11, n. 28, 1998.

BOIX, Carles. Economic roots of civil wars and revolutions in the contemporary world. *World Politics*, v. 60, n. 3, p. 390-437, 2008.

BONFIM, Marco Antonio; ALENCAR, Claudiana Nogueira de. Trajetórias Textuais, Indexicalidade E Recontextualizações De Resistência No Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 27–44, 2017. DOI: 10.26512/les.v18i2.5789. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/5789>. Acesso em: 9 dez. 2025.

BORGES, Juliano Luis. A transição do MST para a agroecologia. 2007. 166 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

BORGES, Rebeca. Comissão da Câmara aprova projetos do pacote anti-MST. CNN Brasil. 11 de dezembro de 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/comissao-da-camara-aprova-projetos-do-pacote-anti-mst/>. Acesso em: 24/11/2025.

BORRAS JR, Saturnino M. The politics of transnational agrarian movements. *Development and Change*, v. 41, n. 5, p. 771-803, 2010.

BORSATTO, Ricardo Serra; CARMO, Maristela Simões do. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 51, p. 645-660, 2013.

BRANFORD, Sue; ROCHA, Jan. Cutting the Wire: the landless movement of Brazil. *We Are Everywhere*, p. 131-2, 2001.

BRASILEIRO, Carol Matias. A tática eleitoral: as candidaturas do MST e a questão agrária nas eleições de 2022. In *SURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, Brasília, v. 11, n. 1, p. 849–876, 2025. DOI: 10.26512/revistainsurgencia.v11i1.54065. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/54065>. Acesso em: 24 nov. 2025.

BRIGHENTE, M. F.; MESQUIDA, P. Paulo Freire: da denúncia da educação bancária ao anúncio de uma pedagogia libertadora. *Pro-Posições*, v. 27, n. 1, p. 155–177, abr. 2016.

BRUNO, Regina. Liberalismo e Reforma Agrária: o Governo Castelo Branco. Rio de Janeiro, EMBRAP A/CPDA-UFRJ- mimeo, 1985.

BRUNO, R. A. L. O Estatuto da Terra. *Estudos Sociedade e Agricultura, Seropédica*, v. 4, pp. 5-31, 1995.

CADERNOS DE ESTUDOS ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES. O legado de Che Guevara, 2007.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Editora Vozes, 2000.

CALDART, R. Caminhos para a transformação da escola 3 – organização do trabalho pedagógico das escolas do campo. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CAMINI, Isabela. O cotidiano pedagógico dos educadores em escola de assentamento. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Faculdade de Educação, UFRS), Porto Alegre.

CARDOSO, Fernando Henrique. Prefácio. In: GRAZIANO NETO, Francisco. *A tragédia da terra: o fracasso da reforma agrária no Brasil*. São Paulo: IGLU/FUNEP/UNESP, 1991.

CASTELLI GATTINARA, P.; PIRRO, A. L. P. The far right as social movement. *Journal*

European Societies, v. 21, n. 4, p. 447-462, 2019.

CASTRO, Ana Célia. From catching - up to knowledge governance in the Brazilian agriculture. *Desenvolvimento em debate*, v. 1, n. 2, p. 9 – 23, 2010.

CHAVES, Christine de Alencar. A marcha nacional dos sem-terra. Um estudo sobre a fabricação do social. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

CHENOWETH, Erica; STEPHAN, Maria. Why civil resistance works: the strategic logic of nonviolent conflict. New York: Columbia University Press, 2011.

CIOCCARI, Marta. Reconstruindo memórias traumáticas: camponeses e o regime militar. *Retratos de Assentamentos*, v. 18, n. 2, p. 135-163, 2015.

CRAMER, Christopher; RICHARDS, Paul. Violence and war in agrarian perspective. *Journal of Agrarian Change*, v. 11, n. 3, p. 277-297, 2011.

CRAVO, Teresa Almeida. Johan Galtung e os estudos para a paz. 2023.

CRUZ, F. S. da. O processo de globalização no século XXI: um novo tempo de batalhas para o MST. 2009. Disponível em: <<http://www.bocc.uff.br/pag/bocc-cruz-processo-globalizacao.pdf>>. Acesso em: 15/08/25.

CORRÊA, Ana Elisa Cruz. Crise da modernização e gestão da barbárie: a trajetória do MST e os limites da questão agrária. 2018. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro.

COUTINHO, Eduardo. Cabra marcado pra morrer. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, v. 1, p. 70-74, 1984.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro, 1989.

CUNHA, J. de S. Latifúndio, Reforma Agrária E Políticas Públicas Para O Campo Brasileiro Na Crise Sistêmica (1994-2015). *Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades*, [S. l.], n. 237, p. 196–224, 2016. DOI: 10.25247/2447-861X.2016.n237.pp. 196-224. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/264>. Acesso em: 24 out. 2025.

D'AGOSTINI, Adriana. A educação do MST no contexto educacional brasileiro. 2009. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação.

DALMAGRO, Sandra Luciana. A escola no contexto de luta do MST. Tese. (Doutorado em Educação. Programa de Pós Graduação em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

DALMAGRO, Sandra Luciana. Forma Escolar e complexos de estudos: considerações a partir das escolas itinerantes do MST. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 8, n. 2, p. 100-109, 2016.

DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. Brasília: IPEA, p. 51-90, 2005.

DELLA PORTA, Donatella et al. Globalization from below: Transnational activists and protest networks . U of Minnesota Press, 2006.

DESMARAIS, Annette Aurélie. La Via Campesina: Globalization and the Power of Peasants. Halifax: Fernwood Publishing; London: Pluto Press, 2007.

DUVERGER, Maurice. Os Partidos Políticos. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

ELIAS, Denise. Agronegócio globalizado, uso corporativo do território, pobreza e desigualdades socioespaciais no Brasil. Instabilidades dos territórios: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos. São Paulo: FFLCH/USP, p. 113-136, 2022.

ELIAS, Denise. FORMAS-CONTEÚDO E NÓS DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL: Reflexões para debate. Geo UERJ, Rio de Janeiro, n. 43, 2023. DOI: 10.12957/geouerj.2023.79073. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/79073>. Acesso em: 10 out. 2025.

ELIAS, Denise. Mitos e nós do agronegócio no Brasil. Geosp, v. 25, n. 2, p. 1-18, 2021.

FAGUNDES, M. MST critica projeto que iguala grupos criminosos a terrorismo. 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/congresso/mst-critica-projeto-que-igualar-grupos-criminosos-a-terrorismo/>. Acesso em: 21 fev. 2025.

FAVERO, C. A. A Globalização E As Novas Experiências Dos Agricultores. Caderno CRH, [S. l.], v. 11 n. 28 (1998). DOI: 10.9771/ccrh.v11i28.18646. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18646>. Acesso em: 4 nov. 2025.

FAVERO, Celso Antonio. Os movimentos sociais e a questão do desenvolvimento. Informe GEPEC, v. 7, n. 2, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Formação e territorialização do MST no Brasil. Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Ed. Unesp, p. 161-197, 2010. Disponível em: <https://repositorio.iica.int/bitstream/handle/11324/8138/BVE19040267p.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17/09/24.

FERNANDES, Mayala. A Luta pela Terra no Brasil: 29 anos após o massacre de Eldorado do Carajás. Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/colunista/mstparana/2025/04/11/a-luta-pela-terra-no-brasil-29-anos-apos-o-massacre-de-eldorado-do-carajas/>. Acesso em: 11 abr. 2025.

FERREIRA, M. A. S. V. As Origens dos Estudos para a Paz e seus conceitos elementares: paz, violência, conflito e guerra in FERREIRA, M. A. S. V., MASCHIETTO, R. H. &

KUHLMANN, P. R. L. Estudos para a Paz: Conceitos e Debates. São Cristóvão: Editora UFS, 2019. pp. 47-83.

FIRMIANO, Frederico. O padrão do desenvolvimento dos agronegócios no Brasil e a atualidade histórica da reforma agrária. Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista, UNESP, Araraquara, 2014.

FONSECA, Wéverson Lima et al. Causas e consequências do êxodo rural no nordeste brasileiro. *Nucleus*, v. 12, n. 1, p. 233-240, 2015.

FORTES, Alexandre; CORRÊA, Larissa Rosa; FONTES, Paulo. Dicionário histórico dos movimentos sociais brasileiros (1964-2014). 2014.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Editora Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FURTADO, Celso. *O Capitalismo Global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

G1 RN. Em novo protesto, MST ocupa rampa da Governadoria do Rio Grande do Norte. *Globo*, Rio Grande do Norte, 23 jul. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2025/07/23/mst-protesto-governadoria-do-rn.ghtml>. Acesso em: 26/11/2025.

GALTUNG, J. An Editorial. *Journal of Peace Research*. 1964. Nº 1, Ano 1. (p. 1-4);

GALTUNG, J. Violence, Peace and Peace Research. *Journal of Peace Research*, (1969), 6 (3). (p. 167-191). 1969.

GALTUNG, Johan. *Agrarian reform and rural development: a perspective and some theses*. United Nations University, 1980.

GALTUNG, Johan. Cultural violence. *Journal of Peace Research*, v. 27, n. 3, 1990, p. 291-305. Disponível em: <https://www.galtung-institut.de/wp-content/uploads/2015/12/Cultural-Violence-Galtung.pdf>. Acesso em: 28/11/2025.

GALTUNG, Johan. *Peace by Peacefull Means*. London: SAGE, 1996.

GERMANI, Guiomar Inez. Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro. *GeoTextos*, v. 2, 2006. Disponível em: https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/geografar_germani_condicoeshistoricassociasacessoterra_0.pdf. Acesso em: 6 fev. 2025.

GOHN, Maria da Glória. *Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. I e II Fórum Social Mundial em Porto Alegre. VIII Congresso Luso Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra: setembro de 2004.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista brasileira de Educação*, v. 16, p. 333-361, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?format=pdf&lang=pt>.

_____; BRINGEL, B.M. (Org.). *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOSS, Karine Pereira; PRUDENCIO, Kelly. O conceito de movimentos sociais revisitado. Em tese, v. 1, n. 2, p. 75-91, 2004.

GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Tradução de Luiz Mário Gazzane. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988 (Série Política e Perspectiva do Homem, v. 35).

GRAMSCI, Antonio. *Selections from the Prison Notebooks*. New York: International Publishers, 1971.

GRAMSCI, A. *Quaderni del Carcere: edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana*. Turim, Einaudi, 1975.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *A crise agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HERCOG, A. Imprensa produz conteúdo para construir imagem negativa do MST. MST, 8 jul. 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/07/08/imprensa-produz-conteudo-para-construir-imagem-negativa-do-mst/>. Acesso em: 8 out. 2024.

HODDY, Eric T. Peasants' rights and agrarian violence in transitional settings: From transitional justice to transformative agrarian justice. *Journal of Human Rights*, v. 20, n. 1, p. 91-109, 2021.

HOWES, Dustin. The failure of pacifism and the success of nonviolence. *Perspectives on Politics*, Cambridge, v. 11, n. 2, p. 427-446, 2013.

JCR. An Editorial. *Journal of Conflict Resolution*, v. 1, n. 1, 1957, p. 1-2.

JPR. An Editorial. *Journal of Peace Research*, v. 1, n. 1, 1964, p. 1-4.

KARRIEM, A. The rise and transformation of the Brazilian landless movement into a counter-hegemonic political actor: a Gramscian analysis. *Geoforum*, 40, p. 316-325, 2009.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LAVALL, T. P.; MAROCCO, A. de A. L.; FONTANELA, C. Os movimentos sociais globais como atores emergentes das relações internacionais: os dilemas do Comércio Justo/Global social movements as emergents of international relations: The dilemmas of Fair Trade. *Brazilian Journal of Development*, [S. l.], v. 6, n. 10, p. 81849–81860, 2020. DOI:

10.34117/bjdv6n10-568. Disponível em:
<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/18831>. Acesso em: 1 jun. 2024.

LAZARETTI, Isadora Kauana. O poder intransitivo dos movimentos sociais globais como atores não-estatais. Dissertação (Mestrado em Direito) - Área de Ciências Humanas e Jurídicas, Universidade Comunitária da Região de Chapecó. Chapecó, 2017. Disponível em: <http://konrad.unochapeco.edu.br:8080/pergamumweb/vinculos/0000f5/0000f57e.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2024.

LEDERACH, John Paul. A imaginação moral: arte e alma da construção da paz. Tradução: Marcos Fávero Florence de Barros. São Paulo: Palas Athena, 2011.

LEDERACH, John Paul. Transformação de conflitos. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2012.

LEDERACH, Juan Pablo; CHUPP, Marcos. ¿Conflicto y Violencia? ¡Busquemos Alternativas Creativas! Bogotá: Ediciones Clara-Semillas, 1995.

LEFEBVRE, H. The production of space. Oxford: Blackwell. 1991.

LEITE, José Corrêa. Fórum Social Mundial: a história de uma invenção política. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

LEÓN, L. Mirando MST, Câmara aprova projeto que pune ocupações de terras. Agência Brasil. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-05/camara-aprova-projeto-que-pune-ocupacoes-de-terras>. Acesso em: 8 out. 2024.

LINDEN, Wilhelmus Hubertus. The International Peace Movement, 1815-1874. Tilleul Publications, 1987.

LISBOA, Clara Leite; MOLINA, Francisco Espinoza. Direito De Propriedade: Uma Análise Da Constitucionalidade Da Proposta De Emenda À Constituição (Pec) Nº 80 De 2019 Face Ao Princípio Da Função Social Da Propriedade. Interfaces Científicas - Direito, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 284–297, 2022. DOI: 10.17564/2316-381X.2022v9n1p284-297. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/direito/article/view/11132>. Acesso em: 28 out. 2025.

LUZZI, Nilsa. O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRJ). Rio de Janeiro (RJ), 2007.

MACHADO, Lara. A revolução dos bonés: MST, Armazém do Campo, Stedile. Revista Piauí, 4 out. 2023. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/a-revolucao-dos-bones-mst-armazem-do-campo-stedile/>. Acesso em: 20 nov. 2025.

MARCOS, Rui Figueiredo. Nelson Mandela. Os Rostos de um Mestre. 2024.

MARES, David R. *Violent Peace: militarized interstate bargaining in Latin America*. Columbia University Press, 2001.

MARTIN, Jean-Yves. A geograficidade dos movimentos socioespaciais. *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente (SP)*, n°19/20, p.26-41, Nov. 1997.

MARTINS, J. S. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, Eduardo Simões. *Paulo Freire e a teologia da libertação: aproximações*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/2376>. Acesso em: 08 out. 2021.

MARTINS, Victor de Oliveira. *A história da CPI é a história do Brasil: gestão da burocracia, crise democrática e pânico morais na CPI do MST*. Santa Rita, 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal da Paraíba.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

_____. *Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX*. In. *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2010. p. 113 a 136. Disponível em: <https://repositorio.iica.int/bitstream/handle/11324/8138/BVE19040267p.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17/03/23.

MEDEIROS, Wellington da Silva. *Uma confluência pela “libertação”: as comunidades eclesiais de base na Arquidiocese de Maceió*. Dissertação (Mestrado em História). Maceió. 2018.

MESZAROS, George. *O MST e o Estado de Direito no Brasil*. IN: CARTER, Miguel (org.), 2010. In. *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2010. p. 113 a 136. Disponível em: <https://repositorio.iica.int/bitstream/handle/11324/8138/BVE19040267p.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 09/07/25.

MELLO, J. N.; GUERREIRO, M. A. DE L. *Da desobediência civil à independência da Índia: uma breve análise do percurso político de Gandhi*. *Revista da Universidade Ibirapuera*, 17 jun. 2013. Disponível em: <https://www.ibirapuera.br/seer/index.php/rev/article/view/24>. Acesso em: 10/10/24.

MENDES, Alberto Rafael Ribeiro. *Memória, Verdade E Reparação Na Comissão Camponesa Da Verdade - 1946 – 1988*. *Outros Tempos: Pesquisa em Foco - História*, [S. l.], v. 18, n. 31, p. 111–135, 2021. DOI: 10.18817/ot.v18i31.792. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uma/article/view/792. Acesso em: 23 out. 2025.

MENDONÇA, Sônia Regina de. A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990. João Pedro Stedile(org.). São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MIGNOLO, W. D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005, 33-49p.

MIRANDA, Paula Fauth Manhães; MIRANDA, Pedro Fauth Manhães. A Incessante Luta Pela Terra E A Concretização Da Função Social Da Propriedade. Entropia, v. 2, n. 3, p. 05-17, 2018.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. A Ação Territorial de Uma Igreja Radical: Teologia da Libertação, Luta pela Terra e Atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 2008.

MONCAU, G. Violência no campo: assassinatos diminuem, mas conflitos são os mais numerosos desde a redemocratização. Brasil de Fato. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2024/04/22/violencia-no-campo-assassinatos-diminuem-mas-conflitos-sao-os-mais-numerosos-desde-a-redemocratizacao>>. Acesso em: 8 out. 2024.

MONTEBUGNOLI, Mariana de Freitas. Por dentro da rede: um estudo das dinâmicas e interações de redes transnacionais de advocacy: o caso dos projetos Polonoeste e Planaflores no estado de Rondônia. 2015. 155 f., il. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

MONTENEGRO, Antonio Torres. As Ligas Camponesas às vésperas do golpe de 1964. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 29, n. 02, 2004.

MST. Construindo o caminho. Secretária Nacional MST, São Paulo, 2002.

_____. Quem somos. 2025. <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 25/11/2025.

_____. Dossiê MST Escola: documentos e estudos 1990-2001. Caderno de Educação nº 13. Veranópolis: Iterra, 2005.

NETO, Antonio Julio Menezes. A Igreja católica e os movimentos sociais do campo: A Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Caderno Crh, v. 20, p. 331-341, 2007.

NIMTZ, August. Violência e/ou não-violência no sucesso do Movimento dos Direitos Civis: o nexos Malcom X-Martin Luther King Jr. Cadernos Cemarx, v. 14, 2021. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/15897/10671>. Acesso em: 16 fev. 2025.

NOVAES, Regina Célia R. De corpo e alma. Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

OLIVEIRA, Gilberto Carvalho. Estudos da Paz: origens, desenvolvimentos e desafios críticos atuais. Carta internacional, v. 12, n. 1, p. 148-172, 2017.

OLIVEIRA, Odete Maria de. Relações Internacionais: estudos de introdução. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2004.

OLIVEIRA, A. U. Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária. São Paulo: FFLCH/LABUR Edições, 2007.

OLIVEIRA, Luciana A. Aliaga de. A forma política do MST. 2007. 210f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

OLIVEIRA, Erbenia Lourenço de. "Estrangeirização de terras nos EUA e a cooperação transnacional dos movimentos sociais: a atuação da USFSA." 2020. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba.

PACHECO, Iris. Acampamento Nacional Hugo Chávez pressiona retomada da Reforma Agrária. MST, Página do MST, 19 mar. 2013. Disponível em: <https://mst.org.br/2013/03/19/acampamento-nacional-hugo-chavez-pressiona-retomada-da-reforma-agraria/>. Acesso em: 26/11/2025.

PALUDETO, Melina Casari. As diretrizes programáticas e a política educacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). 2018.

PAZ, S. Ideas preliminares para pensar la política de la diferencia. Movimientos indígenas y Estado en Bolivia, 2005.

PERLI, Fernando. "O que era simples imprensa virou mídia": como o MST divulgou os meios de comunicação de massa. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 21, p. 181 - 209. maio/ago. 2017.

PICOLOTTO, E. L. e PICCIN, M. B. Movimentos camponeses e questões ambientais: posituação da agricultura camponesa? Revista Extensão Rural, Santa Maria, ano XV, n. 16, p. 5-36, jul./dez. 2008.

PINHO, Diva B. Que é cooperativismo. São Paulo: São Paulo Editora, 1966. (Coleção Buriti)

PISTRAK, Moisey Mikhaylovich (org). A Escola-Comuna. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. A aliança entre terra e capital na ditadura brasileira. Mercator (Fortaleza), v. 16, p. e16003, 2017.

PRECIADO, Jaime; UC, Pablo. As geografias do poder dos movimentos sociais em um período de crise. In: GOHN, Maria da Gloria; BRINGEL, Breno M.. Movimentos Sociais na era global. Editora Vozes, Petrópolis, 2012.

POLETTO, Ivo. A Igreja, a CPT e a mobilização pela reforma agrária. Combatendo a desigualdade social-o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

PLUTARCHIUS, L. M. (1844). Oeuvres morales. Paris: Lefreuvre Éditions.

PUREZA, José Manuel; CRAVO, Teresa. Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 71, p. 05-19, 2005.

QUINALHA, Renan Honório. Com quantos lados se faz uma verdade? Notas sobre a Comissão Nacional da Verdade e a “teoria dos dois demônios”. *Revista Jurídica da Presidência*, v. 15, n. 105, p. 181-204, 2013.

RABBANI, Martha Jalali. Educação para a paz: desenvolvimento histórico, objetivos e metodologia. *Cultura de Paz*, p. 63, 2003.

RAMOS, Márcia Mara. Educação, trabalho e infância: contradições, limites e possibilidades no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. 2016. Tese de Doutorado. Dissertação de mestrado inédita. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação: Campinas.

RANGEL, Ignacio. Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil. 2a. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

REINALDO, Thaysslorranny Batista. Território, fronteira, campesinato: expansão da fronteira agrícola e resistência camponesa no norte do Tocantins, Brasil. 2023.

REIS, Cristiane de Souza. As Estratégias Comunicacionais do MST. *Revista Cabo dos Trabalhos*, v. 4, p. 100, 2010.

REIS, Cristiane de Souza. Os bastidores da mídia e os movimentos sociais: o caso do MST. 2011. Tese de Doutorado.

RIBAS, Alexandre Domingues; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Cooperativismo no raio de atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (uma contribuição para a Geografia do Trabalho). *Geografia em Atos (UNESP), FCT/UNESP*, v. 2, n. 2, p. 13-32, 2000.

RIBEIRO, V. Fazendas e quartéis. *Passagens*, v. 02, p. 94-129, 2010.

RIBEIRO, Leandro Nieves. Por uma rebeldia mundial? Formação e ação territorial da Via Campesina no Brasil. 2016.

ROCHON, T. R. (1988). *Mobilizing for peace: The antinuclear movements in Western Europe*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

ROQUE, Silvia; SANTOS, Rita. Gênero, Feminismos e Estudos para a Paz. In: FERREIRA, Marcos Alan S. V.; MASCHIETTO, Roberta H.; KUHLMANN, Paulo R. L. (Orgs.). *Estudos para a Paz: Conceitos e Debates*. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2019. p. 419-457.

ROSSETTO, Edna Rodrigues Araujo. Essa ciranda não é minha só, ela é de todos nós: a educação das crianças sem terrinha no MST. 2009. 222 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: 20.500.12733/1611366. Acesso em: 27 jul. 2025.

ROSSETTO, Neuri. Gramsci em meio ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): uma entrevista com Neuri Rossetto. Entrevistadora: Renata Porto Bugni. Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2022.

RUBBO, Deni. Do campo para mundo: em busca de um internacionalismo continental para o MST—Entrevista com Gilmar Mauro. *Lutas Sociais*, n. 29, p. 21-30, 2012.

RUBBO, Deni Ireneu Alfaro. *Campesinos cosmopolitas: um estudo sobre a atuação política internacionalista do MST na América Latina*. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SANTOS, Marleide Maria. *Movimentos sociais: na trama subliminar do ocultamento dos conflitos de classe*. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5479/1/MARLEIDE_MARIA_SANTOS.pdf. Acesso em: 27/11/2025.

SANTOS, Mauro Sérgio. O conceito de guerra de posição no pensamento político de Antônio Gramsci. *Investigação Filosófica*, v. 6, p. 44-60, 2015.

SANTOS, Yann Gomes dos. *O que resta do Latifúndio – Justiça de Transição no Meio Rural Paraibano*. Dissertação (Mestrado). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2017, 136f.

SANTOS, Wander Luiz Cardioli Rodrigues dos. A não-violência como princípio e a não-violência pragmática. *BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 88, p. 1-20, 2019.

SANTOS, Selma de Fátima. A Questão Agrária no Brasil: da Revolução Verde ao Agronegócio. In: H. T. Novaes, A. D. Mazin & L. Santos (Org.), *Questão agrária, cooperação e agroecologia* (pp. 39-58). 3ª Edição - Marília: Lutas Anticapital.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais rurais no mundo globalizado: o caso do MST. *Cadernos de Pesquisa*, v. 24, p. 31-44, 2000.

SCHERER-WARREN I. A atualidade dos movimentos sociais rurais na nova ordem mundial. *Motrivivência* 2000;(14):33-50.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes para a (re) territorialização de espaços de conflito: os casos do MST e MTST no Brasil. *Interface*, v. 1, n. 1, p. 105-124, 2009.

SCHERER-WARREN, I. Redes da sociedade civil: Advocacy e incidências possíveis. In: *Vida em rede. Conexões, relacionamentos e caminhos para uma nova sociedade*. Barueri: Instituto C&A, 2011.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes e movimentos sociais projetando o futuro. Revista Brasileira de Sociologia. v. 01, n. 01, Jan/Jul. 2013.

SCHOCK, Kurt. Nonviolent action and its misconceptions: insights for social scientists. PS, Washington, DC, v. 36, n. 4, p. 705-712, 2003.

SHARP, Gene. Poder, luta e defesa: teoria e prática da ação não-violenta. Edições Paulinas, 1983. Disponível em: https://www.aeinstein.org/wp-content/uploads/2013/10/Power-Struggle-and-Defense-Portuguesesmallpdf-1.com_.pdf.

SHARP, Gene. Da ditadura à democracia: uma estrutura conceitual para a libertação. Tradução de José Filardo. Boston: The Albert Einstein Institution, 2010.

SHARP, Gene. The politics of nonviolent action. Boston: Porter Sargent, 2012a. 3 v.

SHARP, Dustin. Addressing economic violence in times of transition: toward a positive-peace paradigm for transitional justice. In: Fordham International Law Journal Volume, 35, Issue 3, 2012b.

SHULGIN, Viktor Nikolaevich. Rumo ao politecnismo. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, L. M. M., GEHRKE, M. (2018). Pedagogia socialista soviética: categorias que se articulam na construção de uma nova escola para uma nova sociedade. Revista Educere et Educare, 13(30). <https://doi.org/10.17648/educare.v13i30.19584>.

SILVA, L. O. Desenvolvimentismo e intervencionismo militar. Idéias, v. 12/13, n.1, p. 11-40, 2006.

SILVA, Priscilla Gomes da. A incorporação da Agroecologia pelo MST: reflexões sobre o novo discurso e experiência prática. 2011. 177 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

SILVA, Felipe Maia Guimarães da. Questão agrária e modernização no Brasil. 2014. 250 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SILVA JÚNIOR, Pedro Paulo da. A fome como violência estrutural: uma análise sob a ótica dos Estudos de Paz. 2017.

SILVA, Kinndely Lorrane Couto. Violência e morte nas lutas sociais: o MST no contexto de criminalização social. 2021. 82 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2021.

SILVA, Mirian Borges da. Influência da Teologia da Libertação no MST durante as décadas de 1970 e 1980. Conversas & Controvérsias, v. 9, n. 1, p. e43446-e43446, 2022.

SILVA, Jorge Vieira da. A verdadeira paz: desafio do Estado democrático. São Paulo Perspectiva, São Paulo, v. 16, n. 2, jun. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/FTFGJqQvP63LbdCCQD769Yn/>. Acesso em: 24/11/2025.

SOBREIRA, Vinícius. Em greve de fome, dirigente do MST escreve carta à juventude do Brasil. Brasil de Fato, Recife, 6 ago. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/08/06/em-greve-de-fome-dirigente-do-mst-escreve-carta-a-juventude-do-brasil/>. Acesso em: 26 nov. 2025.

SOROKIN, P. A. Social and cultural dynamics vol. 3: fluctuations of social relationships, war and revolution. New York: American Book Company, 1937.

STEDILE, João Pedro. O MST e a questão agrária. Estudos Avanzados. Vol. 11, n. 31, p. 69-97. 1997.

STEDILE, João Pedro. Questão agrária no Brasil v. 4. História e natureza das Ligas Camponesas, 1954-1964. In: Questão agrária no Brasil v. 4. História e natureza das Ligas Camponesas, 1954-1964. 2006. p. 223-223.

STEPHAN, Maria; CHENOWETH, Erica. “Why Civil Resistance Works: The Strategic Logic of Nonviolent Conflict”. International Security. Cambridge, v. 33, p. 07-44, 2008.

STRAPAZZON, João Paulo Lages. (1997), E o verbo se fez terra: movimento dos trabalhadores rurais sem terra (SC) 1980-1990. Chapecó: Grifos.

TELÓ, Fabricio. A memória sobre a questão agrária durante a ditadura de 1964-1985: a comissão nacional da verdade e a sociedade civil. Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, v. 39, n. 1, p. 161-178, 2019.

TELÓ, Fabricio. Justiça de Transição, Questão Agrária e Reparação. SPG26 – “Memória, Verdade e Justiça no Brasil: passado presente?”. 44º Encontro Anual da Anpocs. 2020.

TRASPADINI, Roberta Sperandio. Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas. 2016.

VANDERLINDE, Tarcísio. CAPA: o jeito luterano de atuar com os pequenos agricultores no sul do Brasil. Estudos Teológicos, v. 46, n. 2, p. 143-162, 2006.

VENDRAMINI, C.R. Pesquisa e movimentos sociais. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1395-1409, set./dez. 2007.

VIANA, Gilney. Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da Justiça de Transição. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

WELCH, Cliff. Camponeses, a verdade e a história da ditadura em São Paulo: In: Revista Mundos do Trabalho. Vol.6, n. 11, 2014.

WOOLF, Linda M. Social Justice and Peace. The Psychology of Peace Promotion: Global Perspectives on Personal Peace, Children and Adolescents, and Social Justice, p. 219-235, 2019.

WRIGHT, Q. A study of war. Chicago: University of Chicago Press, 1942.

XAVIER, Glauber Lopes. “Senhores da Lei, Donos da Terra”: o arauto da bancada ruralista na Câmara dos Deputados (2009-2014). Estudos Sociedade e Agricultura, v. 23, n. 1, p. 131-165, 2015.

ZIBECHI, Raúl. Movimientos sociales: nuevos escenarios y desafíos inéditos. Osal, v. 7, n. 21, p. 221-230, 2006.

ZIBECHI, R. ¿ Es necesario un foro social en América Latina?. Periódico La Jornada, v. 27, n. 9518, p. 27, 2011.